

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Fernanda Isaura Medeiros Mirim

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS EM SOROCABA (1970 – 2000)**

**Sorocaba / SP
2017**

Fernanda Isaura Medeiros Mirim

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS EM SOROCABA (1970 – 2000)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

**Sorocaba / SP
2017**

Ficha Catalográfica

Mirim, Fernanda Isaura Medeiros
M651e Educação profissional nas escolas públicas municipais em
Sorocaba (1970-2000) / Fernanda Isaura Medeiros Mirim. -- 2017.
112 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de
Sorocaba, Sorocaba, SP, 2017.

1. Ensino profissional – Sorocaba (SP) - História. 2. Escolas
públicas – Sorocaba (SP) - História. 3. Escolas municipais –
Sorocaba (SP) - História. 4. Ensino médio. I. Sandano, Wilson, orient.
II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos Letícia, Maurício e Felipe pelo amor, paciência, apoio e compreensão que tiveram em muitos momentos nos últimos dois anos pela ausência da mãe.

Ao meu marido Denilson Mirim pelo apoio, amor, leitura e discussões que contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador Dr. Wilson Sandano, pelo incentivo e paciência que possibilitou essa caminhada.

Aos professores Benedita Maria Faria, Carlos Camargo Costa, Enise Maria Corrá de Paula, Geraldo Bonadio, Ivone Archilia Mesas, José Eduardo de Carvalho Prestes, Lauri Lane Maria Holtz Batistuzzo, Maria da Glória Souza, Paula de Menezes, Paulo de Freitas Dias, Scarlet Aparecida Gracia, que disponibilizaram o seu tempo para contribuir de maneira enriquecedora para esse trabalho.

Aos alunos egressos dos cursos profissionalizantes, que responderam aos questionários online e possibilitaram o levantamento de dados imprescindíveis a compilação deste trabalho.

Ao corpo docente do curso de mestrado em educação, da Universidade de Sorocaba, em especial aos professores da linha de História e Historiografia pela confiança e os ensinamentos.

Aos amigos Fátima Aparecida de Souza, Jorge Luis Cammarano González e Paula S. Felice de Oliveira pela amizade, leitura e discussões que contribuíram com este trabalho.

Aos amigos do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino de Sorocaba, pela parceria e estímulo nos momentos em que precisei.

A Prefeitura Municipal de Sorocaba, em especial aos gestores e funcionários das E. M. Dr. Achilles de Almeida e Dr. Getúlio Vargas, que tanto auxiliaram na busca por documentos dos arquivos dessas instituições.

Ao apoio cedido pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP - CAPES/UNISO.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente ajudaram na realização deste trabalho.

Muito obrigada!

O Trabalho

Tal como chuva caída

Fecunda a terra, no estio,

Para fecundar a vida

O Trabalho se inventou.

Feliz quem pode, orgulhoso,

Dizer: `` Nunca fui vadio:

E, se hoje sou venturoso,

Devo ao trabalho o que sou! ``

É preciso, desde a infância,

Ir preparando o futuro;

Para chegar à abundância,

É preciso trabalhar.

Não nasce a planta perfeita,

Não nasce o fruto maduro;

E, para ter a colheita,

É preciso semear....

(Olavo Bilac)

RESUMO

Esta dissertação, vinculada à linha de História e Historiografia: políticas e práticas escolares do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, tem como tema a investigação da trajetória da educação profissional nas escolas públicas municipais de Sorocaba. Assim são abordadas as instituições escolares municipais Dr. Getúlio Vargas e Dr. Achilles de Almeida, desde a implantação dos cursos profissionais na década de 1970 até a sua extinção, em razão do Decreto Federal nº 2.208 de 17 de abril 1997. Para tanto, investiga a formação profissional e integral dos estudantes egressos de escolas municipais nas décadas de 1970, 1980 e 1990, visando assim identificar o cumprimento da meta de se formar jovens para o mercado de trabalho, e concomitantemente proporcionar a posterior continuidade de seus estudos em nível superior. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental ancorada na análise de dados obtidos por meio de questionário eletrônico e de relatos orais. Para subsidiar este estudo, a pesquisa embasou-se em autores tais como Saviani (2008), Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005), Ferretti (1997) de modo a apresentar singularidades do contexto sócio histórico e político das instituições educativas profissionais municipais de nível médio em suas principais características, como sua grade curricular, carga horária, projeto pedagógico, regimento, clientela, e suas respectivas demandas, de forma a entender os processos que levaram à criação e posterior extinção dos cursos profissionalizantes da rede municipal de Sorocaba. A pesquisa chegou ao resultado que as escolas municipais formaram nos cursos técnicos cerca de 5000 alunos. Em relação ao perfil dos egressos, constatou-se que o propósito principal dos cursos era o de preparar os alunos para o mercado de trabalho, porém em função de seu nível elevado, principalmente na área técnica, acabou cumprindo o papel de facilitar o ingresso desses alunos no nível superior.

Palavras-chave: Educação Profissional. Escola Pública Municipal. Ensino Médio.

ABSTRACT

This essay, bound to the History and Historiography line: school policies and practices of the Postgraduate Program in Education of the University of Sorocaba, has as its theme the investigation of the trajectory of professional education in the municipal public schools of Sorocaba. Its objective is to realize the path of professional education in the municipal educational institutions Dr. Getúlio Vargas and Dr. Achilles de Almeida, from the implantation of the professional courses in the decade of 1970 until its extinction, due to the Federal Decree nº 2,208 of April 17 1997. Therefore, it investigates the trajectory of professional education in the city of Sorocaba, with a view to the professional and integral qualification of students who graduated from municipal schools in the 1970s, 1980s and 1990s, in order to identify the fulfillment of the goal of training young people for the job market, at the same time, provide the subsequent continuation of studies at a higher education. This is a bibliographical and documentary research anchored in the analysis of data obtained through an electronic questionnaire and oral reports. To support this study, the research was based on authors such as Saviani (2008), Ciavatta, Frigotto and Ramos (2005), Ferretti (1997) in order to present singularities of the socio-historical and political context of municipal professional educative institutions of high school level in their main characteristics, such as their school program, credit hour, pedagogical project, regiment, school clientele and their respective demands, in order to understand the processes that propitiate the creation and subsequent extinction of the professional courses of the municipal schools of Sorocaba. After the data collection of the period between 1975 and 2000, was found that the municipal schools formed in the technical courses nearly 5000 students. Regarding to the profile of the graduates, it was verified that the main purpose of the courses was to prepare the students for the job market, but due to their high level, mainly in the technical area, ended up fulfilling the role of facilitating the entry of these students in the higher education.

Keywords: Professional Education. Municipal Public School. High school.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ação Integralista Brasileira	AIB
Aliança Nacional Libertadora	ANL
Associação Brasileira de Educação	AEB
Colégios Estaduais e Escolas Normais	CENE
Comando Geral dos Trabalhadores	CGT
Comissão Parlamentar de Inquérito	CPI
Companhia Siderúrgica Nacional	CSN
Diário Oficial do Estado de São Paulo	DOE
Escola Técnica Estadual	ETE
Escolas Técnicas Industriais	ETIs
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Institutos Estaduais de Educação	IEE
Lei de Diretrizes e Bases	LDB
Medida Provisória	MP
Ministério da Educação brasileiro	MEC
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB
Plano Municipal de Educação	PME
Plano Nacional de Desenvolvimento	PND
Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico	PNDE
Plano Nacional de Educação	PNE
Produto Nacional Bruto	PNB

Serviço Nacional de Aprendizagem comercial	SENAC
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI
Sistema Estadual de Análise de Dados	SEADE
União Democrática Nacional	UDN
United States Agency for International Development	USAID

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formandos nos Cursos Técnicos da ETE Fernando Prestes de 1983 a 2000....	60
Gráfico 2 - Concluintes dos cursos ofertados na ETE Rubens de Faria e Souza entre os anos de 1980 e 2000.....	61
Gráfico 3–Concluintes dos Cursos Técnicos nas Escolas Estaduais de Sorocaba entre os anos de 1980 a 2000.	62
Gráfico 4 – Concluintes de 1980 a 2000, do curso de Magistério nas escolas públicas estaduais do município de Sorocaba e de Auxiliar de Atividades Escolares.	63
Gráfico 5 – Concluintes de 2º Grau das escolas estaduais de Sorocaba entre os anos de 1980 a 2000	64
Gráfico 6 – Concluintes dos cursos de 2º Grau da E. M. Dr. Getúlio Vargas de 1980 a 2000.	68
Gráfico 7 Grade curricular das disciplinas da parte comum dos cursos de 2º Grau	69
Gráfico 8 – Concluintes do Curso de Análises Químicas da E. M. Dr. Getúlio Vargas entre os anos de 1980 a 1999.	69
Gráfico 9 – Grade curricular do curso técnico de Análises Químicas de 1973	70
Gráfico 10 - Grade curricular do curso técnico de Análises Químicas de 1996	70
Gráfico 11 – Concluintes do Curso de Magistério e Auxiliar de Atividades Escolares da E. M. Dr. Getúlio Vargas entre os anos de 1980 a 2000.	71
Gráfico 12 - Grade curricular do curso do Magistério em 1973	72
Gráfico 13 – Grade curricular do curso do Magistério em 1996	72
Gráfico 14 – Concluintes do curso de Redator Auxiliar da E. M. Dr. Getúlio Vargas entre os anos de 1980 a 1986.	73
Gráfico 15 – Grade curricular do curso de Redator Auxiliar em 1973.....	74
Gráfico 16 – Carga Horária das disciplinas do núcleo comum dos cursos de 2º Grau	75
Gráfico 17 - Alunos formados nos cursos técnicos na E. M. Dr. Achilles de Almeida entre os anos de 1975 a 2000.	75
Gráfico 18 - Matriz curricular do curso técnico em contabilidade	76
Gráfico 19 - Concluintes do curso Técnico em Contabilidade da E. M. Dr. Achilles de Almeida, entre os anos de 1975 a 2000.	76
Gráfico 20 - Percentual de alunos e alunas que concluíram o curso de Técnico em Contabilidade entre os anos de 1975 a 2000.....	77
Gráfico 21– Grade curricular do curso Técnico em Secretariado	77
Gráfico 22– Concluintes do Curso Técnico em Secretariado na E. M. Dr. Achilles de Almeida entre os anos de 1975 a 2000	78
Gráfico 23- Percentual de alunos e alunas que concluíram o curso de Técnico em Secretariado entre os anos de 1975 a 2000	78

Gráfico 24– Grade Curricular do curso Técnico em Patologia Clínica.....	79
Gráfico 25 - Concluintes do Curso Técnico em Patologia Clínica entre os anos de 1982 a 2000	79
Gráfico 26- Percentual de alunos e alunas que concluíram o curso de Técnico em Patologia Clínica entre os anos de 1975 a 2000.....	80
Gráfico 27- Grade curricular do Curso em Processamento de Dados.....	80
Gráfico 28– Concluintes do Curso Técnico em Processamento de Dados entre os anos de 1997 a 2000.....	81
Gráfico 29- Percentual de alunos e alunas que concluíram o curso de Técnico Processamento de Dados, entre os anos de 1997 a 2000.	81
Gráfico 30 - Concluintes dos Cursos Técnicos na E. M. Dr. Achilles de Almeida de 1975 à 2000.	82
Gráfico 31- Perfil dos egressos que responderam o questionário, sobre cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba.....	92
Gráfico 32 – Escolas municipais que os egressos cursaram os cursos técnicos.....	92
Gráfico 33 - Perfil dos egressos que responderam o questionário, quanto aos Cursos Técnicos que ingressaram.	93
Gráfico 34 – Faixa etária que os egressos tinham quando ingressaram nos cursos	94
Gráfico 35 - Perfil dos egressos que responderam o questionário quanto à moradia.....	94
Gráfico 36 - Opinião dos egressos quanto ao curso técnicoFonte: Questionário online respondido pelos egressos dos cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba.	95
Gráfico 37 - Opinião dos egressos no curso quanto a proposta da politecnia	96
Gráfico 38 – Perfil dos egressos que responderam o questionário, quanto a escolarização	96

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O ENSINO PROFISSIONAL COMO ESTRATÉGIA PARA O AVANÇO ECONÔMICO.....	16
2.1 O alicerce da educação profissional no Brasil	17
2.2 Período democrático, novo futuro para a educação profissional?	25
2.3 O período militar.....	32
2.4 A redemocratização, novos tempos para a educação?.....	43
3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO E EM SOROCABA	49
3.1 A educação profissional no estado de São Paulo	49
3.2 A educação profissional no município de Sorocaba.	55
4 O ENSINO PROFISSIONAL PÚBLICO MUNICIPAL EM SOROCABA	65
4.1 A escola municipal Doutor Getúlio Vargas	66
4.2 A escola municipal Doutor Achilles de Almeida	74
4.3 O curso técnico na visão dos professores	82
4.4 O curso técnico na visão dos alunos	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade estamos vivenciando uma realidade no âmbito da educação profissional, que nos remete a quadros experimentados em um passado recente no Brasil, no estado de São Paulo e também no município de Sorocaba, visto que o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, no dia 22 de setembro de 2016, a Medida Provisória¹ (MP) 746/2016² (BRASIL, 2016) para reestruturação do ensino médio, a mudança proposta chamou a atenção e provocou discussões no país ao incluir a possibilidade de escolha de diferentes trilhas de formação tradicional e técnico. Diante disto, pesquisar sobre a trajetória da educação profissional nas escolas públicas municipais de Sorocaba ganhou uma extrema relevância, pois tem como foco de investigação a educação profissional nas instituições escolares municipais Dr. Getúlio Vargas e Dr. Achilles de Almeida, que foram uma referência regional na formação técnica, desde a implantação dos cursos profissionais na década de 1970 até a sua extinção, em razão do Decreto Federal nº 2208 de 17 de abril 1997(BRASIL, 1997).

Com a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4024/61 (BRASIL, 1961), que trouxe como principal mudança a introdução da estrutura do ensino, com a Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), e assim impôs a profissionalização obrigatória em todos os cursos do 2º grau³. Depois de mais de uma década, em 1982 com a Lei Federal nº 7044 de 18 de outubro de 1982 (BRASIL, 1982), as instituições ficaram desobrigadas ao oferecimento da Educação Profissional nas escolas públicas e privadas de 2º grau. Entretanto, um fato que chamou atenção foi que, após a alteração na legislação, a rede municipal de

¹ Medida Provisória é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei. Seu prazo de vigência é de sessenta dias, prorrogáveis uma vez por igual período.

² Essa medida provisória foi sancionada em 16 de fevereiro de 2017 como a Lei nº 13415.

³ O período escolar situado entre o ensino fundamental e o segmento superior, tem tido denominação variada, nas diversas mudanças como um reflexo de instabilidades e indefinições consolidadas nas reformas educacionais ocorridas no Brasil, no século XX. Na reforma Capanema em 1942, quando ganhou status de período escolar autônomo, foi chamado de ensino secundário. Na Lei nº 4024/61, o nome adotado foi ensino médio, ou educação de grau médio com duas ramificações, as secundárias e as técnicas. A Lei nº 5692/71 que estabeleceu de forma compulsória o ensino profissionalizante denominou como o nível de 2º grau. A LDB nº 9394/96 em vigor, restabeleceu a nomenclatura ensino médio (LINS; JACOMELI, 2006).

ensino de Sorocaba continuou oferecendo e ampliando a oferta destes cursos. Neste contexto, são investigadas as singularidades sócio históricas e políticas das instituições educativas profissionais municipais de nível médio em suas principais características, como grade curricular, carga horária, projeto pedagógico, regimento, clientela e respectivas demandas, de forma a entender o processo que levou a estes desdobramentos.

A delimitação da análise inicial nos anos de 1970, se deve a nova conjuntura proposta pela reforma da LDB, que ocorreu em 1971, associada as mudanças no âmbito municipal que teve como marco, em 1973, a mudança da denominação da antiga escola normal livre municipal, que passou a ser chamada de Escola Municipal de 1º e 2º Graus “Dr. Getúlio Vargas”. Além disso, a partir de 29 de outubro de 1974 ocorreu a integração dos antigos cursos primário e ginásial em Curso de 1º grau e instituíram-se três cursos profissionalizantes: habilitação para o magistério e técnico redator auxiliar, cuja autorização para funcionamento foi concedida um ano após sua criação, além do curso de auxiliar de laboratório de análises químicas, autorizado a funcionar dois anos após sua criação.

Em 1973 foram criados na Escola Municipal Doutor Achilles de Almeida os cursos de técnico em contabilidade e técnico em secretariado. A partir de 1978, o curso de patologia clínica foi implantado nesta escola, que tendo como característica marcante e diferenciada, o fato de propiciar a formação técnica discente e simultaneamente prestar o serviço de realização de aproximadamente quinhentos exames/mês para os postos de saúde da prefeitura. No ano de 1995 a escola passou a contar também com o curso técnico em processamento de dados.

Uma questão que precisa ser respondida, é por que apesar da Lei Federal nº 7044 de 18 de outubro de 1982 desobrigar o oferecimento da educação profissional nas escolas públicas e privadas de 2º grau, o poder público municipal continuou oferecendo e ampliando a oferta destes cursos? A politecnia fazia parte da proposta do poder público para o ensino profissionalizante ofertado nas escolas municipais Dr. Getúlio Vargas e Dr. Achilles de Almeida? Analisando o Plano Municipal de Educação (PME) de 2015 e seus apontamentos em relação à educação profissional, pode-se afirmar que Decreto nº 2208/97 promoveu uma lacuna na formação voltada ao ensino médio?

Desta forma, o trabalho se propõe a investigar a trajetória da educação profissional na cidade de Sorocaba, nas escolas técnicas municipais nas décadas de

70, 80 e 90, e se esta formação profissional se associava a formação integral dos estudantes egressos. Esta proposta se deve ao fato de seu objetivo ser o de formar jovens para o mercado de trabalho, porém é notável que ainda cumpriu um papel, embora secundário para os seus idealizadores: de proporcionar a continuidade dos estudos para os alunos egressos em cursos de graduação; além disso a proposta é de fazer o levantamento de qual foi a proporção que isto ocorreu.

Para subsidiar este estudo a pesquisa ancora-se nas contribuições de Sandano (2009), Saviani (2008), Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005), Ferretti (1997) e apresenta singularidades do contexto sócio histórico e político das instituições educativas profissionais municipais de nível médio. A abordagem abrange suas principais características como grade curricular, carga horária, projeto pedagógico, regimento, público-alvo e suas respectivas demandas, além da contribuição desses cursos no processo de formação dos alunos.

Assim, foram adotados vários procedimentos metodológicos para se obter respostas aos questionamentos e aos objetivos propostos. A pesquisa documental foi realizada por meio dos dados obtidos no acervo das escolas E. M. Achilles de Almeida e Getúlio Vargas, realizada a partir de documentos, afim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências. O material foi digitalizado para a devida análise e reflexões na concretização desse estudo.

A pesquisa documental de acordo com Santos (2000) é realizada como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza, como notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos, certidões, correspondências, e documentos informativos arquivados. A análise desses documentos constitui uma técnica importante, seja complementando as informações obtidas, ou esclarecendo outros aspectos necessários para a pesquisa.

Desta forma, este trabalho fez uso da história oral como um método de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea. A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa (THOMPSON, 1992). As entrevistas foram utilizadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro.

O uso da história oral como uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea, consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 1990). A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos.

A entrevista não se constitui na história em si, mas é uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória. O trabalho de análise e reflexão sobre a série documental de que dispõe, seja com as fontes orais ou qualquer outro tipo de fonte, e a conseqüente crítica interna e externa a essas fontes é que possibilita construir um trabalho historiográfico. O pesquisador deve interpretar e analisar a entrevista como fonte, uma *fonte oral* (ALBERTI, 2005).

O conjunto de entrevistas concedidas pelas professoras Benedita Maria Faria e Ivone Archilia Mesas, do curso técnico em contabilidade, dos professores Geraldo Bonadio e Carlos Camargo Costa, do curso técnico de redator auxiliar, análises químicas e habilitação para o magistério, do professor José Eduardo de Carvalho Prestes, do curso de auxiliar de análises químicas, da professora Lauri Lane Maria Holtz Batistuzzo, do curso de habilitação para o magistério, da professora Maria da Glória Souza, dos cursos técnico de Secretariado e Processamento de Dados, do professor Paulo de Freitas Dias, do curso técnico de patologia clínica, e das professoras Enise Maria Corrá de Paula, Paula de Menezes, Scarlet Aparecida Gracia, do núcleo comum, se enquadraram como fonte de pesquisa no qual se fez o diálogo com as fontes escritas, visuais e documentais oficiais e institucionais, além das não institucionais; visto que trabalharam nas escolas no período compreendido entre os anos de 1970 e 2000 e contribuíram para compreender a conjuntura social que as escolas estavam inseridas, além do contexto pedagógico das mesmas.

Desta forma, com base na análise dos relatos, nos quais foram entrevistados estes 11 professores que atuaram nas escolas municipais Dr. Achilles de Almeida e Dr. Getúlio Vargas, observou-se que muitas características das escolas e dos cursos eram semelhantes, o que se justifica pelo fato de pertencerem a uma mesma rede de ensino, porém, apresentavam também algumas especificidades. Em geral, todos os professores entrevistados se referiram aos cursos e as escolas com muito saudosismo, descrevendo a educação ofertada por elas como uma referência e um

símbolo dos tempos áureos da história de Sorocaba, no que se diz respeito a educação.

O relato dos alunos que cursaram os cursos técnicos das escolas pesquisadas entre os anos de 1970 e 2000 como a sua origem social e destino profissional foi realizada por meio de um levantamento *online* com os egressos desses cursos por intermédio de um questionário dedicado a esse fim, dados os limites deste trabalho. Desta forma, 35 alunos com idade entre 36 e 60 anos responderam ao questionário.

A pesquisa foi dividida em três capítulos. No capítulo denominado, *O ensino profissional como estratégia para o avanço econômico*, são apresentados os caminhos da educação, tendo como cenário o Brasil e a educação profissional, com uma análise da conjuntura política e econômica do século XX.

No capítulo, *A educação profissional no Estado de São Paulo e em Sorocaba*, retrata historicamente as especificidades das características da educação estadual e trata da implantação da educação profissional na cidade de Sorocaba.

No capítulo, *O ensino profissional público municipal em Sorocaba*, é apresentada a história das instituições escolares municipais Dr. Getúlio Vargas e Dr. Achilles de Almeida, e a implantação dos cursos profissionais na década de 1970. Resgata também as singularidades das instituições educativas profissionais municipais em suas principais características, como grade curricular, carga horária, projeto pedagógico, regimento, clientela e respectivas demandas.

2 O ENSINO PROFISSIONAL COMO ESTRATÉGIA PARA O AVANÇO ECONÔMICO

Um dos principais dilemas da política educacional produzida pelo estado capitalista é aquele que gira em torno da permanência dos alunos do ensino médio na escola. Todo desinteresse dos adolescentes pela vida escolar tem gerado muitas reflexões sobre os caminhos para que o ensino médio se torne mais significativo. O desafio dos sistemas de ensino nos últimos anos envolve a capacidade de organizar um programa curricular que consiga, ao mesmo tempo, formar os jovens para continuar os estudos no ensino superior e prepará-los para o mercado de trabalho.

No Brasil, conforme a Síntese dos Indicadores Sociais divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, dos jovens que estão em idades escolar, somente 82,6% estão matriculados na escola, independente da série. Dos jovens de 15 a 17 anos, 55% estão no ensino médio e 16,1% não estudam e nem concluíram esta etapa do ensino básico. Observando o tamanho da população e a idade adequada ao ensino médio, é possível verificar que há espaço para a sua expansão. Estratégias como a ampliação da educação profissional integrada ao ensino médio – com a apropriada flexibilização e diversificação curricular, considerando as aptidões e expectativas de formação profissional e educacional dos estudantes e em sincronia com os arranjos produtivos locais – podem tornar o ensino médio mais atrativo, permitindo que o aluno vislumbre nessa etapa não apenas o caminho para a educação superior, mas também uma possibilidade concreta de qualificação para o trabalho (TODOS PELA EDUCAÇÃO; MODERNA, 2016).

O sentido do trabalho para os alunos certamente é uma das questões que prejudicam a natureza do currículo no ensino médio. Nesse momento, os jovens projetam suas vidas como integrantes da população economicamente ativa o que inclui as escolhas profissionais, enquanto os adultos veem nessa etapa de ensino a possibilidade de se qualificarem como trabalhadores (RAMOS, 2011).

Dessa forma, a educação profissional deveria propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção e não o mero adestramento em técnicas produtivas. De acordo com a visão politécnica⁴, a educação

⁴ Etimologicamente, politecnia significa “muitas técnicas”. No Brasil, o termo, com esse sentido, deu nome a instituições educacionais como escolas de engenharia (a Escola Politécnica da Universidade

escolar, particularmente o 2º grau, atual ensino médio, deveria propiciar aos estudantes a possibilidade de (re) construção dos princípios científicos gerais, sobre os quais se fundamentam a multiplicidade de processos e técnicas que dão base aos sistemas de produção, em cada momento histórico. Para incluir os novos conteúdos técnicos, os programas curriculares diminuem a carga horária das disciplinas tradicionais (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2005).

A educação profissional no Brasil sempre esteve associada à formação de mão de obra, e se desdobrava impreterivelmente em um acúmulo de disciplinas técnicas e um inevitável atraso no aspecto educacional. A dualidade das classes sociais e dos trabalhadores para a aprendizagem dos ofícios manuais, assim como dos filhos das elites para estudos superiores são questões reiteradas no período republicano que ganhou uma estrutura orgânica, associando os currículos enciclopédicos à formação geral, como expressão concreta de uma distinção social mediada pela educação. Com a industrialização, é acentuada a necessidade de preparar as pessoas para a produção, predominando a função profissionalizante nesse nível de ensino, apesar da permanente tensão com sua função propedêutica (CIAVATTA; RAMOS, 2012).

Percorrer o século XX nos caminhos da educação tendo como cenário o Brasil e a educação profissional, levou a refletir sobre a conjuntura política e econômica do período, como também a evolução do sistema educacional brasileiro em seus primórdios, no início da república no país até a reestruturação da educação profissional integrada ao ensino médio, que é retratado neste capítulo.

2.1 O alicerce da educação profissional no Brasil

A educação profissional no Brasil esteve associada à formação de mão de obra e, desde o período colonial, esteve reservada às camadas da população carente. O atraso historicamente acumulado no aspecto educacional, bem como o aumento da população, necessitava de uma melhoria nas condições sociais do país no início da República.

de São Paulo); e com o sentido voltado para a formação humana em todos os aspectos, a educação omnilateral, humanista e científica, como a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz). Na segunda interpretação do termo, há um sentido político, emancipatório no sentido de superar, na educação, a divisão social do trabalho entre trabalho manual/trabalho intelectual, e formar trabalhadores que possam ser, também, dirigentes no sentido gramsciano (GRAMSCI, 2002; SEMERARO, 2003).

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 consagrou a descentralização do ensino. O governo federal ficou responsável pelo ensino superior, secundário e acadêmico e o estado pelo ensino primário e o profissional, que, na época, compreendia, principalmente, escolas normais para moças e escolas técnicas para rapazes (ROMANELLI, 1986). Tratou-se da manutenção do sistema de ensino que vinha desde o Império e oficializou a dualidade existente entre a educação da classe dominante, as escolas secundárias acadêmicas e superiores e a educação da classe operária, que consistiu na escola primária e profissional.

Assim, a Primeira República⁵ teve um quadro de demanda educacional que caracterizou as necessidades sentidas pela população e representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e industrialização era baixo. A permanência da educação secundária acadêmica e aristocrática demonstrou a pouca importância dada à educação popular que fundamentou a estrutura e organização da sociedade (ROMANELLI, 1986).

Os graves problemas educacionais, como também o alto índice de analfabetismo, eram discutidos em conjunto com os temas nacionais, como, por exemplo, a descentralização do poder, e a industrialização. Quando essa estrutura, mantida desde o Brasil Império, começou a dar sinais de ruptura, a situação educacional tornou-se propícia a tomada de rumos diferentes. No campo das ideias, as coisas começaram a mudar com movimentos culturais e pedagógicos em favor de reformas mais profundas e, no campo das aspirações sociais, as mudanças vieram acompanhadas do aumento da demanda escolar impulsionada pelo ritmo mais acelerado do processo de urbanização, ocasionado pelo impulso dado à industrialização após a primeira guerra⁶ e acentuado depois de 1930 (ROMANELLI, 1986).

⁵A Primeira República Brasileira, também conhecida como República Velha em oposição à República Nova, iniciado com o governo de Getúlio Vargas, foi o período que se estendeu da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930 que depôs o 13º e último presidente da República Velha Washington Luís (FAUSTO, 1994).

⁶Entre os anos de 1914 e 1918, ocorreu o primeiro conflito bélico que assumiu proporções globais. A primeira guerra foi produto das tensões que se formaram na Europa a partir da segunda metade do século XIX. Na década de 1890, a Alemanha, que apoiava as investidas do Império Austro-húngaras, era uma das nações mais militarizadas da Europa e representava uma ameaça crescente à França e à Inglaterra, que era um dos maiores impérios da época. Alemanha, Áustria-Hungria e Itália formaram uma aliança político-militar que ficou conhecida como Tríplice Aliança. A Rússia, por sua vez, aliou-se à França, rival histórica da Alemanha e à Inglaterra, formando assim a Tríplice Entente. Dessas duas alianças nasceu uma guerra em âmbito continental, que logo se estendeu para todo o globo (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC, 2016d).

Os fatores atuantes na organização e evolução de ensino, no sistema econômico, na herança cultural, na demanda social da educação e no sistema de poder, permaneceram durante o período que antecedeu a década de 20, integrados na formação de um complexo quadro socioeconômico, que faz com que a educação ofertada à população brasileira corresponda às reais exigências da sociedade (ROMANELLI, 1986).

Campanhas de alfabetização são organizadas pelas Ligas⁷ em conjunto com as lideranças operárias, foram também defensoras do ensino obrigatório, gratuito, laico e técnico-profissional. Preocuparam-se com a formação de uma consciência nacional que seria obtida através do serviço militar e da educação cívico-patriótica, os chefes políticos regionais como também os fazendeiros, começaram a perder a sua influência, devido a uma onda de patriotismo, nacionalismo e um impulso nas atividades industriais, que tiveram como causa a primeira guerra mundial. As Ligas atuavam em uma dupla direção ao coordenar ações de combate ao analfabetismo, que incentivavam o engajamento e a mobilização da sociedade em favor da instrução e, ao mesmo tempo, chamou o estado a atuar, exigindo sua intervenção em questões como a obrigatoriedade do ensino primário.

Com o desenvolvimento urbano provocado pelo impulso industrial, foram ampliadas as atividades comerciais e financeiras, como também as ligadas ao âmbito dos serviços públicos e particulares. Antigos e novos segmentos da classe média vão se desenvolvendo, como os pequenos proprietários urbanos, funcionários públicos, profissionais liberais, intelectuais, militares, etc.

Intelectuais ligados à burguesia e às classes médias foram aos Estados Unidos da América nos anos 20 e entraram em contato com a Escola Nova,⁸ passando a

⁷A Liga de Defesa Nacional foi fundada em 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, era favorável ao apoio brasileiro aos Aliados na Primeira Guerra Mundial. A guerra ajudava a popularizar a ideia do serviço militar obrigatório e reforçava a importância das Forças Armadas. A divulgação dos ideais da Liga era feita por meio de livros, panfletos, discursos e viagens por todo país, enfatizava a importância do engajamento dos intelectuais na causa nacionalista, apontando-os como responsáveis pela defesa da pátria e pela modernização das estruturas sociais. A Liga Nacionalista nasceu vinculada às escolas superiores, em especial a Faculdade de Direito, era uma agremiação de caráter cívico-patriótico, fundada em 1916, em São Paulo cujos objetivos eram, principalmente, a erradicação do analfabetismo, a instituição do voto secreto e obrigatório e do serviço militar. Contudo, grande parte de suas atividades esteve marcada por estratégias educativas de divulgação de uma cultura cívica julgada capaz de formar um homem novo para uma pátria nova – a nação brasileira (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC, 2016b).

⁸Para John Dewey (1859-1952) filósofo norte americano que influenciou a elite brasileira com o movimento da Escola Nova, a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria

divulgar essa proposta educacional, chegando a criar em 1924 a Associação Brasileira de Educação⁹. Neste quadro, a precariedade da educação foi vista como causa dos problemas sociais existentes na sociedade brasileira e a instrução entendida como um instrumento indispensável ao desenvolvimento harmonioso do país.

Do ponto de vista social, a sociedade norte americana serviu de parâmetro para o projeto político do grupo dos intelectuais, visto como liberais. Na defesa de suas ideias sobre escola pública, laica, obrigatória e gratuita, como também a educação para as crianças de ambos os sexos, os liberais entraram em confronto com os conservadores ligados aos fazendeiros.

Este confronto de ideias se acirrou no período de 1930 a 1937 com o movimento da Ação Integralista Brasileiro (AIB) em 1932, que tem como lema Deus, Pátria e Família. Anteriormente o Partido Fascista Brasileiro aproveitou-se do medo da classe média da ameaça do comunismo, porém, em contrapartida foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), com representação dos segmentos sociais e um projeto de um governo popular de tendência socializante, que teve entre os seus membros socialistas, anarquistas, comunistas e liberais.

Assumindo o poder em 1930 o governo provisório de Getúlio Vargas tratou de estabelecer uma infraestrutura administrativa que fundamentou o novo regime, tendo como desdobramento a criação de novos ministérios como o da Educação e Saúde Pública. Até essa época o ensino secundário não tinha uma organização, pois na

vida. A educação tem como eixo norteador a vida-experiência e aprendizagem, fazendo com que a função da escola seja a de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro de sua vida. As escolas deviam deixar de ser meros locais de transmissão de conhecimentos e tornar-se pequenas comunidades. Então, para ele, a educação teria uma função democratizadora de igualar as oportunidades. De acordo com o ideário da escola nova, quando falamos de direitos iguais perante a lei, devemos estar aludindo a direitos de oportunidades iguais perante a lei (NASCIMENTO, 2016)

⁹A criação da Associação Brasileira de Educação ocorreu em 16 de outubro de 1924, era uma sociedade civil, de adesão voluntária, que reunia professores e interessados em educação, fossem jornalistas, políticos, escritores ou funcionários públicos, foi um acontecimento que veio a ter importância fundamental para o direcionamento das mudanças que se fizeram no sistema educacional escolar na segunda metade da década de 1920 e, principalmente, na primeira metade da década seguinte, onde se discutiam as políticas educacionais elaboradas pelo Estado e se elaboravam sugestões. O ponto culminante da atuação da ABE no período foi a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, logo após a conferência de 1932, defendendo a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos. As ideias dos signatários do manifesto, hegemônicas no âmbito da ABE, compuseram-se com as do movimento católico leigo, seu principal oponente, para a apresentação de uma sugestão unificada à Assembleia Constituinte. A sugestão foi adotada, transformando-se no capítulo sobre educação e cultura da Constituição que veio a ser promulgada em 1934 (**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCACAO (ABE)** [s.d.]).

maior parte do país ele não passava de um curso preparatório de caráter propedêutico. O que existia até então eram os sistemas estaduais, que não possuíam articulação com o sistema central, ficando assim alheios a uma política nacional de educação.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, ocorreu uma movimentação no desenvolvimento de alternativas voltadas à formação dos trabalhadores. Até 1932, após o curso primário, o aluno poderia cursar alternativas voltadas para a formação no mundo do trabalho em nível ginasial, como o curso normal, o técnico agrícola ou o técnico comercial. As classes dominante após o ensino primário e secundário propedêutico, tinham a possibilidade de seguir sua trajetória de estudos no ensino superior (ESCOTT; MORAES, 2012).

O Brasil que era basicamente agrário e exportador, começava a transformar-se em uma nação urbana e industrial. Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltava-se para a consolidação de uma indústria de base e passava a ser o agente fundamental da modernização econômica. O investimento em atividades estratégicas percebido como forma de garantir a soberania do país, tornava-se questão de segurança nacional. As Forças Armadas se fortaleciam e passavam a ser um dos principais suportes do processo de industrialização.

Com medidas centralizadoras, Vargas procurava diminuir a autonomia dos estados, exercendo assim maior controle sobre as tradicionais oligarquias regionais. Buscando fortalecer o sentimento de identidade nacional, condição essencial para o fortalecimento do Estado nacional, o regime investia na cultura e na educação. Outro fator relevante era que a preocupação com a construção de uma nova ideia de nacionalidade atraiu-se para o projeto estado-novista um grupo significativo de intelectuais (**REPENSANDO O ESTADO NOVO**, 1999).

Com o Golpe de 1937 que instituiu o Estado Novo e inaugurou uma fase política de extrema contenção das liberdades democráticas, o princípio de nacionalidade e do patriotismo promoveu a centralização do ensino, pregando a unidade nacional e a paz social. O ensino profissionalizante acenava para as classes populares com o cobiçado diploma que lhes possibilitaria ascensão social e, mesmo pretendendo garantir a unidade nacional pela unificação dos conteúdos e métodos, acentuou-se também a resistência à penetração de novas ideias pedagógicas, com o Estado orientando e

selecionando os conteúdos escolares segundo suas necessidades econômicas (SAVIANI, 2004).

Nesse período, o Brasil passa por uma grande crise econômica e com ela foi abandonada a forma tradicional da industrialização, com fábricas de tecidos, calçados e outros produtos de fabricação mais simples, o que conduziu o país a uma condição em que predominavam as importações. Com o início da segunda guerra mundial¹⁰, ocorre novamente o investimento na industrialização e, nesse sentido, era necessário preparar a mão de obra. Nesse contexto, era exigido uma formação mínima do operariado, e o sistema de ensino não possuía uma infraestrutura necessária a essa implantação de educação profissional e industrial. A indústria necessitava de operários qualificados e solicitou que o governo criasse um sistema de ensino paralelo ao oficial, que foi criado em convênio com as indústrias.

Com a Reforma Capanema entre os anos de 1942 e 1946, sendo denominada Leis Orgânicas de Ensino, foram definidas leis específicas em relação à educação profissional, como, por exemplo, a formação de professores de nível médio. Nessa nova estruturação do ensino, foram criados os cursos de níveis médio, científico e clássico, com duração de três anos, com o objetivo de preparar os estudantes para o ingresso no ensino superior. Assim a educação profissionalizante, parte final do ensino secundário, era constituído pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agro técnico, com o mesmo nível e duração do colegial e que, no entanto, não habilitavam para o ingresso no ensino superior.

A partir de 1942, com as Leis Orgânicas, as 19 escolas profissionais criadas em 1909 pelo então presidente da República, Nilo Peçanha, passam a oferecer cursos técnicos, além dos cursos industriais básicos e dos cursos de aprendizagem.

¹⁰A segunda guerra mundial, iniciada em setembro de 1939, foi a maior catástrofe provocada pelo homem em toda a sua longa história. Envolveu setenta e duas nações e foi travada em todos os continentes, de forma direta ou indiretamente. O número de mortos superou os cinquenta milhões havendo ainda uns vinte e oito milhões de mutilados. Provocou um custo de 1 trilhão e 500 bilhões de dólares, aproximadamente 110 milhões de homens e mulheres foram mobilizados, dos quais apenas 30% não sofreram morte ou ferimento. É considerada como uma verdadeira guerra mundial, sendo uma consequência de um conjunto de continuidades e questões mal resolvidas pelos tratados de paz estabelecidos após a Primeira Guerra Mundial. Os confrontos foram divididos entre duas grandes coalizões militares: os Aliados, liderados por Estados Unidos, Inglaterra França e União Soviética; e o Eixo, composto pela Itália, Alemanha e Japão. Em consequência de suas maiores dimensões, os conflitos foram desenvolvidos na Europa, Norte da África e países do Oceano Pacífico (SÓ HISTÓRIA, [s.d.]).

Essas Leis estabelecem equivalência parcial com o sistema regular de ensino, permitindo aos concluintes dos cursos técnicos ingressarem em cursos superiores relacionados com a sua área de atuação (KUENZER, 1991). As Leis Orgânicas que estruturaram o ensino profissional foram decretadas de forma gradativa nos anos de 1942, 1943 e 1946. Como o decreto lei nº 4073, de 30 de janeiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca.

Em 28 de dezembro de 1943, o Decreto Lei nº 6141 estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino comercial, que era o ramo de ensino de segundo grau, destinado a formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados. Em 20 de agosto de 1946 após o fim do Estado Novo, o Decreto Lei nº 9613 estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que era o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura, formando profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.

A dualidade das classes sociais e a destinação dos trabalhadores para a aprendizagem dos ofícios manuais, assim como dos filhos das elites para estudos superiores foi reiterado e ganhou uma estrutura orgânica no primeiro governo de Getúlio Vargas nos anos de 1940. Assim as Leis Orgânicas do Ensino Industrial e do Ensino Secundário e a criação do SENAI em 1942, determinaram a não equivalência entre os cursos propedêuticos e os técnicos¹¹, associando os currículos

¹¹ O ensino secundário passou a ser dividido em dois ciclos paralelos: clássico (voltado para alunos que iriam para o ensino superior) e científico sendo este dividido em: Industrial que era dividido em dois ciclos: fundamental (4 anos) e técnico (3 à 4 anos), no ensino industrial além do ensino industrial básico de 4 anos, havia o curso de mestría, de 2 anos, já o 2º ciclo possuía além dos cursos técnicos, o curso de formação de professores (pedagógico) de 1 ano, juntamente com esses cursos haviam cursos de artesanato (treinamento rápido) e de aprendizagem (dava qualificação de aprendizes industriais); Comercial que ficou organizado num único curso básico, com duração de 4 anos, no 1º ciclo, e vários cursos técnicos de 3 anos no 2º ciclo. Os cursos técnicos eram: comércio, propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. Para os empregados do comércio sem habilitação havia cursos de especialização, para quem já tivesse formação na área; agrícola que era também organizado em dois ciclos: básico agrícola (4 anos) e mestría (2 anos). No 1º ciclo havia vários cursos de 3 anos e no 2º ciclo havia cursos como agricultura, horticultura, veterinária, zootécnica, indústria, agrícolas laticínios e mecânica agrícola. Além disso havia três cursos pedagógicos: economia rural doméstica (2 anos); didática do ensino agrícola (1 ano) e administração agrícola (1 ano). Ensino Normal ficou dividido em cursos de dois níveis. No 1º ciclo (de 4 anos) funcionava o curso de formação de regentes de ensino primário (Escolas normais regionais). Os cursos de 2º ciclo

enciclopédicos à formação geral, como expressão concreta de uma distinção social mediada pela educação. Com a industrialização acentuou-se a necessidade de preparar as pessoas para a produção, predominando a função profissionalizante nesse nível de ensino (CIAVATTA; RAMOS, 2012).

Em razão desta restrição dos cursos profissionalizantes, são criados os exames de adaptação que permitiriam aos estudantes destes cursos, o direito de participar dos exames para ingresso no ensino superior, que tivessem ligação com seu ramo profissional. São criados também nesse período, o SENAI (1942) e o SENAC (1946), sistema privado de educação profissional que, junto com as iniciativas públicas, visavam atender as demandas oriundas da divisão social e técnica do trabalho.

Nos anos de 1940 as modalidades informais de educação destinadas ao treinamento/qualificação profissional de trabalhadores industriais passam a ser realizadas pelo SENAI, instituição monopolizada pela iniciativa privada e gerida pela Confederação Nacional das Indústrias. Foram consolidadas as matrizes que com pequenas diferenças, orientaram a organização e o funcionamento do ensino técnico e profissional no estado (e no país) até nossos dias (MORAES; ALVES, 2002).

A Reforma Capanema fazia que o ensino industrial deixasse de ser primário e passasse a ser de segundo grau, articulado com as escolas de engenharias, onde os alunos que terminavam um curso técnico industrial poderiam completar seus estudos. Os alunos do SENAI tendo em vista a desarticulação dos seus cursos com os outros ramos do ensino, somente em 1950 obtiveram a permissão para após completarem o curso de três anos matricularem-se no segundo ciclo industrial. Posteriormente, essa autorização foi alterada permitindo que esses alunos, mediante exame de adaptação, pudessem passar à terceira série do curso industrial básico (SILVA, U. N., 2006)

Por meio de exames de adaptação surgiu pela primeira vez uma possibilidade de aproximação entre o ramo secundário propedêutico (o colegial, com suas variantes, científico e clássico) e os cursos profissionalizantes. O projeto de lei para a reestruturação educacional começou a tramitar no Congresso Nacional em 1948, na fase de redemocratização do país, entrando em vigor em 1961 com a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A política educacional refletiu os conflitos de poder, de modo que a luta em torno à criação da LDB ocorreu em meio à polarização de interesses entre os setores

continuavam a ser para a formação de professores primários (3 anos) e funcionariam em escolas denominadas normais (ROMANELLI, 1986) .

populares e populistas, que pleiteavam entre outros aspectos, a extensão da rede escolar gratuita, primária e secundária (SAVIANI, 2007).

O Estado tinha um papel importante na expansão e nas condições mínimas de infraestrutura e indústria básica. Desta forma, o empresariado além de apoiar o nacionalismo, apoiou também a ideologia do governo. A industrialização do Brasil começou a se desenvolver em setores mais sofisticados tecnologicamente como mineração, metalurgia e siderurgia. Em 1946 tiveram início a produção de aço na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, que abriu perspectivas para o desenvolvimento industrial do país, pois o aço constituiu a base para vários ramos de indústria. Neste contexto a industrialização foi bastante lucrativa para os empresários estrangeiros, enquanto as camadas médias a vislumbraram como um instrumento de ampliação das possibilidades de concretização de suas aspirações de ascensão social e o operariado assim como forças de esquerda a viam como um fator de desenvolvimento do país e condição necessária para a libertação nacional (SAVIANI, 1987).

2.2 Período democrático, novo futuro para a educação profissional?

Em meados dos anos 1950 com o desenvolvimento industrial, iniciou a internacionalização da economia brasileira, com forte presença do papel do Estado no processo de modernização, particularmente nas áreas de infraestrutura e energia. O Plano de Metas do Governo Kubitschek¹² (1956-61) evidenciou a passagem definitiva do país à condição de industrializado e urbano. Os investimentos priorizaram a formação de técnicos, tendo em vista as metas de desenvolvimento. Em 1959, as instituições federais de ensino profissional passaram à condição de autarquias, com autonomia de gestão e de didática. Nesse período predominam as tendências tecnicistas de educação (WINCKLER; SANTAGADA, 2012).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) possibilitou certa estabilidade política por meio de um equilíbrio que repousou na seguinte contradição: ao mesmo

¹²O governo de Juscelino Kubitschek entrou para história do país como a gestão presidencial na qual se registrou o mais expressivo crescimento da economia brasileira. Na área econômica, o lema do governo foi "Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo". Para cumprir com esse objetivo, o governo federal elaborou o Plano de Metas, que previa um acelerado crescimento econômico a partir da expansão do setor industrial, com investimentos na produção de aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico (FAUSTO, 1994).

tempo em que estimulou uma ideologia política nacionalista (o nacionalismo desenvolvimentista¹³) no plano econômico levou-se a cabo a industrialização do país através de uma progressiva desnacionalização da economia (SAVIANI, 1987).

A febre em prol da educação para o desenvolvimento levou Juscelino a não deixar faltar em seus discursos um item valorizando o ensino técnico-profissional. Para Juscelino não só o ensino secundário deveria cuidar da profissionalização, mas até mesmo o primário teria de se obrigar a educar para o trabalho. O espírito do desenvolvimento inverteu o papel do ensino público colocando a escola sob os desígnios diretos do mercado de trabalho.

No Plano Nacional de Desenvolvimento de Juscelino, a educação para o Desenvolvimento era o quinto tema básico. Diante da priorização dada ao aspecto econômico, foi preciso propor políticas educacionais que atendessem às necessidades de qualificação das forças de trabalho para os postos na indústria e que oferecessem formação para as elites dirigentes conduzirem o projeto nacional desenvolvimentista. O setor de educação foi contemplado somente com 3,4% dos investimentos inicialmente previstos e abrangeu uma única meta (meta 30) que prescreveu a intensificação da formação de pessoal técnico e orientação da educação para o desenvolvimento administrativo do país, o que exigiu uma formação especializada.

O plano de metas apontou para uma infraestrutura industrial modificada em sua conjuntura econômica, deixando claro que o plano estava condenado ao fracasso caso não ocorresse uma interligação com as demais esferas econômicas, sociais e políticas. A infraestrutura econômica deveria ser acompanhada de uma infraestrutura educacional e esta meta constituiu propriamente um Programa de Educação para o desenvolvimento. Em 1955-56 os déficits em matéria educacional eram graves e para corrigi-los, traçaram-se metas compensadoras, como o aumento do número de alunos, e reestruturação das escolas. No ensino primário, a previsão era o aumento

¹³O movimento nacionalista no governo de Juscelino possuía duas grandes tendências que eram o nacional-desenvolvimentismo, em linhas gerais defendia uma industrialização do tipo capitalista, baseada principalmente no capital externo, enquanto o segundo defendia a industrialização do país sobre "bases nacionais", e uma dependência do Brasil ao capital externo denominava o modelo nacional-desenvolvimentista de "entreguista". Embora em alguns aspectos convergissem os políticos progressistas, fossem eles reformistas sociais ou simplesmente liberais interessados no aprofundamento do capitalismo industrial, eram unânimes quanto a crítica ao latifúndio, pois eles consideravam a oligarquia latifundiária como o principal empecilho para o desenvolvimento industrial do país (VELOSO, 2009).

de 40.000 alunos em 1958, 120.000 em 1959, 220.000 em 1960 e 340.000 em 1961 (OLIVEIRA, 1955).

Para as escolas secundárias, foram providenciados o aparelhamento físico e o aperfeiçoamento técnico-pedagógico, sobretudo no ensino industrial e no ensino agrícola. Ocorreu a construção de novas escolas e sua estruturação além da ampliação das escolas já existentes. Como exemplo destaca-se a aquisição de equipamentos para 26 Escolas de Magistério de Economia Rural¹⁴ e 33 Escolas de Tratoristas. No âmbito da rede federal, ocorre a ampliação de escolas agro técnicas, agrícolas e de iniciação agrícola, além disso, aconteceu a concessão para o ensino de grau médio, de 56.068 bolsas de estudos a alunos do curso ginasial; 9.106 a alunos do curso colegial; 36.534 aos do comercial; 13.498 aos do industrial; 14.492 aos do normal e 11.308 aos dos cursos agrícolas, totalizando 141.006 bolsas de grau médio (OLIVEIRA, 1955).

Mesmo com uma proposta de valorização no Plano Nacional de Desenvolvimento continuou investindo pouco na área. A gestão de Juscelino que iniciou o investimento em 3,4 do orçamento previsto, não conseguiu ultrapassar a quantia de 6,10% de recursos retirados do orçamento da União destinados à educação (PASINATO, 2013).

Nos anos de 1950 a 1957 foram criadas as Leis de Equivalência, de nº 1.076/1950, nº 1.821/1953, e nº 3.104/1957, que asseguravam aos concluintes dos cursos do primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito a matricularem-se nos cursos clássico e científico do ensino secundário. As chamadas Leis de Equivalência davam condições para que os egressos dos diversos ramos do ensino secundário, formações militares ou sacerdotais, sob o cumprimento de uma série de exigências educacionais, pudessem prestar o vestibular.

¹⁴ O Decreto lei nº 9613 de 20 de agosto de 1946, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino agrícola, ramo do ensino até o segundo grau destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura. O segundo ciclo do ensino agrícola compreendeu duas modalidades de cursos de formação; os cursos agrícolas técnicos e os cursos agrícolas pedagógicos. Os cursos agrícolas pedagógicos destinavam-se à formação de pessoal docente para o ensino de disciplinas peculiares ao ensino agrícola ou de pessoal administrativo do ensino agrícola com a duração de dois anos e os outros com a duração de um ano, com a função de formar mulheres para ministrar aulas no ensino profissional agrícola do primeiro ciclo, nível primário e ensino fundamental, para atuar nos cursos de extensão rural, nos quais seus alunos poderiam aprender e melhorar suas técnicas nas práticas agrícolas (BRASIL, 1946).

Em 1958 o clima de euforia com uma série de acontecimentos como o advento do cinema novo, a conquista da Copa do Mundo, a popularidade de Juscelino, além dos elementos do populismo e o nacionalismo, produziam o equilíbrio necessário para a produção da atmosfera ideológica da arrancada para o desenvolvimento. O novo padrão de acumulação baseado entre outras coisas na expansão das multinacionais, acenava para uma espécie de prosperidade em curto prazo, com ênfase no planejamento como instrumento do progresso.

A partir da década de 1960 iniciou-se o processo de ampliação da escolarização impulsionado pelo desenvolvimento econômico e industrialização, a educação era vista como preparadora de recursos humanos para tarefas da industrialização, modernização da agropecuária e ampliação dos serviços, postura bastante clara desde os discursos de Juscelino, determinante nos planos de seu governo e diretriz para os investimentos mais substanciais no sistema educacional desde 1955. Isso provocou a urbanização das cidades e a demanda pelo aumento da escolarização e por qualificação profissional numa perspectiva de inserção dos jovens na sociedade que começou a surgir (PINTO, 2013).

A campanha para a sucessão presidencial de 1960 foi realizada em um quadro modificado pelas transformações econômicas e sociais ocorridas durante o governo de Juscelino, cuja política desenvolvimentista provocou um grande crescimento das cidades. Fazendo duras críticas ao governo de Juscelino, Jânio venceu a eleição ocorrida no dia 03 de outubro de 1960, sendo eleito para vice-presidente João Goulart. Assim ambos foram empossados em Brasília no dia 31 de janeiro de 1961.

No início de seu governo Jânio alterou alguns direitos dos funcionários públicos, reduziu as vantagens dos servidores militares, tentou uma maior centralização administrativa com a adoção de medidas que diminuía o peso do Congresso Nacional e ampliavam o da Presidência.

Com o aumento dos conflitos sociais, o fortalecimento do movimento sindical e das ligas camponesas¹⁵, começou a ganhar corpo um movimento político a favor das

¹⁵ Nesse período a terra passou a ser rentável, e os proprietários expulsaram antigos posseiros ou enrijecer as condições de trabalho, o que provocou um descontentamento na população rural. As migrações aproximaram o campo da cidade, facilitando a tomada de consciência de submissão que estavam inseridos. Um dos movimentos surgidos no campo, foi o das Ligas Camponesas, em fins de 1955, formada pela população rural proprietária de um pedaço de terra, ou com algum controle sobre ela como os arrendatários e meeiros, que defendiam os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação do preço de arrendamento, e da prática onde o colono deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra (**LIGAS CAMPONESAS**, [s.d.]

reformas de base¹⁶. O movimento sindical estabeleceu relação ambígua com o governo apoiando a política externa, combatendo a política econômica e divergindo da proposta de abolição do imposto sindical. Jânio desenvolveu uma política interna conservadora e aceita pelos Estados Unidos, procurou afirmar no plano externo os princípios de uma política independente e aberta a relações com todos os países do mundo. Estabeleceu relações com as nações do bloco socialista, deflagrando uma crise política (ABREU, [s.d.]).

Pressões norte-americanas e da UDN provocaram frequentes atritos entre o Presidente e o Congresso Nacional. Com baixa popularidade, enfrentando uma crise econômica, sem apoio de grande parte do legislativo e com o descontentamento dos militares, o governo Jânio Quadros entrou em colapso sete meses após seu início. No dia 24 de agosto de 1961, Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, fez um discurso transmitido pelo rádio que Jânio Quadros estaria articulando um golpe de Estado. No dia seguinte, Jânio enviou uma carta ao Congresso Nacional comunicando sua renúncia, deu poucas explicações dos motivos, falando apenas que havia “forças terríveis” contra ele.

A constituição deixava claro que a sucessão deveria ser exercida pelo seu vice-presidente, João Goulart, entre tanto a posse ficou em suspenso visto que Jango estava ausente do país em visita à China. Assumiu provisoriamente a presidência da república, o presidente da Câmara dos deputados Ranieri Mazzilli.

Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, ocorreu um impasse político que culminou em uma grave crise nacional. João Goulart foi impedido de assumir imediatamente o cargo como determinava a Constituição, levando a um conflito interno: de um lado opositores da sua posse que temiam o caráter político que teria seu governo¹⁷; e de outro, aqueles que exigiam o cumprimento da Constituição,

¹⁶ Em 1958, ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) começou a discutir um conjunto de propostas que visava promover alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que garantisse a superação do subdesenvolvimento e permitisse uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendiam-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior (FERREIRA, [s.d.]).

¹⁷ Além das chamadas reformas de base, incluindo a reforma agrária, urbana, bancária, fiscal e universitária, Jango defendia o controle sobre o capital estrangeiro, a nacionalização e a estatização de setores básicos da economia; a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos oficiais não

apontando que, na ausência do presidente, seu vice deveria ser empossado. Como solução foi estabelecido um acordo que o levou a assumir a presidência no regime parlamentarista.

João Goulart tomou posse com poderes diminuídos em 7 de setembro de 1961, onde o presidente pouco interferia nas ações do primeiro ministro. O primeiro ministro indicado foi Tancredo Neves, em janeiro de 1963 houve uma consulta popular para que se decidisse sobre o sistema de governo implantado no Brasil, e o povo votou pela volta do presidencialismo.

O modelo populista de governo e o modelo expansionista caracterizado pelo avanço das indústrias de base se mantiveram estáveis até o momento em que a classe empresarial e as forças armadas apoiavam a política de governo. Com a intensificação da entrada do capital estrangeiro no país, o frágil equilíbrio acabou se rompendo, colocando em crise o nacionalismo e o populismo. A internacionalização acelerada da economia contribuiu então para que o modelo de dominação vigente se tornasse frágil e levasse a uma reorientação do papel do Estado na economia (CAPUTO; MELO, 2009).

De 1958 a 1960, ocorreram cerca de 180 greves. Nos anos de 1961 a 1963, foram deflagradas mais de 430 paralisações. Nesse mesmo período, diferentes organizações de coordenação dos sindicatos, no plano regional e nacional, foram criadas. Embora proibido pela legislação sindical, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), foi o responsável pelas primeiras greves de caráter político. As ações do sindicalismo seja através de suas greves na defesa de reivindicações estritamente econômicas ou de caráter político, foram toleradas e até mesmo incentivadas por Goulart, pois serviam ao projeto nacional-reformista¹⁸(TOLEDO, 2004).

Na luta pela Reforma Agrária, as Ligas se associaram às demais organizações políticas progressistas do país. Extensas reportagens em revistas e jornais do Brasil e do exterior informavam seus leitores acerca da ação e dos objetivos, “subversivos” e “revolucionários” das Ligas Camponesas. O nordeste faminto e sedento, estava a

graduados das Forças Armadas, assim como a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PANDOLFI, [s.d.]).

¹⁸ Jango apresentou suas Reformas de Base como o grande eixo de seu governo, que incluíam um amplo leque de medidas como a reforma agrária, bancária, eleitoral, administrativa, educacional e tributária. Com as reformas, o governo apresentou um Plano Trienal, cujos objetivos eram conter a inflação e reconduzir o país ao crescimento (FAUSTO, 1994).

um passo de uma radical e violenta “guerra camponesa”. Essa é a conclusão a que se chega com a leitura das alarmistas reportagens da grande imprensa. Na perspectiva nacional reformista a reforma agrária foi essencial para que o capitalismo industrial no Brasil pudesse alcançar um nível superior de desenvolvimento. De um lado, era preciso aumentar a produção agrícola com alimentos e matérias-primas ao mesmo tempo em que se buscava ampliar o mercado interno para os bens manufaturados. De outro lado, prevendo situações crescentes de tensões e conflitos sociais, foi proposto uma melhor distribuição de terras improdutivas (TOLEDO, 2004).

O desajuste entre as alterações de ordem social e econômica e o ensino brasileiro vinha produzindo obstáculos ao desenvolvimento, tornando-se urgente ajustar-se à educação à nova realidade nacional. Uma lei condicionada a esse propósito não poderia atingir as finalidades previstas, sem adequada e minuciosa regulamentação e o apoio de todos os elementos diretamente interessados no problema, isto é, na educação da criança e do adolescente.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 foi organizada com 96 artigos, que regularizava o sistema de ensino do País, possuía uma estrutura de poder centralizadora, e dividida em três graus de ensino: o primário, o médio e o superior. Em prosseguimento à educação recebida na escola primária era oferecido o ensino de grau médio, que compreendia dois ciclos: o ginásial e o colegial, e abrangia os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

A referida LDB, equiparava o ensino profissional do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos para todos os efeitos ao ensino acadêmico, pelo menos do ponto de vista formal. Todos os ramos e modalidades de ensino passavam a ser equivalentes, para fins de continuidade de estudos em níveis subsequentes (BRASIL, 1999).

O artigo 79 da LDB estabelecia a equidade dos alunos dos diferentes cursos de nível médio, ao determinar que todos os seus concluintes teriam acesso ao vestibular, sem a necessidade de complementação de matérias. Na prática os critérios de diferenciação cultural explícitos ou dissimulados continuavam a existir. Mesmo mediante a esta conquista não havia a superação da dualidade estrutural, pois ainda permanecia a bifurcação do ensino para atender às necessidades impostas pela divisão social do trabalho que, em última instância, ou em primeira, remetia à estrutura social, portanto, às das classes sociais (FERNANDES et al., 2014)

A Lei de Diretrizes e Bases representou um avanço no sentido da unificação do sistema escolar, enquanto o desenvolvimento caminhou para a expansão do capitalismo industrial no Brasil e a educação continuava a estruturar-se em bases, valores e técnicas. As correntes conservadoras e progressistas foram conflitantes em relação à educação, pois de um lado os conservadores eram favoráveis à manutenção da educação como privilégio de classe e, de outro, os progressistas favoráveis à democratização da educação.

2.3 O período militar

A intervenção das Forças Armadas em 1964¹⁹ tem um significado de contestação da própria forma de dominação burguesa na medida em que se mostrou incapaz de preservar, nos moldes da política liberalista, as relações do sistema capitalista. O golpe de 1964 pôs fim aos anseios nacionalistas de desenvolvimento e consolidou a posição imperialista de progresso²⁰. A redefinição do jogo político determinado em parte pelo empresariado, teve apoio na própria modernização e na evolução dos interesses das forças armadas.

As contradições geradas pela ruptura entre o modelo político e aceleração do modelo de expansão econômica foram se aprofundando e conduzindo a impasses de ordem política com a radicalização de posições de direita e esquerda. Os rumos do desenvolvimento precisavam ser definidos, ou em termos de uma revolução social e econômica pró-esquerda, ou em termos de uma reorientação dos rumos da política e da economia, de forma que eliminasse os obstáculos que se impunham à sua inserção

¹⁹Na madrugada de 31 de março de 1964, um golpe militar foi deflagrado contra o governo legalmente constituído de João Goulart, a falta de reação do governo e dos grupos que davam apoio foi notável, a greve geral em apoio ao governo também fracassou. Antes mesmo de João Goulart deixar o país, o presidente do Senado já havia declarado vaga à presidência do Brasil. O presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a presidência, conforme previsto na Constituição de 1946, no dia 02 de abril de 1964, foi organizado o autodenominado "Comando Supremo de Revolução", composto por membros do exército, da marinha e da aeronáutica (CASTRO, [s.d.]).

²⁰Durante o governo de John Kennedy, política de assistência econômica e social para a América Latina ganhou maior destaque com a formulação da Aliança para o Progresso, lançado em 13 de março de 1961 e entre as suas promessas estavam a erradicação da fome, educação básica acessível a todos, elevação do padrão de vida das famílias, independência econômica e auto sustentabilidade dos países latino americanos. A atuação da Aliança para o Progresso no Brasil começou ainda no governo de Jânio Quadro se caracterizou pela execução de obras de fachada, com o objetivo de chamar atenção da opinião pública, buscando melhorar a imagem dos Estados Unidos. Deveriam defender seus interesses na América Latina através da oferta de assistência na área social e econômica, combatendo, dessa forma, o anticomunismo (SILVEIRA, 2011).

definitiva na esfera do controle capital internacional, que foi a opção feita e levada a cabo pelas lideranças do movimento de 1964 (ROMANELLI, 1986).

A nova situação instaurada com o golpe exigiu adequações que implicavam em mudança na legislação educacional, mas o governo militar não considerou necessário alterá-la totalmente com a aprovação de uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. Isso porque, o golpe visava garantir uma continuidade da ordem socioeconômica, que havia sido considerada ameaçada no quadro político presidido por João Goulart. Justificando que uma proposta que defendia as diretrizes gerais da educação em vigor, não precisava, nem deveria ser alterada. Bastava uma adaptação a organização do ensino à nova situação (SAVIANI, 2004).

Nesse período o Brasil estava com 70.779.352 habitantes, 39,5% de analfabetos, distribuídos nas faixas de 15 a 69 anos. Da população estudantil, 5.775.246 alunos estavam matriculados na rede do ensino primário, 868.178 no ensino médio, 93.202 no ensino superior e 2.489 nos cursos de pós-graduação. Estes dados revelam a extensão do afunilamento da estrutura educacional brasileira: menos de 15% da população estudantil do ensino primário passava para o ensino médio; quase 2% da rede primária chegavam ao ensino superior e apenas 0,5% à pós-graduação (BOMENY, [s.d.]).

A partir dos anos 1940, o crescimento da matrícula no ensino superior é vertiginoso: 152,8%, de 1940 a 1951; 78% de 1951 a 1960, e 57%, de 1960 a 1964. Não obstante essa elevada taxa de expansão, com a crescente procura pelo ingresso no ensino superior não é nem de longe atendida. Anualmente as universidades indicam o número de vagas, de acordo com a disponibilidade de professores, espaço para salas de aula e equipamento disponíveis. Portanto, não são consideradas nem as necessidades da sociedade, nem a capacidade dos alunos em ingressar. Os alunos que ultrapassam as possibilidades de absorção das escolas ficam conhecidos como "excedentes" (BOMENY, [s.d.]).

A Lei nº 5540, promulgada em 28 de novembro de 1968 fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. O ensino superior teve por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário, indissociável da pesquisa, era ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. As universidades gozariam de autonomia didático-científica, disciplinar,

administrativa e financeira, que era exercido em forma da lei e dos seus estatutos (BRASIL, 1968).

Incorporando ao texto da Lei 5540/68²¹, conhecida como Lei da Reforma Universitária, estava o condicionamento cultural necessário aos anseios de dominação ideológica contidos na política imperialista norte-americana, através da imputação dos “ideais empresariais do *american way of life*”, em todas as instâncias educacionais dos países periféricos”. Segundo Santos e Azevedo (2003), as ações imediatas que motivaram a implementação da lei foram originadas pelo acúmulo de pressões, essencialmente das camadas médias, a favor da ampliação das possibilidades de acesso à Universidade.

O conjunto de medidas tomadas refletiu a intenção velada de se criar-se um instrumento de controle e de disciplina sobre a comunidade estudantil, assim como do operariado, identificados como possíveis opositores ao regime. Essas medidas tiveram como finalidade de garantir a ampliação da gestão de capital dos grupos hegemônicos que constituíram o apoio civil ao golpe, em alguns setores da burguesia nacional e grupos estrangeiros. A atitude inicial era a inviabilização das iniciativas marcadas pelo impasse da política nacional desenvolvimentista, em especial o projeto de Reforma Universitária, o Plano Nacional de Alfabetização e os Núcleos de Educação Popular (RIBEIRO, 2001).

Os anseios pela formação universitária foram consubstanciados pelo processo de afunilamento dos canais de ascensão social desencadeado pela concentração de renda, propriedade, mercado e capital associada ao desenvolvimento dependente, transformando a escolarização na via central de elevação social (PELEGRINI; AZEVEDO, 2006).

O modelo econômico foi o reforço de um modelo anterior de desenvolvimento das bases da modernização dos hábitos de consumo das classes altas e médias altas, modelo esse que precisava centralizar mais o investimento em setores que nem

²¹As transformações na organização das universidades do Brasil, possibilitaram o aumento das matrículas em instituições de ensino superior, principalmente em estabelecimentos de iniciativa privada. A Reforma ao declarar a autonomia econômica e didático-científica das universidades públicas, estabeleceram a escolha dos Reitores ao Presidente da República; criaram a unificação das unidades acadêmicas; surgiram a figura do Departamento; a anulação dos movimentos estudantis; maior interação ensino-pesquisa, a criação da monitoria, o aumento de programas de extensão, atividades desportivas, culturais e cívicas, que viabilizassem a “ocupação” do corpo discente (ANTUNES; SILVA; BANDEIRA, 2011).

sempre eram básicos para o conjunto da população. O golpe impediu a extensão das reformas de base desse período, como também inviabilizou uma política de massas²². Por meio de uma ação punitiva contra os setores chamados de esquerda e de um forte controle dos trabalhadores, o governo autoritário implantado conseguiu orientar os objetivos da acumulação acelerada, da modernização tecnológica e de baixos níveis de investimentos sociais (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994).

Nos anos que se seguiram ao golpe militar, ocorreu uma crescente intervenção do Estado na economia através da elaboração das condições de funcionamento dos mercados de capital e da força de trabalho, garantidas pela hegemonia absoluta do Poder Executivo e do aparelho repressivo do Estado. O governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-74) no Brasil, representava a época do chamado Milagre Econômico²³, mas em paralelo o país passava por censura, repressão e clima de terror. A propaganda oficial do governo prometia que até o ano 2000 o Brasil seria elevado à categoria de potência mundial. Os planejadores do milagre beneficiavam-se de uma situação da economia mundial caracterizada pela disponibilidade de recursos, em que os países ditos em desenvolvimento, aproveitaram para fazer empréstimos externos. No Brasil houve um crescimento nos empréstimos e no investimento de capital estrangeiro e um dos setores que mais cresceu foi a indústria automobilística.

O “*milagre*” brasileiro poderia ser avaliado através de alguns números. De 1968 a 1975, o Produto Nacional Bruto (PNB) teve um crescimento anual médio de 9%. Entre 1968 e 1974, a população do Brasil passou de 86 para 105 milhões de habitantes. Mas o PNB passou de 40 para 78 bilhões de dólares. A produção de

²²Tem vista das novas modalidades de participação e de organização do poder que substituíram as formas tradicionais de dominação oligárquica, a criação de sindicatos, partidos e movimentos de trabalhadores foram iniciativas que pressionaram as autoridades a democratizarem o poder por meio da ampliação dos direitos políticos e sociais. A nacionalização dos setores populares foi outro aspecto importante da política de massas. Provenientes das zonas rurais, ou então compostos por uma mescla heterogênea de estrangeiros e nacionais sem laços entre si, foi objeto de políticas visando a sua homogeneização cultural e a identificação em torno dos símbolos nacionais. Na política de massas, as próprias ações dos líderes eram apresentadas em nome do interesse nacional, reforçando o nacionalismo e a legitimidade dos governos (BEIRED, 1999)

²³ A economia brasileira registrou taxas de crescimento, o setor industrial se expandia e as exportações agrícolas aumentaram significativamente, gerando milhões de novos postos de trabalho. A fim de sustentar e ampliar o desenvolvimento e crescimento da economia, o governo investiu grandes somas de recursos financeiros em infraestrutura (construção de grandes estradas, pontes, hidrelétricas, etc.). A maior parte desses recursos financeiros era de empréstimos estrangeiros (FAUSTO, 1994).

energia elétrica aumentou de 38 para 72 bilhões de kwh. A produção de aço passou de 4,4 para 7,5 milhões de toneladas. As exportações cresceram de 1,881 para 8 bilhões de dólares; as importações de 1,855 para 12,500 bilhões de dólares. A produção de automóveis, de 279.000 para 858.000 unidades (COMBLIN; FIALHO, 1978).

O crescimento da economia de 1969 e 1973 representou a consolidação da expansão capitalista nos moldes que já vinham se delineando por meio de três pilares básicos: o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial; as duras condições de trabalho (estima-se que dos 36 milhões de pessoas que compunham a população economicamente ativa, dois milhões foram vítimas de acidentes de trabalho); a repressão política como uma ação do Estado. Esta condição garantiu a expansão capitalista e se apresentou neste quadro, como um fator de consolidação do capital nacional e internacional (HABERT, 1992).

As importações de determinados bens eram necessárias para sustentar o crescimento econômico e as exportações se diversificavam com os incentivos dados pelo governo à exportação de produtos industriais, na forma de créditos e isenção ou mesmo redução de tributos. Os esforços pela diversificação de produtos davam resultados e o governo arrecadava cada vez mais tributos, o que contribuiu para a redução do déficit público e da inflação.

Para atender ao novo modelo produtivo ancorado na incorporação da ciência e da tecnologia, a proposição de uma escola de nível médio integrada à formação profissional ganhava adeptos ao longo da década de 1960, o que produziu desdobramentos no currículo do ensino médio. Com efeito em 1971, essa questão passou a ser o eixo da reforma da educação com a obrigatoriedade da formação profissional, pela integração entre formação geral e formação técnica (PINTO, 2013).

Seguindo essa tendência o 2º grau regular e o técnico passaram a ser integrados com a reforma da educação básica, promovida durante o período militar e assim o papel do 2º grau estaria orientado à recuperação da relação entre conhecimento e a prática do trabalho (SAVIANI, 2008).

A partir disto, foi imposto um modelo de ensino de 2º grau com formação obrigatória profissionalizante (Lei nº 5.692, de 1971), dada a eminente demanda de técnicos de nível médio, na criação do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PNDE), que ao direcionar investimentos em transportes, petroquímica e

comunicações, exigia também cursos técnicos correlatos para atender essa demanda (WINCKLER; SANTAGADA, 2012).

A política econômica tinha o propósito de fazer crescer o rendimento do país para só depois distribuí-lo. Privilegiava-se então a acumulação de capitais através da criação de um índice prévio de aumento de salários em um nível que subestimava a inflação. Ocorreu um aumento de oportunidades de emprego e um número maior de membros das famílias urbanas foi inserido no mercado de trabalho, o que não levava a um aumento no rendimento familiar, pois individualmente ganha-se pouco. Em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebeu menos de um salário mínimo e 22,8% entre um e dois salários. (FAUSTO, 1994).

A preocupação em se reformar o ensino primário e médio manifestava a intenção de criar supostas condições de igualdade para a grande massa num momento de extrema desigualdade e repressão. Ao mesmo tempo visava garantir a legitimidade das ações do Estado por meio de um discurso que justificava a não locação de recursos públicos em áreas prioritárias como a saúde, a previdência e a educação. A visão da educação era tecnicista²⁴ e utilitária, de preparação do homem para o mercado de trabalho (XAVIER et al., 1994).

A adequação implantada pela Lei nº 5.692/1971 marcou significativamente a história da educação profissional no Brasil, ao universalizar a profissionalização no âmbito do ensino de segundo grau. Ao responder às exigências por mão de obra qualificada, reformulou os currículos de formação humanística para formação profissional. Ou seja, os conteúdos humanistas, predominantes até então, foram substituídos pelos científicos e técnicos, orientados para o trabalho (FERNANDES et al., 2014).

Com essa reforma ocorreu uma perspectiva de empobrecimento do currículo. Os conteúdos de formação propedêutica foram encolhidos e aqueles que representavam os conhecimentos básicos de acesso ao ensino superior foram diminuídos. Em seu lugar foram inseridos mais de 50% de conteúdo específicos da formação profissional.(REGATTIERI; CASTRO, 2010).

O objetivo a ser alcançado era o de formar o trabalhador competente, disciplinado e integrado ao projeto de desenvolvimento do país. Formar o capital

²⁴ Privilegiava a tecnologia educacional e transformava professores e alunos em meros executores e receptores de projetos elaborados de forma autoritária e sem qualquer vínculo com o contexto social a que se destinavam (MENEZES, 2001).

humano, o que demandava uma estreita relação entre a educação e o mercado de trabalho. Trata-se de um período de muita influência norte-americana, inclusive no campo da Educação Nacional, apontada pelos acordos MEC/USAID²⁵, e que fundamentaram a orientação das leis editadas posteriormente.

Com a Lei nº 5692/71, de 11 de agosto de 1971 os ensinos primários e ginasial, foram modificados em sua denominação para o ensino de primeiro e segundo grau, fixando normas, e instituindo, entre outras inovações, como a profissionalização obrigatória em todos os cursos do 2º grau. O processo foi imposto sem o mínimo debate com a sociedade civil, com uma face de cunho marcadamente tecnicista, pretensamente contra a seletividade do ensino, mas reforçando a divisão em classes sociais da população, que fracassaria em seus objetivos, apesar de apresentar um discurso igualitário nos seus capítulos legais (SAVIANI, 2004).

Entre as mudanças introduzidas pela Lei nº 5692/71 estava a ampliação da obrigatoriedade escolar para 8 anos, fazendo com que o curso primário e ginasial unificassem no curso fundamental de 8 anos, eliminando os exames de admissão. Esses exames foram um dos gargalos responsáveis pela seletividade e exclusão de boa parte da população que concluía o curso primário. No ensino subsequente foi eliminado o dualismo entre a escola secundária e técnica, com o propósito da habilitação de grau médio.

Em lugar de um ensino médio subdividido horizontalmente em ramos, instituiu-se um curso de segundo grau unificado, de caráter profissionalizante, albergando, ao menos como possibilidade um leque amplo de habilitações profissionais. Entretanto, a profissionalização universal e compulsória do ensino do segundo grau enfrentou

²⁵Acordos produzidos nos anos 1960 entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), visando estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Abrangia desde o ensino fundamental até o ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional, pela concepção de educação como referencial para o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas (MINTO, 2006)

vários percalços, acabando por ser revogado pela Lei nº 7044 de 18 de outubro de 1982 (SAVIANI, 2004).

Com a Lei nº 5692/71 uma única escola de 1º e 2º graus foi criada: ensino de 1º grau com uma carga horária de 720 horas anuais e com duração de 8 anos destinada à formação da criança de 7 a 14 anos, correspondendo à obrigatoriedade escolar; ensino de 2º grau com duração de 3 a 4 anos, e carga horária de 2200 a 2900 horas, destinada à formação do adolescente. Ficou estabelecido o princípio da continuidade que assegurava a passagem de uma série para outra, desde o primeiro grau até o segundo grau e o princípio da terminalidade, por meio do qual o aluno ao terminar cada um dos níveis de ensino, estivesse capacitado para ingressar no mercado de trabalho. O ensino de 2º Grau passou a ser obrigatoriamente profissionalizante, e com isso deu-se a ele um caráter de terminalidade. Além disso, pretendia-se também, que uns grandes contingentes de alunos saíssem do sistema escolar e entrassem diretamente no mercado de trabalho, diminuindo a pressão por vagas no ensino superior.

A lei pretendia romper com a dualidade entre a escola secundária e técnica substituindo os antigos ramos propedêutico e profissionalizante por um sistema único, por onde todos passavam independentemente de sua origem de classe, cuja finalidade era a qualificação para o trabalho através da habilitação profissional conferida pela escola. A terminalidade como norma no ensino de 2º grau definiu-se como uma nova forma de relação entre educação e trabalho neste nível: o compromisso da escola com a formação profissional, independentemente da classe social a que pertencia o aluno. Na prática pouca coisa mudou em função de inúmeros fatores estruturais e conjunturais que impediram que a homogeneidade ocorresse. O que se pretendia era resolver no interior da escola, por meio da homogeneidade, a divisão entre trabalho intelectual e manual e as diferenças de classe que estavam postas na sociedade (KUENZER, 1991).

As condições desiguais de acesso à escola, aliadas à falta de vontade política para assegurar as condições financeiras necessárias à viabilização da nova proposta; a falta de professores qualificados, as dificuldades metodológicas de articulação entre teoria e prática e o desinteresse do capital em ampliar e regulamentar as carreiras de nível técnico acabaram por impedir a efetivação da proposta. As escolas que antes da Lei nº 5.692/71, ministravam cursos profissionalizantes de qualidade continuaram a fazê-lo, basicamente, nas áreas de ensino técnico industrial, agropecuário, comercial

e de formação de professores para as primeiras séries do 1º grau. As escolas que preparavam os filhos da burguesia e da pequena burguesia para o vestibular continuaram a fazê-lo usando artifícios para esconder seu caráter propedêutico sob uma falsa proposta profissionalizante. Quanto às escolas públicas de 2º grau de modo geral, em face de suas precárias condições de funcionamento, não conseguiram desempenhar funções nem propedêuticas, nem profissionalizantes, caracterizando-se por uma progressiva perda de qualidade (KUENZER, 1991).

Na prática, a compulsoriedade da educação profissional se restringiu às escolas públicas nos sistemas de ensino dos estados e federal. As escolas privadas continuaram, em sua absoluta maioria, com um currículo propedêutico voltado para as ciências, letras e artes, que visava o atendimento às elites, embora na teoria elas fossem profissionalizantes (MOURA, 2007).

Dentro do espírito do desenvolvimento com segurança foi elaborada a Lei nº 5692/71 completando o ciclo de reformas, que tinha como propósito ajustar a política educacional à estabilidade desmobilizadora e excludente empreendida de 1964 em diante. O ensino profissionalizante foi o projeto mais audacioso que a política educacional da ditadura brasileira empreendeu. Foi o *milagre* acontecendo no campo educacional, pois expressou estratégias em prol de uma ideologia desenvolvimentista com acento privatizante na educação e compulsoriamente profissionalizante (XAVIER et al., 1994).

A relativa prosperidade da economia encobriu o processo de exclusão social de boa parte da sociedade que não se beneficiou com o *milagre econômico*. Os programas sociais do governo não acompanhavam o desenvolvimento da economia, e os gastos públicos com saúde e educação diminuíram. A ideia central era de fazer o rendimento crescer para depois distribuí-lo. Esse tipo de política acentuou ainda mais as desigualdades regionais e sociais, desencadeando um forte movimento migratório e uma exagerada concentração de renda, aumentando assim a dependência em relação ao sistema financeiro e ao comércio exterior.

A partir de 1973, a conjuntura internacional sofreu forte impacto em decorrência da crise mundial do petróleo. A elevação do preço desse produto fez com que a economia mundial se retraísse e as exportações brasileiras sofressem grande queda. No plano interno esta alteração desencadeou uma série de problemas que foram represados, provocando o retorno da inflação e o fim do chamado *milagre econômico brasileiro*.

A sucessão do general Emílio Garrastazu Médici marcou disputas das forças governamentistas e este não conseguiu indicar o seu sucessor, assumindo assim o general Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974. O governo de Geisel associou-se ao início da abertura política, que o general presidente definia como lenta, gradual e segura. Na prática a liberalização do regime, formulada pelo presidente e seu chefe da casa civil, ficou conhecida como democracia relativa. Ela se baseava na flexibilização do sistema, no controle das tendências mais radicais do regime e na tentativa de atrair setores da oposição moderada para alargar as bases políticas do governo.

Nos primeiros dez anos do regime militar, a economia brasileira estava relativamente equilibrada e em crescimento. Durante o governo Geisel, a inflação voltou a subir, agravando os problemas sociais e políticos. Era necessário impor uma política que prevísse a contenção da aceleração inflacionária e um plano de desenvolvimento de médio e longo prazo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

O governo procurava implementar uma política de substituição do petróleo, incentivando a construção de usinas hidroelétricas, criou o Proálcool, e iniciou o desenvolvimento de pesquisas em energia nuclear, sempre a cargo das empresas estatais. Todo o problemático quadro econômico externo e interno elevou a inflação para cerca de 40% ao ano, mas o país continuava crescendo, apresentando taxas de crescimento próximas de 7% ao ano no período de 1974 a 1978.

Em sua política externa, o governo de Ernesto Geisel (1974 a 1979) evitava o alinhamento incondicional aos Estados Unidos. Reconheceu regimes socialistas no mundo e reatou relações diplomáticas com a China, o que fez aumentar as críticas da linha dura²⁶. Geisel deixou a presidência no dia 15 de março de 1979 e é sucedido pelo general João Batista Figueiredo.

O processo de distensão do regime autoritário foi aprofundado pelas pressões da sociedade e em razão das dificuldades internas do regime, deu forma ao que se denominou abertura. Durante o governo de Figueiredo (1979 a 1985), algumas

²⁶ Geisel, por conta da abertura do regime, enfrentou uma dura oposição dentro das Forças Armadas, que ficou conhecida como a linha dura do Exército, que ansiava por mais espaço dentro do governo e a permanência da repressão, que incluía prisões, julgamentos sumários e tortura, defendendo a permanência da ditadura. Esse grupo alegava que a volta da democracia poderia trazer de volta o perigo do comunismo. Os linhas duras realizaram diversos atos de violência contra presos políticos e atentados políticos e procuraram culpar os movimentos de esquerda por eles (FAUSTO, 1994).

reivindicações foram concretizadas, ampliando a abertura política. A política de concessões e distensão continuou sendo combatida internamente pelos segmentos vinculados à linha dura.

O governo Figueiredo também ficou marcado pelo início da crise do modelo de desenvolvimento baseado no investimento do Estado e do capital privado financiado pelo crédito externo. O cenário internacional de contenção e crises elevou os juros cobrados sobre os empréstimos internacionais, aumentando a dívida externa e diminuindo a capacidade de exportação.

Nas brechas criadas pela distensão política de Geisel que procurava abrir o regime de forma gradual com o fim do Ato Institucional nº 5²⁷, a sociedade brasileira se reorganizava de diversas formas, em vários segmentos sociais. A igreja católica, por exemplo, criou uma extensa rede de organização social por meio das pastorais. Os conflitos sociais reprimidos pelo regime militar durante anos começam a reaparecer. Nas grandes cidades, seguindo a tendência geral de articulação da sociedade civil, inúmeros movimentos sociais despontavam, reivindicando questões específicas e questionando o Estado autoritário, o que levou ao reconhecimento da presença dos oprimidos e miseráveis. Nesse período, o sindicalismo, de maneira independente, reorganizou-se passando por profundas transformações.

Com a Lei nº 5.692/71, as contradições entre os diferentes ramos da formação do 2º Grau e a dualidade do sistema educacional foram aparentemente resolvidas. Com a modificação trazida pela Lei Federal nº 7.044/82, de consequências ambíguas, tornava facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau. Se, por um lado, esse nível de ensino livrava-se das amarras da profissionalização, por outro, praticamente restringiu a formação profissional às instituições especializadas (BRASIL, 1999).

A partir desta mudança, muito rapidamente as escolas de 2º grau reverteram suas grades curriculares e passaram a oferecer apenas o ensino acadêmico, às vezes, acompanhado de um arremedo de profissionalização. Enfim, a Lei Federal nº

²⁷ O Ato Institucional nº 5 baixado em 13 de dezembro de 1968, autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, sem apreciação judicial, a decretar recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens considerados ilícitos, e suspender a garantia do habeas-corpus. O AI-5, não só se impunha como um instrumento de intolerância e de intensa polarização ideológica, como referendava uma concepção do modelo econômico em que o crescimento seria feito com "sangue, suor e lágrimas"(ARAUJO, [s.d.]).

5.692/71 embora modificado pela de nº 7.044/82 gerou falsas expectativas relacionadas com a educação profissional ao se difundirem, habilitações profissionais dentro de um ensino de 2º grau sem identidade própria, mantido clandestinamente na estrutura de um primeiro grau agigantado (BRASIL, 1999).

A década de 1980 configurou-se como sendo uma travessia entre o período governamental ditatorial, esgotado e desacreditado, para uma redemocratização tão esperada e necessária em termos de desenvolvimento nacional. A educação profissional perpassou pela mais ambiciosa de todas as políticas governamentais de educação, pela consagração dos cursos superiores de tecnologia sendo chamada de “década perdida”, permanecendo, vinculada à perspectiva neoliberal e aos horizontes dos setores produtivos (FERNANDES et al., 2014).

As forças de oposição ao regime militar obtiveram significativa vitória nas eleições de 1982, dois projetos se tornaram bandeiras políticas das oposições, o retorno das eleições presidenciais e a instituição de uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 1983 começaram as campanhas pelas eleições diretas. Em 1984, comícios gigantescos foram organizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, reunindo milhões de pessoas a favor das eleições diretas, constituindo-se na maior manifestação popular do país.

2.4 A redemocratização, novos tempos para a educação?

Apesar da movimentação das ruas o governo manteve-se irredutível na decisão de realizar a escolha para presidente por meio do Colégio Eleitoral. Encabeçada pelo governador de Minas Gerais, Tancredo Neves e tendo como vice o senador José Sarney, a Aliança Democrática disputou a eleição com o deputado Paulo Maluf, que embora não fosse militar, era quem representava e era apoiado pelos militares. Em 15 de janeiro de 1985 a chapa oposicionista chegou à vitória, anunciando o fim do regime militar e o início da Nova República.

A transição do regime autoritário para a democracia teve características muito peculiares no Brasil, começando pela morte do presidente eleito Tancredo Neves, e com a posse do então vice José Sarney que começou a governar sob uma forte presença da figura de Tancredo, nomeando o ministério escolhido por ele. Do ângulo político as atenções se fixavam em dois pontos, na revogação das leis que vinham do regime militar, estabelecendo ainda limites às liberdades democráticas, o chamado

entulho autoritário e nas eleições da Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Constituição.

Com a promulgação da nova Constituição de 1988, que manteve o dispositivo que atribuía à União, em caráter privativo, a competência para fixar as diretrizes e bases da educação nacional, teve como consequência, o início ao processo de elaboração da nova LDB já em dezembro de 1988, apenas dois meses após a promulgação da Constituição. Este processo culminou na aprovação em 20 de dezembro de 1996, da Lei nº 9394, que fixou as novas diretrizes e bases da educação nacional. Do ponto de vista formal pode-se concluir que diferentemente da situação anterior, em que havia três leis regulamentando os aspectos fundamentais da educação (Lei nº 4024/61, Lei nº 5540/68 e Lei nº 5692/71), com a nova LDB passou-se a ter, em termos substantivos, apenas uma lei infraconstitucional normalizadora da educação em seus vários aspectos, unificando, portanto, a regulamentação do ensino no país (SAVIANI, 2004).

No governo Sarney a economia brasileira atravessava uma grave crise. São lançados diversos planos de estabilização inflacionária, mas nenhum deles obtém êxito. Em março de 1986 o ministro da Fazenda, Dílson Funaro lançou o Plano Cruzado. Um dos aspectos mais importantes desse plano era o congelamento dos preços e também dos salários por um período de um ano. O plano teve um efeito imediato no que se refere ao controle da inflação e aumento do poder aquisitivo da população. Entretanto, depois de muita euforia pois, a população de modo geral começou a vigiar os preços e denunciar remarcações, a inflação voltou a crescer. Seguem-se o plano Cruzado II, de novembro de 1986; o Bresser, de abril de 1987 e o Plano Verão de janeiro de 1989. Todos esses planos econômicos fracassaram e a crise econômica agravou-se no final do governo de José Sarney com uma escalada da inflação que chegou a um patamar de 1800%.

Diante dos fracassos na política econômica, da hiperinflação, à sociedade restava esperar pelas eleições diretas para presidente em 1989. A população brasileira escolheu o presidente por voto direto, pela primeira vez, desde 1960. Fernando Collor conquista a população brasileira com ideais de modernização e justiça, prometendo acabar com os “marajás”, que representados por funcionários públicos e políticos com altos salários. Como resultado venceu as eleições que concorreu em oposição a Luiz Inácio Lula da Silva e, no dia 15 de março de 1990, tornava-se presidente da República.

Logo no início de seu governo lança um plano econômico chamado Plano Collor ou Plano Brasil Novo para contrapor à herança inflacionária do governo anterior. A política do novo plano causou impacto, pois cerca de dois terços da moeda circulante depositados em contas correntes e poupanças foram bloqueados. A moeda foi transformada de cruzado para novamente cruzeiro, congelaram-se preços e salários, o mercado reabriu à concorrência externa, criando-se uma agenda de privatizações, além da redução da intervenção do Estado na economia.

Ao reduzir a inflação de quase 84% em março para 7,8% em maio de 1990, o plano conseguiu um resultado positivo imediato. Em dezembro do mesmo ano, a inflação retornava, obrigando o governo a implementar um novo plano no início de 1991 que também fracassaria, deixando um rastro negativo de recessão e desemprego.

Em paralelo a isto, o governo era acusado de corrupção, incluindo ministros, assessores, acusados de desvios de dinheiro público, sendo instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. O processo de *impeachment* era apoiado pela população, autorizado pela Câmara dos Deputados e no dia 29 de setembro de 1992, como consequência, o presidente Fernando Collor renunciou pouco tempo antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade. Itamar Franco, o vice-presidente, assumiu a presidência no período subsequente do mandato.

Empossado em dezembro de 1992, o novo presidente do Brasil teve como primeira missão realizar um plebiscito previsto pela Constituição de 1988. Na votação a população decidiria a forma de governo a ser adotada no país, presidencialista ou parlamentarista. Como resultado a República presidencialista acabou sendo preservada com mais da metade dos votos válidos. Enquanto isso, as questões econômicas continuavam a alarmar a população como um todo.

No final de 1993, uma nova equipe econômica era formada sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso que então assumia o Ministério da Fazenda. No dia 28 de fevereiro de 1994 o governo anunciava o Plano Real, posto como mais uma tentativa realizada em prol da recuperação da economia e do combate imediato de taxas inflacionárias. Pelo novo plano, uma nova moeda prometia a estabilidade econômica, através da paridade da moeda com as reservas cambiais disponíveis.

Para que essas taxas cambiais assegurassem a estabilidade da moeda, o governo interviu na economia estabelecendo uma política de juros elevada. Com isso,

a economia brasileira ganhava a capacidade de atrair capitais estrangeiros sem maiores dificuldades. Apesar de arriscado, esse modelo de desenvolvimento da economia conseguiu captar recursos e combater a inflação em um curto prazo de tempo. Uma nova esperança era injetada em amplas camadas da população. Ao fim de seu breve mandato, Itamar Franco experimentava o auge de sua popularidade. Nas eleições de 1994, o ministro Fernando Henrique Cardoso aproveitou do bom momento para lançar a sua candidatura à presidência do país. Como autor e mantenedor do Plano Real, ele conseguiu vencer as eleições sem maiores dificuldades.

Fernando Henrique Cardoso tomou posse em 1º de janeiro de 1995, privatizou importantes empresas estatais como a Vale do Rio Doce e o Sistema Telebrás. Em 1997 o Congresso aprovava uma emenda constitucional permitindo a reeleição para cargos executivos: Presidente da República, Governadores e Prefeitos.

Calcado na estabilidade econômica e controle da inflação, Fernando Henrique conseguiu se reeleger, em 1998. Entretanto seu segundo mandato começou em meio a crises. O país estava mergulhado em uma recessão econômica e para controlar a inflação, as medidas desestimulam o consumo interno e, conseqüentemente, elevam o desemprego.

Neste contexto, era aprovada a Lei Federal nº 9.394/96, atual LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - que configurou a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e a cidadania (BRASIL, 2013).

A LDB dispõe ainda que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Essa concepção representou a superação dos enfoques assistencialista e economicista da educação profissional, bem como do preconceito social que a desvalorizava. Tanto o ensino técnico e tecnológico quanto os cursos sequenciais por campo de saber e os demais cursos de graduação devem ser considerados como cursos de educação profissional. A diferença fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária (BRASIL, 1999).

A partir da Lei nº. 9.394/96 que passa a se basear na finalidade do ensino médio: formar para a vida. Tal definição foi apoiada em uma dicotomia instaurada pelo Decreto nº. 2.208/97 ao determinar que a educação profissional de nível técnico teria organização curricular própria e independente do ensino médio. Para melhorar o cenário o governo federal apostou, desde 2004, em propostas que apontem para um programa curricular mais flexível. Uma das principais medidas foi a possibilidade de integrar ensino regular e a educação profissional, através do decreto nº 5.154/04. Dessa maneira instituições privadas e públicas oferecem aulas regulares em um turno e cursos que preparem para o mercado de trabalho em outro, sob uma mesma matrícula. Além da educação integrada o decreto nº 5.154/04 trouxe outras duas formas de articulação entre o ensino médio e a educação profissional: a concomitante, para quem já está cursando o ensino médio regular, com duas matrículas por aluno e oferta de disciplinas na mesma escola ou em local distinto; a subsequente, oferecida para aqueles que já terminaram o ensino médio.

A universalização do ensino médio representou um desafio como política de Estado, apesar de pensar neste nível educacional em termos de vagas pelo viés do Artigo 7º da Lei nº 11.892/08, que estabeleceu como objetivo, ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, o que se vê hoje é o surgimento de novas políticas de governo que cruzam a implantação do ensino médio integrado como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

As estratégias de ampliação da educação profissional integrada ao ensino médio e a diversificação curricular, considerando as aptidões e expectativas de formação profissional e educacional dos estudantes e em sincronia com os arranjos produtivos locais, podem tornar o ensino médio mais atrativo, permitindo que o aluno vislumbre nessa etapa, não apenas o caminho para a educação superior, mas também uma possibilidade concreta de qualificação para o trabalho.

O sentido do trabalho para os alunos do ensino médio, certamente é uma das questões que prejudicam a natureza do currículo nessa etapa de formação. Nesse momento, os jovens estão projetando suas vidas como integrantes da população economicamente ativa, o que inclui as escolhas profissionais, enquanto os adultos vem nessa etapa de ensino a possibilidade de se qualificarem como trabalhadores (RAMOS, 2011).

Desta forma, a educação profissional deveria propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. De acordo com a visão politécnica²⁸, a educação escolar, particularmente o 2º grau, atual ensino médio, deveria propiciar aos estudantes a possibilidade de (re) construção dos princípios científicos gerais, sobre os quais se fundamentam a multiplicidade de processos e técnicas que dão base aos sistemas de produção, em cada momento histórico. Para incluir os novos conteúdos técnicos, os programas curriculares diminuem a carga horária das disciplinas tradicionais (CIAVATTA et al., 2005).

Recentemente a Lei Federal nº 13.005, de 24 de junho de 2014 aprovou o novo Plano Nacional de Educação (PNE), apresentando 20 metas que seguem as seguintes diretrizes, a saber:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, e
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País.

O regime de colaboração entre união, estados e municípios é previsto na referida lei como possibilidade de alcance da meta e desenvolvimento das respectivas estratégias, trabalho que deverá ser acompanhado sistematicamente.

²⁸Etimologicamente, politecnia significa “muitas técnicas”. No Brasil, o termo, com esse sentido, deu nome a instituições educacionais como escolas de engenharia (a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo); e com o sentido voltado para a formação humana em todos os aspectos, a educação omnilateral, humanista e científica, como a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz). Na segunda interpretação do termo, há um sentido político, emancipatório no sentido de superar, na educação, a divisão social do trabalho entre trabalho manual/trabalho intelectual, e formar trabalhadores que possam ser, também, dirigentes no sentido gramsciano (GRAMSCI, 2002; SEMERARO, 2003).

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO E EM SOROCABA

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por reformas educacionais no âmbito federal, em paralelo a isto no estado de São Paulo buscava-se o cumprimento destas exigências legais tentando adequá-las a sua realidade e necessidades.

No século XIX, o cultivo do café tornara-se o principal foco da economia brasileira, promovendo a acumulação de capital. Em São Paulo, os grandes latifundiários e comerciantes financiavam a criação da rede ferroviária a fim de tornar mais eficiente o transporte do produto até o porto de Santos, de onde o café é exportado para a Europa e Estados Unidos. Como consequência a exportação do café possibilitou a consolidação de uma economia, que subsidiou os primeiros empreendimentos industriais.

Neste contexto a educação profissional no estado de São Paulo e em Sorocaba, resgatou historicamente as especificidades das características da educação estadual e como conduziu a implantação da educação profissional na cidade de Sorocaba no âmbito das escolas estaduais, o que refletiu de como o estado procurava se adequar a legislação, para atender a sua demanda.

3.1 A educação profissional no estado de São Paulo

A educação pública no estado de São Paulo desde o final do século XIX e durante as décadas de 1910 e 1920, foi pensada como construtora do novo cidadão necessário à República e do homem necessário à nova organização econômica redesenhada com a introdução das indústrias no país.

Experiências anteriores ao século XIX no ensino profissional permanecem restritas a algumas instituições isoladas por iniciativas particulares. Como o caso das escolas profissionais denominadas Liceu de Artes e Ofícios, inauguradas no Rio de Janeiro, em São Paulo e Salvador. A partir do final do século XIX e no início do século XX, a escola tornava-se em São Paulo um importante centro formador de profissionais para a área da construção civil. Derivando de dois fatores: a demanda de mão de obra em função da rápida expansão imobiliária vivida na capital paulista durante o período e a participação do arquiteto Ramos de Azevedo na direção da mantenedora da escola, dono de uma importante construtora, responsável por diversas obras

contratadas pelo poder público estadual e por empresas privadas (GONÇALVES, 2006).

Desde o final do século XIX, já se registrava o funcionamento de diversas indústrias, que foi desenvolvida através do incentivo do capital oriundo do comércio exterior e da lavoura cafeeira. O que estimulou a expansão da atividade industrial foi o aumento da renda da população, a demanda de produtos de consumo não duráveis e a política de incentivo à imigração. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, o fluxo internacional de comércio sofreu uma drástica desaceleração. A interrupção da entrada de capitais estrangeiros e a obrigação de honrar os compromissos da dívida externa minaram os estoques de divisas nacionais. Como consequência, foi necessário controlar as importações, já prejudicadas devido à guerra, e promover a produção nacional de artigos industrializados. Estima-se que a produção industrial brasileira cresceu a uma taxa anual de 8,5% durante os anos de conflito (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC, 2016a).

Em setembro de 1909, o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou dezenove escolas profissionais, sendo uma no estado de São Paulo. Essa iniciativa vinculou-se a uma ideia assistencialista e a uma ideia industrialista²⁹, pois apesar de o ensino profissional ser visto como um ensino destinado às classes menos favorecidas, buscou-se formar operários mediante ensino prático e teórico para a indústria. Em 19 de fevereiro de 1910, com a Escola de Aprendizes Artífices, em São Paulo, foram implantados como primeiros cursos: o curso de tornearia mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas. O aumento das indústrias foi visto por muitos como uma solução para os grandes problemas brasileiros da época que eram também entendida como sinônimo de progresso, independência e civilização, pois buscava formar profissionais para as fábricas de acordo com as vocações econômicas e fabris de cada região (ZUCCHI, 2007).

Enquanto o governo federal criava suas escolas profissionais, o estado de São Paulo era autorizado pelo Congresso Legislativo em 1910 a criar instituições próprias, e inaugurou na cidade de São Paulo em 1911, a Escola Profissional Masculina e a Escola Profissional Feminina. Ao final da década de 1920, o estado de São Paulo possuía seis instituições estaduais espalhadas pelas cidades do interior do estado.

²⁹ Organização social em que predominam as indústrias, especialmente as de larga escala.

O processo de industrialização da década de 1920 se dividiu em duas etapas: a primeira até 1924, coincidindo com a terceira valorização do café (1921-24), quando foram realizados importantes investimentos em maquinaria que levaram à modernização da indústria; a segunda, de 1924 até 1929, quando ocorreu um processo de desaceleração na produção industrial, em virtude da retomada do fluxo de importações graças a uma taxa de câmbio que tornava mais barato o produto estrangeiro (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC, 2016a).

Até 1930 o poder político do estado de São Paulo representado pelas oligarquias, que também constituíam o setor intelectualizado da elite paulista, preocupado com a implementação da nacionalidade brasileira, investiam em um sistema de ensino com ênfase na instrução primária e popular. Além do desafio de educar a população, o governo republicano também convivia com muitos problemas sanitários, como o de saneamento, febre amarela e acomodação de mendigos, órfãos, tuberculosos, entre outros. Diante dessa realidade, o trabalho passou a ser visto como mecanismo de afirmação social, liberdade e igualdade, e a escola a ser considerada um recurso estratégico na conformação da sociedade de classes. Nesse contexto, o ensino profissional foi concebido pelos liberais paulistas como uma resposta à formação do cidadão operário, mais civilizado, inserido no trabalho livre e na força industrial, de conformidade com os moldes do modelo europeu (MACHADO, 2014).

Desde a implantação do curso técnico no estado de São Paulo das então Escolas Técnicas Industriais (ETIs), o ensino profissionalizante voltava-se ao mercado local, cabendo ao Estado apenas a supervisão de ensino e a parte acadêmica (CALSAN, 2011).

Assim, até 1933 as escolas profissionais no estado de São Paulo, apesar de terem as suas atividades consideradas como ensino regular, constituíam-se em ramo isolado dentro do sistema de ensino. Essas escolas não tinham articulação nem com o ensino primário nem com o secundário. Os cursos, masculinos ou femininos, com duração de três anos, eram abertos a todos aqueles que tivessem a idade mínima de 12 anos e fossem alfabetizados. Dava-se preferência aos que tivessem concluído o curso primário, embora pudessem ser admitidos até mesmo aqueles que não tivessem qualquer escolaridade (GONÇALVES, 2006).

Nesse período, o estado de São Paulo era um importante centro comercial do país, e o mercado de trabalho, necessitava de uma grande diversificação de mão de

obra, tanto no setor da indústria, como no setor de serviços, sendo necessárias novas qualificações técnicas para o operário.

Em 1933 Fernando de Azevedo implantou o Código da Educação com a equiparação do ensino profissional ministrado nas escolas oficiais profissionais ao curso secundário, à chamada escola acadêmica e ao mesmo tempo realizava assim a aproximação do ensino ao mercado de trabalho de cada localidade. Em 1934, era criada a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, imprimindo nova forma de gestão à organização do sistema de ensino, tendo ocorrido uma significativa expansão da rede de escolas profissionais paulistas, que aumentou de onze, em 1934, para vinte, em 1942 (MORAES; ALVES, 2002)

Durante a segunda guerra mundial ocorreu uma maior dificuldade na importação de mão de obra qualificada e de produtos industrializados da Europa. Isso causou um duplo problema para o Estado, pois precisava expandir o setor industrial para satisfazer as necessidades de consumo da população e com isso absorver mais mão de obra qualificada.

Com o Decreto-lei nº 4.073 (BRASIL, 1942) de 30 de janeiro de 1942, denominado Lei Orgânica do Ensino Industrial foram estabelecidas as bases de organização e de regime do ensino industrial, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca.

O Interventor Federal³⁰ no estado de São Paulo promulgou o decreto-lei nº 15.040, de 19 de setembro de 1945 (SÃO PAULO (ESTADO), 1945)³¹ e determinou que o ensino industrial fosse ministrado em dois ciclos, abrangendo em cada qual, as ordens de ensino, no primeiro ciclo, o ensino industrial básico, ensino de mestria, ensino artesanal, aprendizagem e no segundo ciclo, ensino técnico e ensino pedagógico.

³⁰ Um dos principais mecanismos de centralização político-administrativa utilizados pelo Estado Novo foi o sistema de interventorias. Dentro desse sistema os executivos estaduais passaram a ser chefiados por interventores diretamente subordinados a Vargas. A nomeação para cargos nos departamentos administrativos era um modo de favorecer antigos grupos dominantes ou promover a ascensão de novos. Por essa via, vários interventores puderam criar bases de apoio nos estados, afirmando-se como grandes lideranças. Seriam eles que iriam controlar localmente a principal máquina partidária que entraria em ação após a queda do Estado Novo: a do Partido Social Democrático - PSD (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC, 2016c).

³¹ Que trata da reorganização do ensino profissional, as escolas profissionais do Estado, subordinadas à superintendência do ensino profissional, da Secretaria da Educação e Saúde Pública.

Nessa época as escolas, como constituintes do primeiro ciclo do ensino industrial, perderam suas designações antigas de escolas profissionais e passaram à nomenclatura de escolas industriais. As que tinham cursos do segundo ciclo passaram à categoria de escolas técnicas. No estado de São Paulo, as escolas primárias e secundárias, masculinas, femininas ou mistas, tiveram suas denominações alteradas para escolas industriais em virtude do enquadramento à legislação federal (MACHADO, 2014).

Em 14 de setembro de 1946 o Decreto-lei nº 16.108, foi publicado no Diário Oficial do estado de São Paulo (DOE), a criação de cursos práticos de ensino profissional, com a finalidade de ensinar a menores e adultos uma habilitação profissional. O ensino nos cursos práticos abrangia as secções de trabalhos de metal, indústria mecânica, eletrotécnica, indústria da construção, artes gráficas, indústrias alimentares, higiene individual, artes industriais, indústria do tecido, indústria da pesca. Os cursos práticos, tinham duração de 1 (um) a 2 (dois) anos, e visavam o ensino de ofícios industriais simples e com horário e orientação pedagógica flexíveis, segundo as peculiaridades locais³² (SÃO PAULO, 1946)

A Lei Federal nº 3.552 (BRASIL, 1959), de 16 de fevereiro de 1959 ao introduzir modificações no ensino industrial, concedeu uma maior autonomia aos sistemas estaduais e municipais do ensino industrial, e em consequência desta concessão, o governo do estado de São Paulo promulgou a Lei nº 6.052, de 03 de fevereiro de 1961, que normalizou o sistema de ensino industrial e de economia doméstica e de artes aplicadas. Essa lei possibilitou a instalação dos colégios vocacionais por meio do Decreto Estadual nº 38.643, de 27 de junho de 1961. Portanto, embora a lei de 1959 vigorou por apenas dois anos, por ser substituída pela LDB 4.024/61, proporcionou alterações significativas sequenciais no estado de São Paulo (MACHADO, 2014).

Como visto no capítulo anterior, mesmo com a obrigatoriedade da Lei nº 5692/71 em relação a educação profissional, na prática, as escolas estaduais de São Paulo mantiveram poucos cursos profissionalizantes, como a habilitação específica

³² Os candidatos à matrícula em curso prático, devem atender as seguintes condições: ter 12 (doze) anos completos; estar vacinado e não ser portador de doença contagiosa; possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos a realizar no curso respectivo, verificadas mediante exame especial; possuir diploma de curso primário ou ter recebido ensino primário em grau considerado suficiente, verificado em exame de admissão (SÃO PAULO, 1946).

de 2º grau para Magistério, técnico em Contabilidade e técnico em Secretariado, pois preenchiavam as condições exigidas pela legislação. Estas habilitações não tinham necessidade de equipamentos e o corpo docente necessários, além da formação profissional básica.

Na década de 1970, após promulgação da Lei Federal nº 5692/71, teve início nos estabelecimentos de ensino privados e públicos municipais, no estado de São Paulo, a implantação do ensino profissional, que em 1972 apresentaram ao órgão competente um plano de trabalho para a organização didática e administrativa a ser implantada nas séries do ensino de 2º grau. Os estabelecimentos estaduais que já mantinham cursos técnicos providenciaram as mudanças curriculares até 1974; os outros elaboraram uma revisão de seus currículos para a implantação do ensino profissional (MIMESSE, 2007).

Nas escolas que não possuíam cursos técnicos anteriores a Lei, as providências foram adiadas por falta de materiais e equipamentos apropriados e pela estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Educação. Desta forma, somente com a reforma administrativa da Secretaria da Educação, em 1976, teve início a implantação do ensino profissional de 2º grau no estado de São Paulo, propondo três modelos pedagógicos, oferecendo habilitação plena, formando o técnico de ensino médio, habilitação parcial, formando o auxiliar técnico, e habilitação básica, sem orientar para uma profissão definida, e sim para um setor econômico. (MIMESSE, 2007).

As habilitações profissionais para o 2º grau passaram a ser instaladas e a funcionar regularmente somente em 1977. Na 1ª série contou com as disciplinas da parte geral e os alunos passaram a optar por uma habilitação quando ingressavam na 2ª série, em 1978. No início daquele ano, foi criada uma nova habilitação no estado de São Paulo, denominada Formação Profissional Básica para sanar as dificuldades de implantação do ensino profissional na maioria das escolas estaduais de 2º grau, pois tinham suas disciplinas adaptadas à situação existente, e os estudantes que ingressaram neste nível de ensino em 1978 cursaram as novas disciplinas, concluindo o curso com o certificado da modalidade de habilitação (MIMESSE, 2007).

A Formação Profissional Básica, instituída na Deliberação nº 3 do Conselho Estadual de Educação³³, era indicada a todos os estabelecimentos de ensino de 2º

³³Abrangia as três áreas necessárias às habilitações profissionais (ciências biológicas, ciências exatas e ciências humanas).

grau estaduais, que não possuíam condições de oferecer habilitações profissionais plenas ou parciais, nas escolas em que os estudantes demonstrassem interesse em cursá-la e nas que mantivessem apenas a habilitação específica de 2º grau para Magistério (MIMESSE, 2007).

Nessa época, em média apenas 30% dos alunos que ingressavam no 1º grau chegavam no 2º Grau de ensino no estado de São Paulo. A inequação dos recursos humanos e materiais disponíveis e a inexistência de uma política de formação desses recursos para o número de opções profissionais propostas pela Lei nº 5692/71 foi outro desafio para a sua concretização (LEITE; BARROS, 1980).

Na prática a transformação de toda a rede de ensino de 2º grau em profissionalizante, implicou num aumento substancial dos recursos financeiros, que o estado de São Paulo não estava em condições de suportar. Cada vaga de curso colegial acadêmico que era transformada em vaga de curso profissionalizante, significava um aumento em quase 60% no custo/aluno. Se a transformação fosse para uma vaga de curso agrícola, o aumento do custo aumentaria cerca de 607%. Em contrapartida, se a transformação fosse efetuada para os cursos de contabilidade, secretariado ou magistério, haveria uma economia de respectivamente, 38 e 56% no custo/aluno. A rede particular, na qual se ministrava o ensino propedêutico, continuou com o mesmo ensino sob a máscara profissionalizante (LEITE; BARROS, 1980).

A grande concentração das matrículas do ensino de 2º Grau profissionalizante recaía sobre os poucos cursos mantidos pelos antigos colégios técnicos Agrícolas, Comerciais e Industriais (57%) e sobre o Magistério (25%), tradicionalmente ministrados pelos antigos Colégios Estaduais e Escolas Normais (CENE) e Institutos Estaduais de Educação (IEE), anteriores à Lei 5692/71. A inadequação das instalações físicas, a carência de recursos humanos, financeiros e de serviços auxiliares, produziam reflexos negativos nos padrões de atendimento e rendimento do ensino, que se revelava muito baixo. Estes fatos aliados a uma grande distorção de idade/série levaram a uma grande porcentagem de evasão escolar, sobretudo pelo fato de mais de 50% da população na faixa etária de 15 a 19 anos já estava no mercado de trabalho (LEITE; BARROS, 1980).

3.2 A educação profissional no município de Sorocaba.

Em Sorocaba as feiras de muares foram importantes na formação da infraestrutura urbana da cidade, abrindo caminhos novos, novas ruas para a

passagem das tropas e até mesmo favorecendo a elevação da vila à categoria de cidade, em 1842. As características de vila só mudaram a partir de 1870 - 1880 quando novas construções como a Estação da Estrada de Ferro Sorocabana, o primeiro prédio de tijolos da cidade, a partir do que começam a substituir as construções de taipa (SILVA, P., 2000).

Sorocaba ficou caracterizada por uma economia integrada à produção da capital paulista desde a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana, foi favorecida pela construção de usinas hidrelétricas na região e a instalação das indústrias inglesas têxteis, o que lhe deu o título de Manchester Paulista. Além das fábricas de tecelagem e de extração e beneficiamento de matéria prima, as indústrias da área da metalurgia também ganharam importância na cidade, o que impulsionou a chegada de técnicos e operários de origem alemã (CELLI, 2012).

O termo Manchester Paulista, difundido a partir de 1905 para exaltar o município, foi a representação do avanço para a modernidade capitalista em Sorocaba, a associação com Manchester teve sua razão de ser, pois naquele momento, a cidade inglesa estava consolidada como um importante centro industrial da Europa, constituído principalmente por empresas da área têxtil. A indústria têxtil, que conferiu o título de “Manchester Paulista” à cidade e impulsionou os ideais capitalistas no início do século 20, entrou em franco declínio nos primórdios da década de 1970. A comparação, teve por objetivo destacar a vocação progressista local. Sorocaba experimentava outros aspectos da modernidade. Localizada próxima a um dos mais movimentados entroncamentos ferroviários do país, tinha fácil acesso a outros centros urbanos e recebia sem dificuldade as novas tecnologias que comporiam o seu parque fabril (PINTO JUNIOR, 2003).

A introdução das ferrovias no Estado de São Paulo de uma forma geral, fomentava a vinda de imigrantes, que associada à grande disponibilidade de terras, foram fatores decisivos que levaram ao grande desenvolvimento da cultura cafeeira no estado. Sorocaba por sua vez foi o berço da ferrovia no estado de São Paulo, sendo uma das cidades mais beneficiadas com a sua introdução e desenvolvimento no estado. Com isso, a formação do empresariado industrial, assim como do proletariado, tornou possível a transição e dissolução das feiras de muares, e a produção de algodão de cunho comercial (SILVA, P., 2000).

Este contexto levou a cidade a ter nas duas primeiras décadas do século XX, o quadro de trabalhadores das organizações sorocabanas composto por trabalhadores

originários do continente europeu. Com o declínio da importação de mão de obra, a proibição pelo governo da continuidade de exploração do trabalho infantil e as mobilizações dos trabalhadores ocorridas entre 1910 e 1920, pela redução da jornada de trabalho, pela melhoria dos salários e contra os abusos cometidos pelos empresários, motivaram a classe dirigente a preparar tecnicamente a mão de obra, isto é, através de escolas (GARCIA; SANDANO, 2015). Sorocaba ganhou projeção no setor têxtil, exigindo trabalhadores especializados em tecelagem, e para atender à demanda do mercado, iniciou-se, em 1929, o Curso de Tecelagem na Escola Profissional. Neste período, Sorocaba representava o segundo maior centro industrial do Estado, estando atrás somente da capital.

No ano de 1930 em entendimento com a diretoria da Estrada de Ferro Sorocabana, a Escola Profissional Coronel Fernando Prestes passou a oferecer o Curso Ferroviário, que se tornou um dos mais procurados. As aulas teóricas eram dadas na Escola Profissional e as práticas, nas oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana. Durante sua história, em decorrência das reformas efetuadas na organização do ensino profissional, a instituição sofreu profundas mudanças em seus cursos, que a princípio foi de ferroviários, vocacionais e profissionais, passaram posteriormente a serem cursos Industriais (MORAES; ALVES, 2002).

No relatório Anual da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1931 o Dr. Gaspar Ricardo refere-se à criação do Curso de Ferroviários, como sendo necessário devido ao fato de as oficinas de Sorocaba serem as maiores e mais modernas da América do Sul, sendo indispensável prover de pessoal habilitado, capaz de manejar e de tirar de seu moderníssimo maquinário, toda a eficiência de que são dotados. Para não recorrer a pessoal estrangeiro e, socorrendo-se exclusivamente de elementos da própria zona Sorocabana, é criada a Escola de Aperfeiçoamento, junto às Oficinas de Sorocaba, para o pessoal já pertencente à Estrada e a Escola de Aprendizagem para os futuros candidatos a ingressar nas Oficinas (BOSCHETTI; MACEDO; AMARO, 2006)

A criação do Curso de Ferroviários em cooperação com a Escola Profissional³⁴ trouxe benefício para ambos. A Escola Profissional realizava uma industrialização concreta e imediata de seu ensino. A Sorocabana por sua vez teve possibilidade de constituir um centro de formação profissional e de aperfeiçoamento do seu pessoal, elementos indispensáveis para garantir a manutenção racional e qualitativa dos

³⁴Em 09/06/1929, é instalada a escola na Rua Barão do Rio Branco, nº 228/280, esquina com a Rua Álvaro Soares, ruas centrais da cidade, contendo dois andares. A casa possuía duas entradas, sendo uma reservada ao setor masculino, pela Rua Barão do Rio Branco, e a outra, reservada ao setor feminino, pela Rua José Bonifácio, atrás da escola. Em 1930, a seção feminina foi transferida para a Rua Monsenhor João Soares, no "sobradão" do "Barão de Mogi Mirim enquanto a masculina permaneceu no prédio original (MORAES; ALVES, 2002).

serviços que se faziam necessários numa oficina ferroviária moderna (MORAES; ALVES, 2002).

Em 1968, pelo Decreto nº 52.499, foi criado e instalado o Colégio Técnico Industrial de Sorocaba, anexo ao Ginásio Industrial Coronel Fernando Prestes. Em 1970, o Ginásio Industrial passou a ocupar o prédio do Antigo Seminário, na Avenida Eugênio Salerno. Posteriormente passou a ocupar o prédio da Avenida Comendador Pereira Inácio, onde hoje está instalada a Escola Técnica Estadual Rubens de Faria e Souza, do Centro Paula Souza³⁵, permanecendo em funcionamento com Colégio Técnico Industrial. Por força da Lei 464/74³⁶, as escolas foram separadas oficialmente (MORAES; ALVES, 2002).

Em linhas gerais a partir da década de 1950 ocorreu um grande estímulo na urbanização em Sorocaba, destacando-se primeiramente a presença da indústria têxtil e, posteriormente, a fixação de indústrias de bens de consumo em seu território. Pode-se afirmar que as fábricas ocasionam o crescimento econômico municipal. Essas indústrias atingiram seu êxito no município devido à construção de dois eixos rodoviários, a rodovia Raposo Tavares (SP 270), em 1954 e a Castelo Branco (SP 280) em 1967, formando importantes trajetos de deslocamento de mercadorias e pessoas entre a cidade com as demais, especialmente para a capital do estado (SILVA, P., 2000).

Segundo dados do SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) analisados por Zimmermann (1992), Sorocaba foi um dos municípios que mais se destacam no processo de industrialização do estado de São Paulo, no período que se iniciou em 1954 e se estende até a atualidade, instalando indústrias de bens de consumo de todo o país (CANO, 1992). Além disso, na mesma época instalou-se no país uma política de transporte sobre pneus, que substituiu os trilhos e também contemplou a cidade.

Desde 1956, até a década de 1970, sob a influência econômica, as indústrias de Sorocaba e da região se diversificaram, estimuladas pela implantação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek e pela inauguração das rodovias. A

³⁵Autarquia da Secretaria de Administração do Estado de São Paulo que tem o intuito de organizar e desenvolver a educação nos graus do Ensino Médio (ETECs) e Superior(FATECs).

³⁶Lei Nº 464, de 14 de outubro de 1974. Dá a denominação de Escola Estadual de 2º Grau "Prof. Rubens de Faria e Souza", em homenagem ao ilustre professor e jornalista ao Colégio Técnico Industrial de Sorocaba criado pelo Decreto nº 52.499, de 23 de julho de 1970.

indústria regional ingressou num novo estágio marcado pela produção de bens intermediários, de capital e de consumos duráveis, em parte fruto da diversificação de grandes grupos locais na exploração mineral da região. (ZIMMERMANN, 1992)

A partir dos anos de 1970, com o processo de desconcentração industrial da cidade de São Paulo, a cidade de Sorocaba recebeu diversas indústrias o que favoreceu a transformação da cidade. Com a implantação do Plano Diretor no município, várias indústrias foram beneficiadas e se transferiram para a cidade interessadas em desenvolver seus negócios na Manchester Paulista.

O desenvolvimento industrial estimulou o crescimento urbano de Sorocaba, a intensa dinâmica socioeconômica e espacial em que se encontrava a cidade nessa época, resultou na criação de leis municipais que objetivavam regulamentar este desenvolvimento urbano. A Lei Municipal nº1672, de 1971, dispôs sobre a instituição do plano diretor de desenvolvimento físico, econômico, social e administrativo, de forma a propiciar o bem estar da comunidade (CELLI, 2012).

Crescendo nesse contexto diversificado, as indústrias existentes em Sorocaba atuavam em diversos segmentos como os de máquinas, autopeças, químicas, petroquímicas, farmacêuticas, entre outras. O atendimento a essa diversidade de segmentos, necessitava de mão de obra especializada, vias de acesso que permitiam o escoamento da produção e o deslocamento das pessoas, além de outros itens da infraestrutura como comunicação, transporte e educação, ampliando assim os requisitos que atendiam os interesses das empresas de diversos setores (SILVA, M., 2011).

As escolas públicas estaduais de 2º grau do município de Sorocaba, elaboraram uma revisão de seus currículos para a implantação dos cursos técnicos nos estabelecimentos estaduais, assim como as que já mantinham cursos técnicos também se adaptaram.

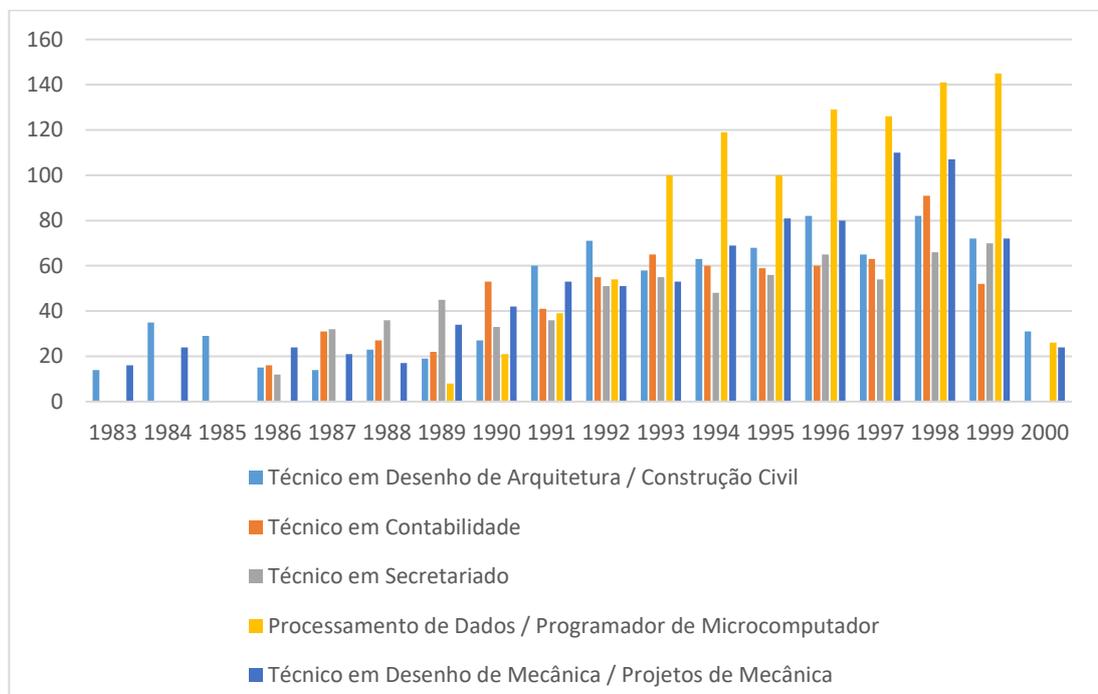
Para atender a demanda por cursos técnicos na cidade, com a nova denominação de Escola Técnica Estadual Fernando Prestes³⁷, em 1982, a escola foi

³⁷Com o Decreto-lei estadual nº 15.040 de 19 de setembro de 1945 passou a chamar-se Escola Industrial “Cel. Fernando Prestes”, mantendo-se assim até novembro de 1951; em 24 de dezembro de 1951, através da Lei nº 1.429, é transformada nos moldes previstos pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, e recebe a denominação de Escola Técnica “Cel. Fernando Prestes”; em 18 de janeiro de 1965, através do Decreto-lei nº 44.533, a instituição recebe o nome de Ginásio Industrial “Cel. Fernando Prestes”; em 23 de Janeiro de 1976, através da Resolução da SE publicada no DOE em 24/01/76, página 22, o Ginásio Industrial é transformado em Centro Estadual Interescolar “Fernando Prestes”; em 22 de Abril de 1981, com a Resolução nº 60 da SE, a partir de 02/02/1981, a instituição recebe o nome de Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus “Fernando Prestes”, e, também, a criação de

integrada ao Centro Paula Souza. Mesmo sofrendo os entraves que atingiram o ensino em nível técnico e superior e as constantes ameaças de desativação, a procura pelos cursos e vagas atingiu significativa demanda a ponto de exigir processo classificatório para seleção dos inscritos. (BOSCHETTI et al., 2006).

Entre os anos de 1983 a 2000, na ETE Fernando Prestes concluíram os seus cursos técnicos cerca de 4068 alunos³⁸, entre as áreas de Desenho de construção civil e Mecânica, Contabilidade, Secretariado e Informática. Os dados relativos as estas demandas são apresentadas no gráfico 1.

Gráfico 1 - Formandos nos Cursos Técnicos da ETE Fernando Prestes de 1983 a 2000



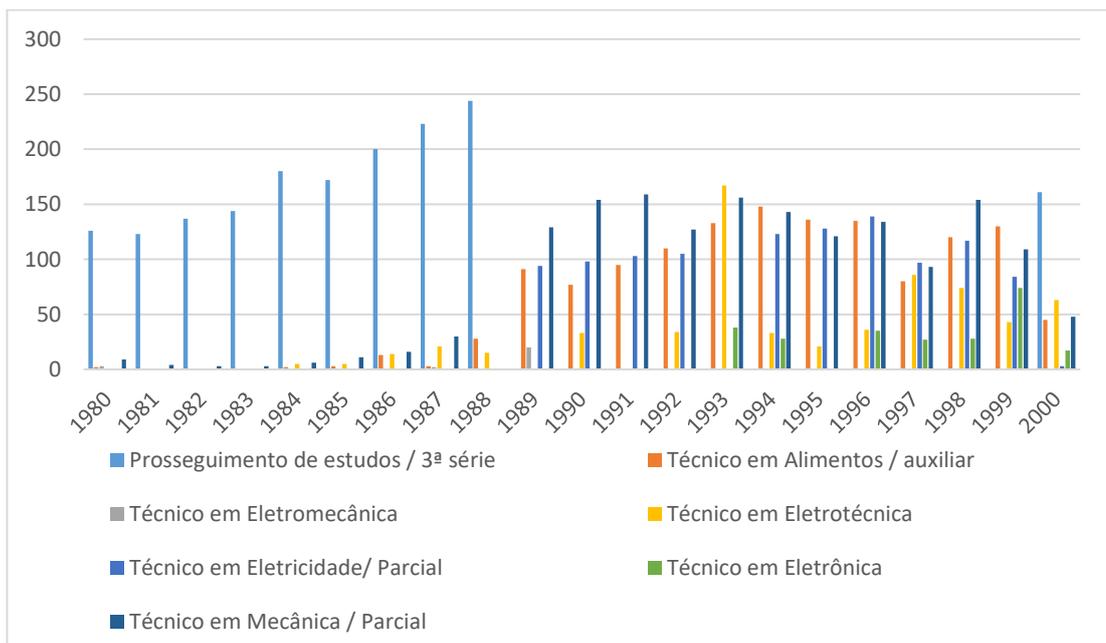
Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno suplemento, volumes 91 a 111, publicado entre os anos de 1981 a 2001.

4 séries; finalmente em 1982, pelo Decreto nº 18.421/82, foi integrada ao Centro “Paula Souza” recebendo o nome com o qual permanece até hoje – Escola Técnica Estadual (ETE) “Fernando Prestes” (GARCIA; SANDANO, 2011).

³⁸ Os dados foram elaborados através da análise do Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno suplemento, volumes 91 a 111, nº 144 de 31 de julho de 1981; nº 78 de 30 de abril de 1982; nº 176 de 15 de setembro de 1983; nº 129 de 11 de julho de 1984; nº 129 de 13 de julho de 1985; nº 126 de 5 de julho de 1986; nº 104 de 4 de junho de 1987; nº 162 de 27 de agosto de 1988; nº 174 de 16 de setembro de 1989; nº 107 de 9 de junho de 1990; nº 167 de 5 de setembro de 1991; nº 165 de 29 de agosto de 1992; nº 176 de 18 de setembro de 1993; nº 206 de 5 de novembro de 1994; nº 242 de 20 de dezembro de 1995; nº 188 de 28 de setembro de 1996; nº 187 de 30 de setembro de 1997; nº 242 de 22 de dezembro de 1998; nº 197 de 16 de outubro de 1999; nº 217 de 11 de novembro de 2000; nº 226 de 30 de novembro de 2001.

Com a estatização total das Escolas Técnicas Industriais, ocasião que foram renomeadas para ETEs (Escolas Técnicas Estaduais), a grade curricular foi adequada as normas do Centro Paula Souza, que passou a coordenar integralmente o Ensino Técnico em 1986. Os cursos profissionalizantes foram ministrados em três anos em período integral ou em quatro anos no período noturno (CALSAN, 2011). No gráfico 2, são apresentados os dados referentes às demandas dos cursos ofertados na ETE Rubens de Faria e Souza entre os anos de 1980 e 2000, que chega a formar 6685 alunos, voltados para a área da indústria, alimentícia, mecânica e eletrônica. Até o ano de 1988, a escola formou cerca de 1550 alunos com habilitação básica do 2º Grau para o prosseguimento aos estudos.

Gráfico 2 - Concluintes dos cursos ofertados na ETE Rubens de Faria e Souza entre os anos de 1980 e 2000

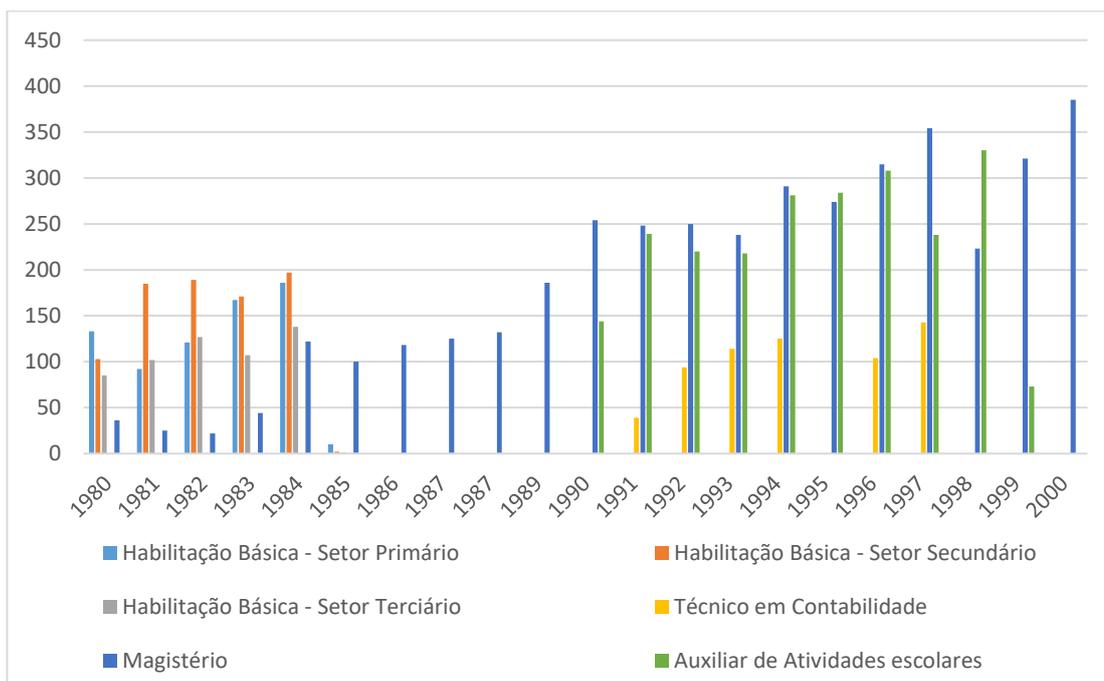


Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno suplemento, volumes 91 a 111, publicado entre os anos de 1981 a 2001.

Entre os anos 1980 e 1985, as escolas estaduais Dr. Antônio Padilha, João Clímaco de Camargo Pires, Júlio Bierrenbach Lima, Júlio Prestes de Albuquerque e Octávio Novaes de Carvalho, ofereciam os cursos de habilitação básica, formando nesse período nos setores primário 709 alunos, no setor secundário 847 e no setor terciário 560 alunos. Contando com a habilitação para o magistério e o técnico em

contabilidade, formam, nas escolas estaduais de Sorocaba, 2335 alunos em cursos técnicos, entre os anos de 1980 a 2000, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3—Concluintes dos Cursos Técnicos nas Escolas Estaduais de Sorocaba entre os anos de 1980 a 2000.



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno suplemento, volumes 91 a 111, publicado entre os anos de 1981 a 2001.

Entre os anos de 1980 a 2000 a E. E. Júlio Prestes de Albuquerque³⁹ ofereceu o curso de habilitação para o magistério, formando cerca de 8630 alunos no 2º Grau, sendo 2250 alunos no curso de magistério.

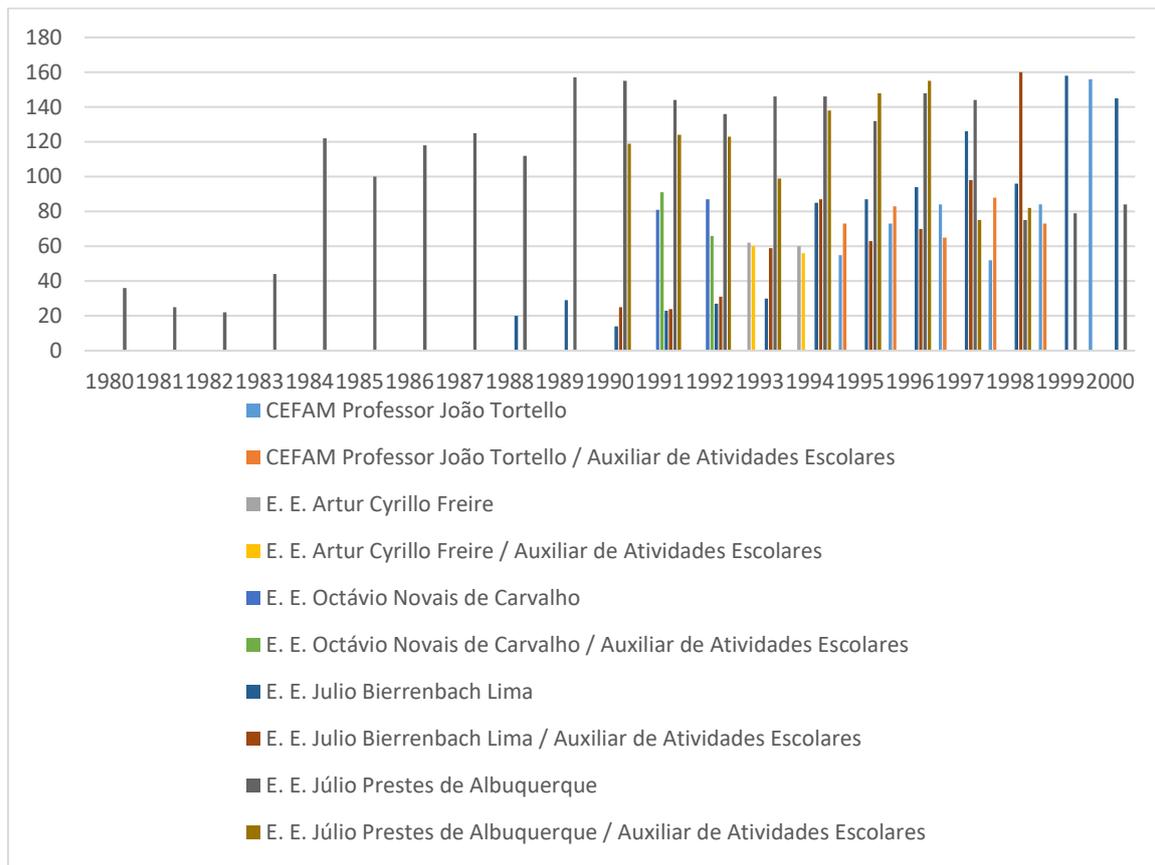
O gráfico 4, indica que entre os anos 1980 a 2000, 3978 alunos concluíram o curso de magistério nas escolas públicas estaduais do município de Sorocaba. A partir de 1990, o curso de auxiliar de atividades escolares⁴⁰ formou 2335 alunos, somando um total de 6313 concluintes dos cursos de 2º Grau profissional. O Centro Específico

³⁹Fundada em 1928, a atual Escola Estadual Júlio Prestes de Albuquerque, foi primeiro ginásio público de Sorocaba.

⁴⁰ Com a Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 4 de 12 de dezembro 1990 fica instituído, no sistema de ensino do Estado de São Paulo a Habilitação Profissional Parcial de Auxiliar de Atividades Escolares

de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério teve a sua primeira turma formada, em Sorocaba em 1995. Este Centro formou, em 6 anos, cerca de 504 alunos no curso de Magistério e 382 como Auxiliar de Atividades Escolares.

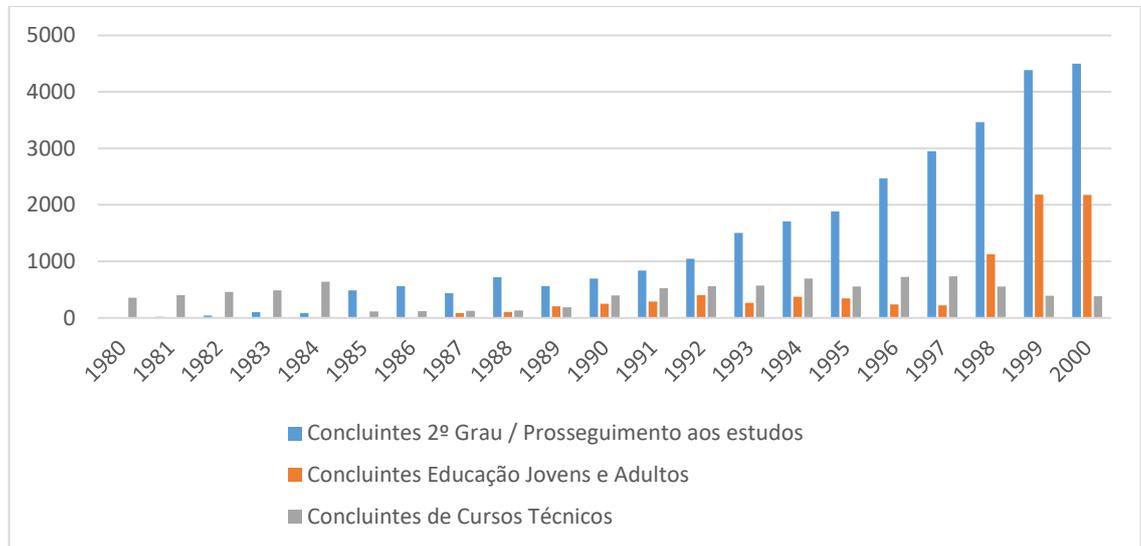
Gráfico 4 – Concluintes de 1980 a 2000, do curso de Magistério nas escolas públicas estaduais do município de Sorocaba e de Auxiliar de Atividades Escolares.



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno suplemento, volumes 91 a 111, publicado entre os anos de 1981 a 2001

No ano 2000 Sorocaba contava com 33 escolas estaduais oferecendo curso de 2º Grau. Dos anos de 1980 a 2000, cerca de 28470 alunos concluíram o 2º Grau regular, ou foram certificados para o prosseguimento aos estudos. Outros 8283 concluíram na modalidade de educação para jovens e adultos; 4063 concluem o curso de magistério e 2735 concluem em outro curso profissional. Entre eles, incluem-se os cursos de habilitação básica e o técnico em contabilidade oferecido na E. E. Josefa Rodrigues Fernandes. O gráfico 5 mostra que cerca de 43551 alunos concluíram o 2º grau nas escolas públicas estaduais de Sorocaba.

Gráfico 5 – Concluintes de 2º Grau das escolas estaduais de Sorocaba entre os anos de 1980 a 2000



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno suplemento, volumes 91 a 111, publicado entre os anos de 1981 a 2001.

Durante o período de 1980 a 2000, Sorocaba contava com 08 escolas particulares de ensino de 2º Grau na modalidade profissional, que ofereciam cursos na área de Contabilidade, Patologia Clínica, Eletrônica, Música, Administração, Agrimensura, Edificação, Magistério, Análises Químicas, Química, Desenhista de Arquitetura, Secretariado, Informática e Qualificação Profissional. Além das duas escolas municipais, Dr. Achilles de Almeida e Dr. Getúlio Vargas, que são o tema do próximo capítulo.

4 O ENSINO PROFISSIONAL PÚBLICO MUNICIPAL EM SOROCABA

Diante da atuação das escolas estaduais técnicas e mesmo as que se tornaram técnicas por força da Lei nº 5692 de 1971, além dos colégios particulares, as escolas técnicas municipais também contribuíram de forma marcante na educação profissionalizante da cidade, tornando-se uma referência de ensino profissional de qualidade, para o município e toda a região de seu entorno.

A implantação da escola normal livre municipal marcou o início da educação profissional municipal em Sorocaba, ao final da Primeira República. Até 1927 Sorocaba não dispunha de nenhuma escola secundária.

O sistema de ensino público na cidade contava apenas com grupos escolares primários. Nesse período um grupo de cidadãos sorocabanos, lutava por ter uma escola secundária, e o senador estadual Luiz Pereira de Campos Vergueiro afirmava que Sorocaba não precisa de ginásios, mas de escolas profissionais, combatendo sempre a sua instalação e também a instalação de escolas normais na cidade. No governo de Júlio Prestes de Albuquerque, Vergueiro⁴¹ perdeu o poder político na cidade, assumindo a liderança, como Prefeito Municipal, o Sr. João Machado de Araújo, apoiado por sorocabanos que lutavam pelo avanço educacional na cidade. Sorocaba então ganhou a sua escola profissional e o governador apoiou com verbas estaduais, para que a Prefeitura instalasse um ginásio e uma escola normal (SANDANO, 2009).

O desenvolvimento industrial estimulou o crescimento urbano da cidade de Sorocaba, a intensa dinâmica resultou na criação de leis municipais que objetivaram regulamentar este desenvolvimento urbano. Na visão do poder público municipal, Sorocaba precisava formar uma mão de obra especializada, e a finalidade dos cursos era preparar de uma forma rápida com condições de atender a demanda do mercado de trabalho. O acesso ao nível superior que era muito limitado.

Dentro desta realidade a rede municipal de Sorocaba para atender a legislação vigente iniciou a reestruturação de sua rede a partir da Escola Municipal Dr. Getúlio Vargas que já dispunha de toda a experiência e tradição do curso Normal

⁴¹ Vergueiro era um político chefe do Partido Republicano Paulista que dominou a política sorocabana por algumas décadas. O senador estadual Luiz Pereira de Campos Vergueiro, era um homem muito evoluído em alguns assuntos, e retrógrado em outros. Por exemplo: Sorocaba lutava por ter uma escola secundária de humanidades, ele dizia que Sorocaba não precisa de ginásios, mas de escolas profissionais, combatendo sempre a instalação destes e das escolas normais em nossa cidade (VIEIRA, 1990).

Livre que existia na escola desde 1929. Em 1973, a reestruturação chega a Escola Municipal Dr. Achilles de Almeida, que foi ampliada e iniciou a implantação dos cursos técnicos que serão tratados nesse capítulo.

A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória, preservando a memória física e espacial, como também descobrindo e valorizando a memória do homem mostrando-se um método para a realização de pesquisa. Assim, as entrevistas foram utilizadas como fontes para a compreensão do passado e consistiram na gravação de conversas com professores que trabalharam nas escolas no período compreendido entre os anos de 1970 e 2000 investigando a origem, formação, atuação e organização. O relato dos alunos que cursaram os cursos técnicos das escolas pesquisadas entre os anos de 1970 e 2000 também foi investigado procurando traçar um perfil de origem social e destino profissional, porém por meio de um levantamento *online*, com egressos desses cursos por intermédio de um questionário.

Analisando a educação profissional do município de Sorocaba, percebe-se que o município buscou fazer a ligação entre as escolas e as indústrias existentes na cidade. A diversidade de segmentos e a alta demanda de mão de obra especializada foi um fato que favoreceu a implantação de cursos profissionais nas escolas públicas municipais de Sorocaba.

4.1 A escola municipal Doutor Getúlio Vargas

Em 1927, o ginásio municipal que inicia suas atividades em 1928 com o título de Ginásio Sorocabano funcionando onde esteve instalada a Loja Maçônica Perseverança III, a qual mantinha a escola noturna destinada aos operários das fábricas e localizada na Rua Barão do Rio Branco, esquina com a rua XV de Novembro, no centro da cidade.

A escola municipal de Primeiro e Segundo Graus Doutor Getúlio Vargas, foi criada em 16 de janeiro de 1929, pela Lei Municipal nº 209 de 4 de julho de 1949, com o nome de Ginásio e Escola Normal Municipal "Dr. Getúlio Vargas", e com a Lei nº 1452 de 18 de fevereiro de 1967 Instituto de Educação Municipal "Dr. Getúlio Vargas" e, em seguida com a Lei nº 1796 de 29 de outubro de 1974, recebendo a denominação de Escola municipal de 1º e 2º Grau "Dr. Getúlio Vargas" (SÃO PAULO (ESTADO), 1981).

Em julho de 1931 foi criado um curso primário denominado “Escola de Aplicação Normal Livre”, para que os alunos formados no Curso Normal pudessem exercer a função de professores primários. Em 1932, forma-se a primeira turma da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba, contando com cinquenta e quatro alunos.

De acordo com Rondello (2007), nos primeiros anos de sua existência o número de alunos onde funcionava o ginásio aumentou gradativamente e o prédio não mais comportou a demanda. É iniciado então, uma campanha para arrecadar fundos para a construção de um novo ginásio que resultou em uma doação do empresário Alberto Trujillo, que doou uma gleba de 13.000 metros na avenida Dr. Eugênio Salerno para a construção do prédio da escola. Metade dessa terra foi destinada à construção da escola municipal e a outra metade à construção do ginásio do estado. A primeira construção foi realizada na parte superior do terreno doado e destinada ao ginásio estadual para funcionamento da escola normal livre.

Em 1938, ocorreu o início da construção do prédio definitivo da escola normal, que foi entregue em 1942 na avenida Dr. Eugênio Salerno, esquina com a rua Rio de Janeiro, na região central da cidade e permanece até os dias atuais. A ampliação ocorreu somente no final da década de 1960, apesar de já estar autorizada onze anos antes de acordo com a Lei nº 119, de 04/07/1949.

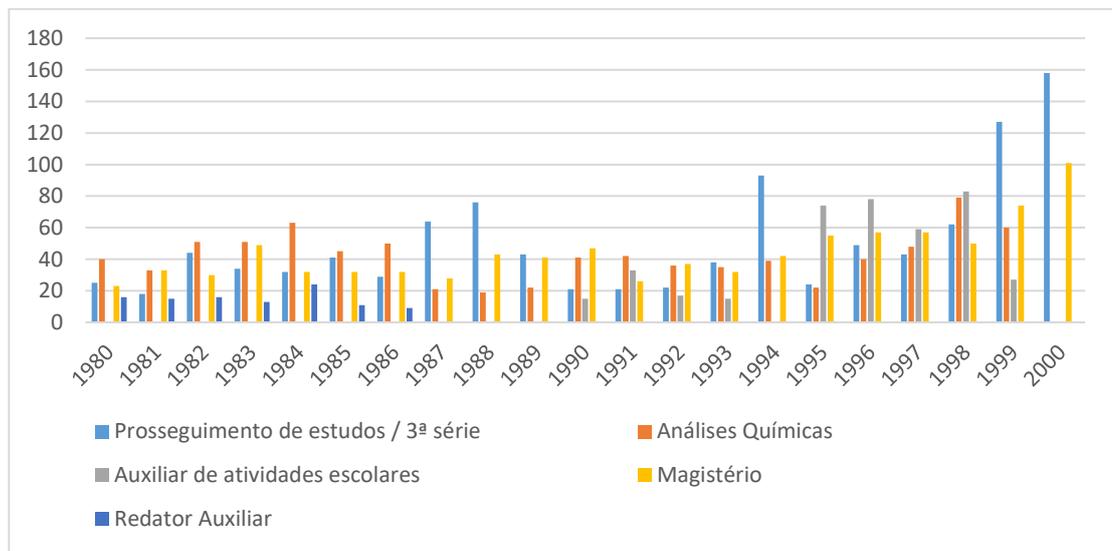
Em 1949 devido à expansão do ensino público gratuito em todo o estado, a cidade de Sorocaba, com o intuito de atender à crescente demanda de alunos, criou o Colégio Municipal de Sorocaba Professor Gualberto Moreira, oficializado pela Lei nº 119 de 4 de julho de 1949. Em outubro de 1954, o Ginásio Municipal Diurno e a Escola Normal Municipal Noturna, passaram a formar o Colégio e Escola Normal “Dr. Getúlio Vargas”.

O Instituto de Educação Municipal “Dr. Getúlio Vargas” em 1971, integrou os cursos primários e ginasiais como curso de 1º grau e passou a oferecer conforme o gráfico 6 entre os anos de 1980 a 2000, os cursos profissionalizantes de 2º grau, incluindo a habilitação para o magistério, com aprofundamento de estudos na pré-escola; técnico redator auxiliar autorizadas ambas passou a funcionar pela Portaria da Coordenadoria do Ensino Básico e Normal, publicada no Diário de 23/11/74 e auxiliar de laboratório de análises químicas, autorizado pela portaria publicada em 9/10/75 (SÃO PAULO (ESTADO), 1981).

Em 1985 a escola obteve a autorização do Conselho Estadual de Educação para oferecer o Curso de 2º Grau de acordo com o inciso III do artigo 7º da Deliberação

CEE 29/82, que seria o curso regular, e em 31/08/86 a Prefeitura Municipal de Sorocaba solicitou ao Conselho Estadual de Educação, via Diretoria Regional de Ensino um pedido de encerramento do curso de habilitação profissional de técnico redator auxiliar, sendo autorizado o encerramento em 28 de setembro de 1988, de acordo com o parecer CEE nº 964/88. Conforme o gráfico 6, a última turma de Redator auxiliar concluiu o curso em 1986, somente com 9 alunos.

Gráfico 6 – Concluintes dos cursos de 2º Grau da E. M. Dr. Getúlio Vargas de 1980 a 2000.

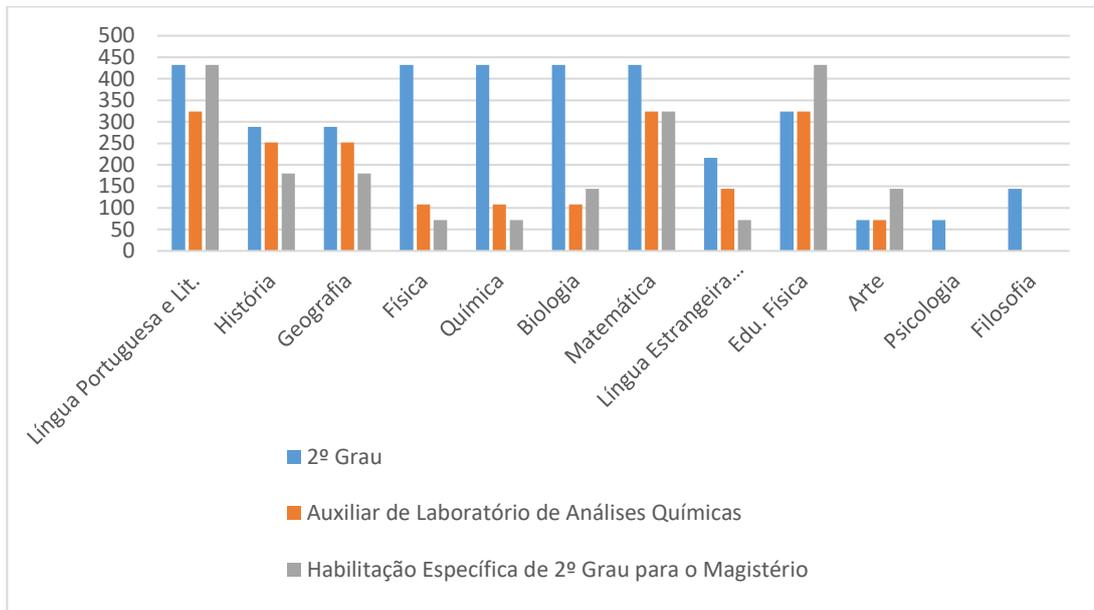


Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno suplemento, volumes 91 a 111, publicado entre os anos de 1981 a 2001.

De acordo com o Plano Escolar de 1996 os preenchimentos das vagas da Unidade Escolar eram preenchidos através de sorteio público, o que resultou desde o ano de 1989 em uma clientela de diversos bairros da cidade de Sorocaba, com diferentes níveis sócio culturais e econômicos.

No ano de 1996 os cursos Técnicos de Magistério e Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas foram oferecidos no período noturno e o curso de 2º Grau de acordo com o Inciso III do Artigo 7º da Deliberação CEE 29/82 no período da manhã, contando com 2 laboratórios, um de Ciências e Biologia e outro de Química, 2 bibliotecas, sendo uma infantil e 1 sala de recursos audiovisuais. De acordo com gráfico 7, as cargas horárias do Núcleo Comum eram equiparadas nos cursos técnicos, ocorrendo uma maior diferença na área de Ciências da Natureza em relação ao curso de 2º Grau.

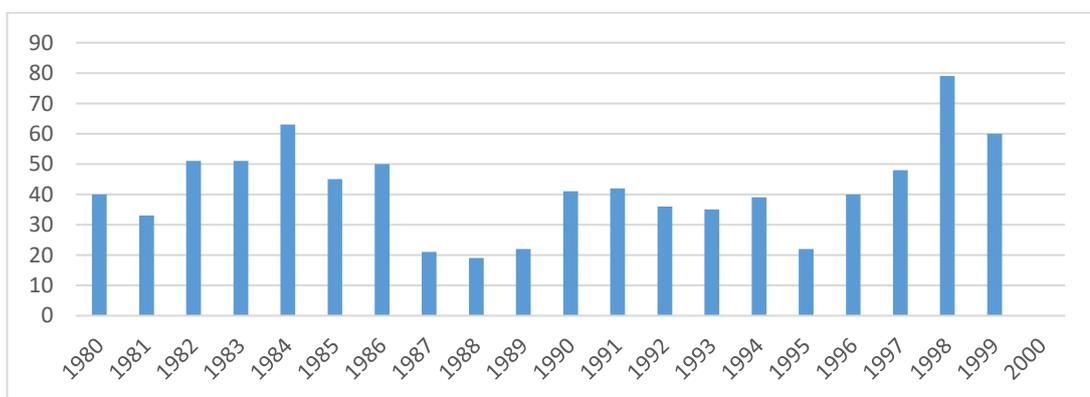
Gráfico 7 Grade curricular das disciplinas da parte comum dos cursos de 2º Grau



Fonte: Plano Escolar de 1996 da Escola Municipal de 1º e 2º Graus Dr. Getúlio Vargas

O curso de Análises Químicas entre os anos de 1980 a 1999 formou 837 técnicos, de acordo com gráfico 8, chegando ao seu auge no ano de 1998, com 79 formandos. No período de 1991 a 1995 por exemplo, ocorreu uma queda brusca de alunos concluinte, pois somente 29% dos 383 alunos que entraram no curso apenas 113 alunos concluíram.

Gráfico 8 – Concluintes do Curso de Análises Químicas da E. M. Dr. Getúlio Vargas entre os anos de 1980 a 1999.



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno suplemento, volumes 91 a 111, publicado entre os anos de 1981 a 2001

O curso não exigia o estágio supervisionado e a parte prática ocorria no laboratório da instituição com trabalho experimental, integrando os aspectos teóricos

com o prático, o laboratório contava com um monitor que auxiliava e agilizava as aulas práticas dos professores da área.

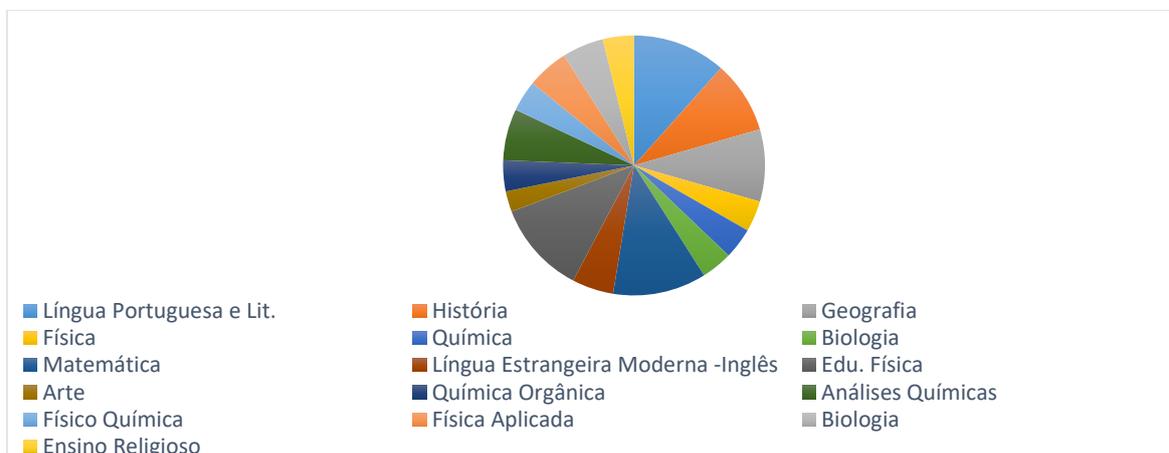
Entre os anos de duração do curso de Análises Químicas, ocorreram algumas mudanças na grade curricular do curso, como no núcleo comum por exemplo, foram extintas as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira. As disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas e a disciplina de Programa e saúde foram substituídas por Química, Física e Biologia. Pelos gráficos 9 e 10, o número de disciplinas diminuiu, e a carga horária de algumas disciplinas estruturantes para o ensino aumentou, tornando o curso mais voltado para a área profissional.

Gráfico 9 – Grade curricular do curso técnico de Análises Químicas de 1973



Fonte: Regimento Interno do Instituto de Educação Municipal Dr. Getúlio Vargas

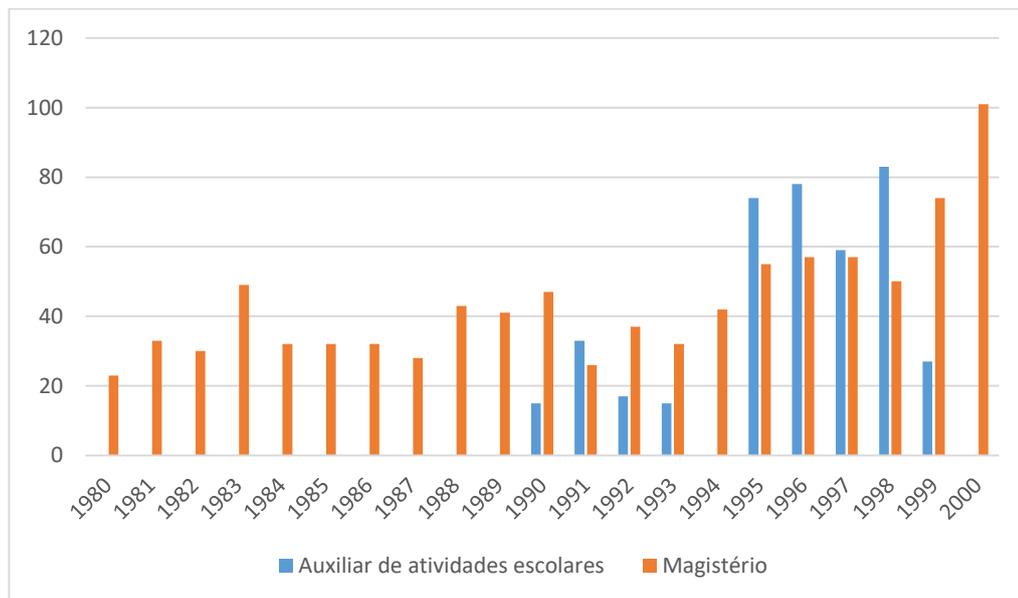
Gráfico 10 - Grade curricular do curso técnico de Análises Químicas de 1996



Fonte: Plano Escolar de 1996 da Escola Municipal de 1º e 2º Graus Dr. Getúlio Vargas

Com a Lei nº 5692/71 ocorreu uma reformulação do curso Normal, sendo transformado no curso profissional de Habilitação Específica para o Magistério com aprofundamento na pré-escola. O gráfico 11 apresenta, que entre os anos de 1980 a 2000, a escola formou 921 professores e 401 auxiliares de atividades escolares⁴².

Gráfico 11 – Concluintes do Curso de Magistério e Auxiliar de Atividades Escolares da E. M. Dr. Getúlio Vargas entre os anos de 1980 a 2000.



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno suplemento, volumes 91 a 111, publicado entre os anos de 1981 a 2001.

No curso de magistério os alunos precisavam cumprir 300 horas de estágio supervisionado nos 3 últimos anos do curso, que era dividido em observação de aula, participação e colaboração na organização de festas e comemorações programadas pela escola que o aluno estava desenvolvendo o estágio, e docência supervisionada.

Dentro da grade curricular do curso do magistério, ocorreram mudanças conforme os gráficos 12 e 13, tendo uma maior fragmentação das disciplinas específicas do curso, com a inclusão de Literatura infantil e das Metodologias de Língua Portuguesa, Ciências da Natureza e Matemática, e Estudos sociais.

⁴² Eram os alunos que concluíram até a 3ª do ensino de 2º grau, habilitando para o prosseguimento de estudos em grau superior.

Gráfico 12 - Grade curricular do curso do Magistério em 1973



Fonte: Regimento Interno do Instituto de Educação Municipal Dr. Getúlio Vargas

Gráfico 13 – Grade curricular do curso do Magistério em 1996

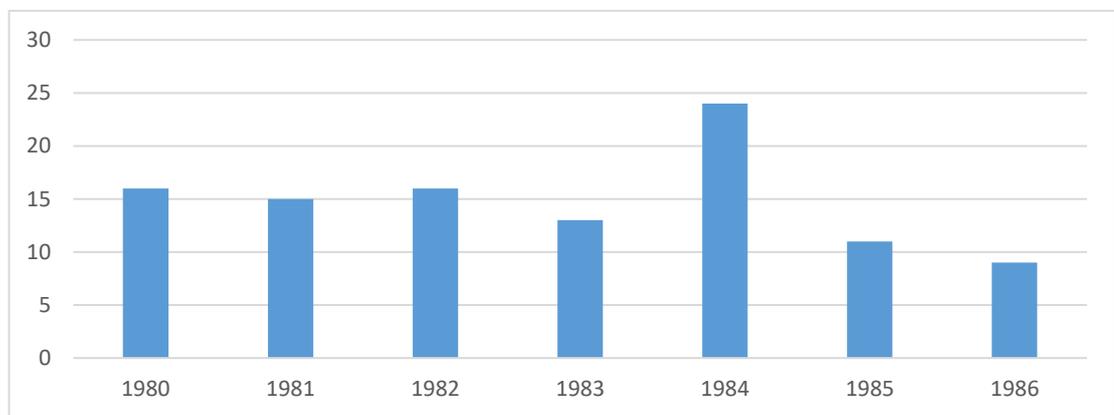


Fonte: Plano Escolar de 1996 da Escola Municipal de 1º e 2º Graus Dr. Getúlio Vargas

O curso técnico de Redator Auxiliar foi autorizado no ano de 1974 e, em 31 de agosto de 1986 a Prefeitura Municipal de Sorocaba, por intermédio do Secretário de Educação e Cultura, encaminhou à Diretoria Regional de Ensino de Sorocaba o pedido de autorização para encerramento das atividades da Habilitação Profissional de Técnico Redator-Auxilia, no nível de 2º grau, para justificar o pedido, informou a drástica diminuição pela demanda na habilitação, como também a falta de docente habilitado.

O gráfico 14 mostra que a Habilitação Profissional de Técnico Redator-Auxiliar forma entre os anos de 1980 a 1986, 104 alunos.

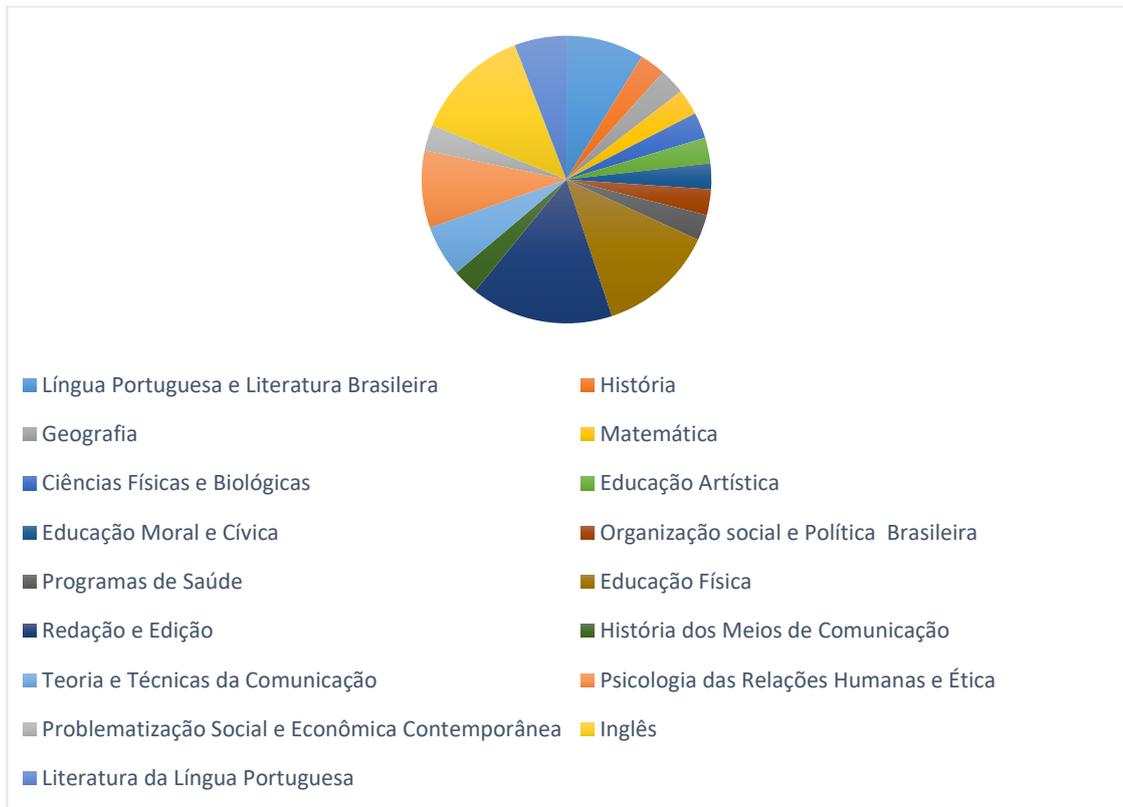
Gráfico 14 – Concluintes do curso de Redator Auxiliar da E. M. Dr. Getúlio Vargas entre os anos de 1980 a 1986.



Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno suplemento, volumes 91 a 111, publicado entre os anos de 1981 a 2001.

O curso de Redator Auxiliar era um curso novo, apresentando na sua implantação alguns problemas, como a sua aplicação profissional que não era claramente definida, supondo que o técnico iria complementar o trabalho de outro profissional, mas de qual profissional? Muitas disciplinas do curso eram muito semelhantes às dos cursos superiores de comunicação social, não contando com uma bibliografia específica para desenvolver a disciplina de evolução dos meios de comunicação. Por exemplo, poderiam ser utilizados alguns meios áudio visuais, mas como projetar filmes e documentários, se na escola não tinha como projetar no período que o curso foi oferecido no turno diurno, exigindo um trabalho muito sincronizado entre a direção da escola e os professores do curso. O gráfico 15 apresenta a grade curricular do curso em 1973, no ano de início do mesmo.

Gráfico 15 – Grade curricular do curso de Redator Auxiliar em 1973



Fonte: Regimento Interno do Instituto de Educação Municipal Dr. Getúlio Vargas

4.2 A escola municipal Doutor Achilles de Almeida

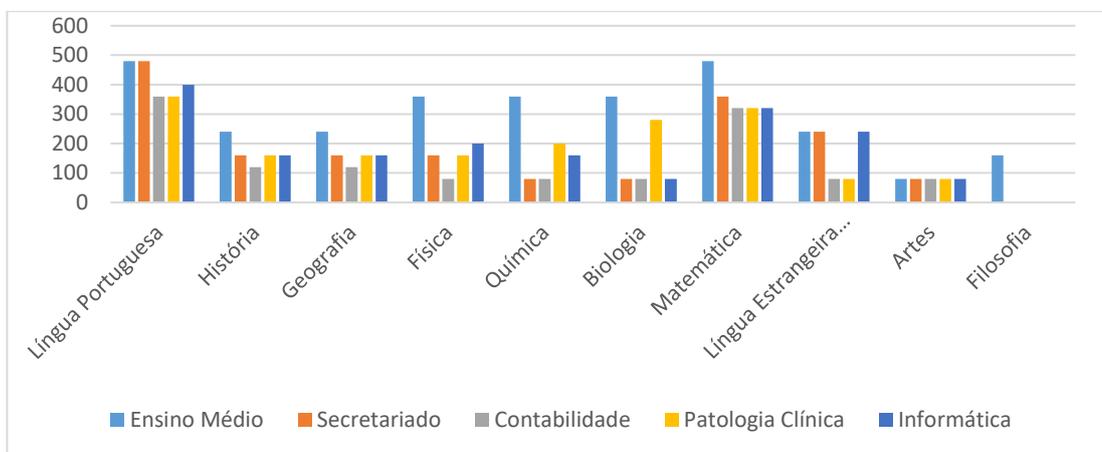
A Escola Municipal de 1º e 2º Graus Dr. Achilles de Almeida, foi criada em 04 de julho de 1949 pela Lei Municipal nº 119 com a denominação de Ginásio Municipal Noturno. Pela Lei nº 420, de 28 de dezembro de 1955, passou a denominar se Ginásio Municipal Dr. Achilles de Almeida, e através da Lei nº 1796, de 29 de outubro de 1974, passou a chamar-se Escola Municipal de 1º e 2º Graus Dr. Achilles de Almeida (SÃO PAULO (ESTADO), 1985).

O nome da escola é homenagem ao segundo diretor do Ginásio criado em 1928 e mantido pelo poder público municipal. Em 1956 a escola passa a ocupar um casarão situado na rua José Martins e a receber alunos para o curso ginásial em 3 turnos. O primeiro Diretor Professor Milton Marinho Martins, que dirigiu o estabelecimento por 40 anos. Em 30 de janeiro de 1973 é inaugurado o novo prédio, onde a escola permanece até hoje.

Em 1973 são criados na Escola Municipal Doutor Achilles de Almeida, os cursos de Técnico em Contabilidade e Técnico em Secretariado. Em 1978 o curso de Patologia Clínica é implantado, curso que, além de propiciar a formação técnica discente, também realizava mais de quinhentos exames/mês para os postos de saúde da prefeitura. Em 1995, a escola passa a contar também com o curso Técnico em Processamento de Dados (CAMPOS, 2003).

Conforme o gráfico 16 pode-se observar, que as disciplinas do Núcleo Comum eram equiparadas, ocorrendo uma pequena diferença na carga horária.

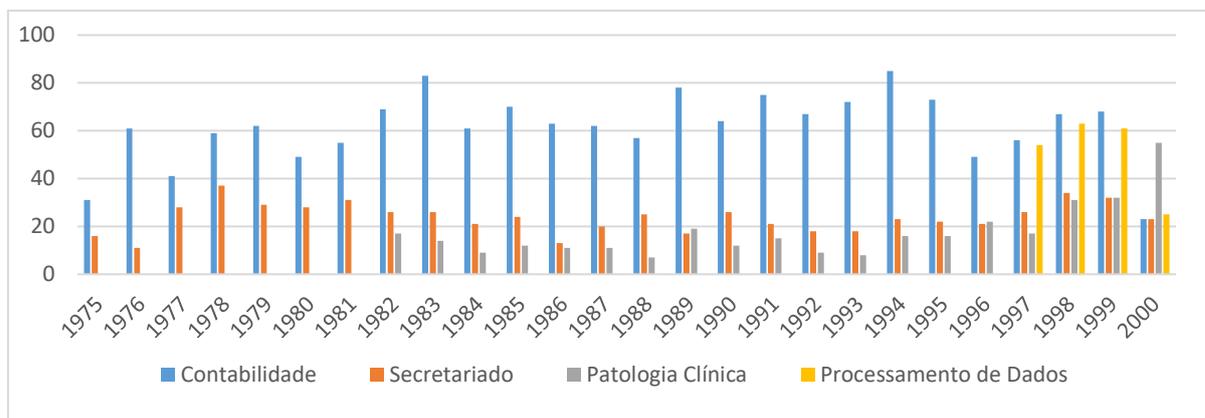
Gráfico 16 – Carga Horária das disciplinas do núcleo comum dos cursos de 2º Grau



Fonte: Matriz Curricular dos cursos oferecidos na Escola Municipal de 1º e 2º Graus Dr. Achilles de Almeida

Entre os anos de 1975 a 2000, a Escola Municipal Dr. Achilles de Almeida formou 2752 alunos nos cursos técnicos, como evidencia o gráfico 17:

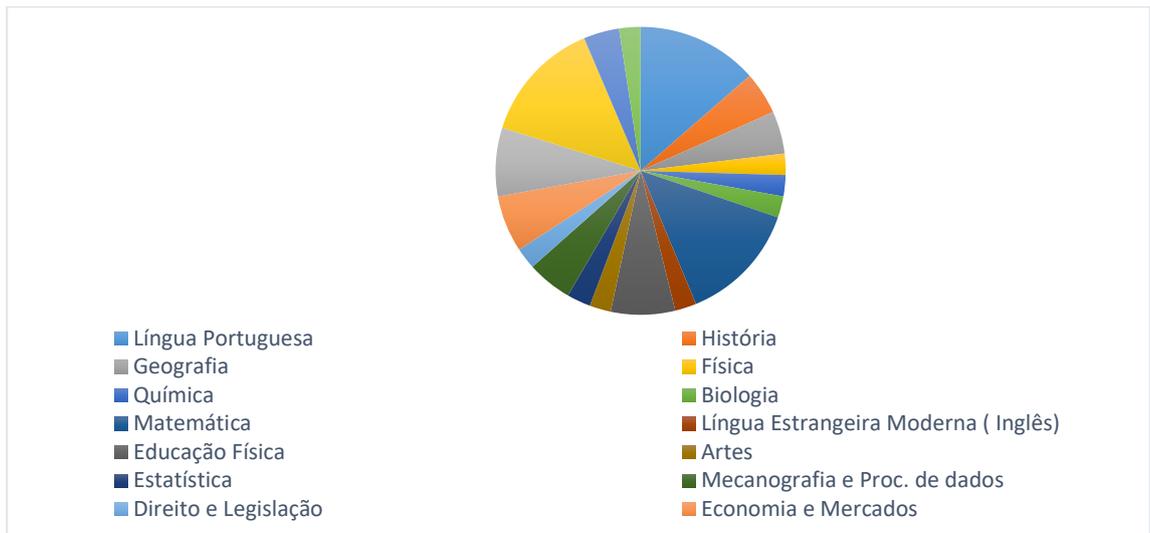
Gráfico 17 - Alunos formados nos cursos técnicos na E. M. Dr. Achilles de Almeida entre os anos de 1975 a 2000.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do livro de concluintes da Unidade Escolar

A Habilitação profissional de Técnico em Contabilidade, contou com pelo menos 2200 horas de curso, com as disciplinas do núcleo comum e as profissionalizantes como estatística, mecanografia e processamento de dados, direito e legislação, economia e mercados, contabilidade e custos, organização e técnica comercial e estrutura e análise de balanços, conforme podemos observar no gráfico 18.

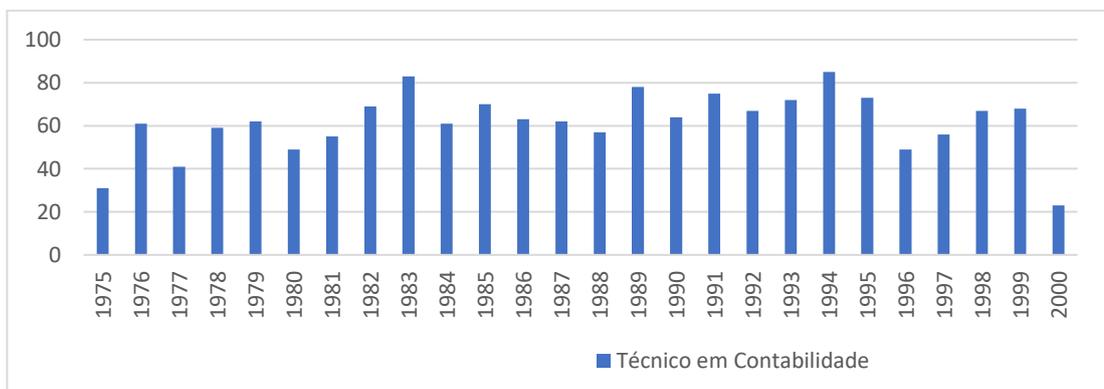
Gráfico 18 - Matriz curricular do curso técnico em contabilidade



Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz Curricular da Escola Municipal de 1º e 2º Graus Dr. Achilles de Almeida

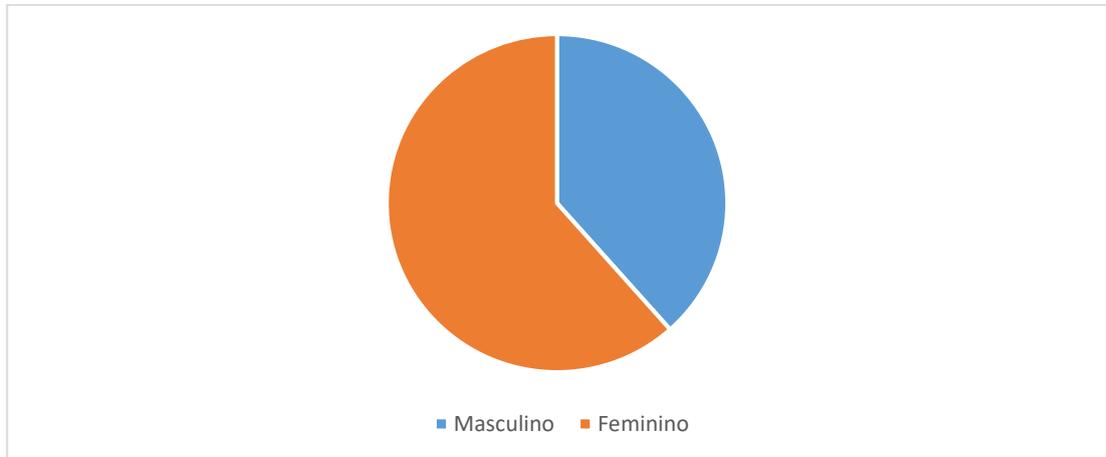
O curso técnico em contabilidade formou 1600 alunos nos anos de funcionamento, sendo 615 alunos do sexo masculino e 985 do sexo feminino, conforme apresenta os gráficos 19 e 20.

Gráfico 19 - Concluintes do curso Técnico em Contabilidade da E. M. Dr. Achilles de Almeida, entre os anos de 1975 a 2000.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do livro de concluintes da Unidade Escolar

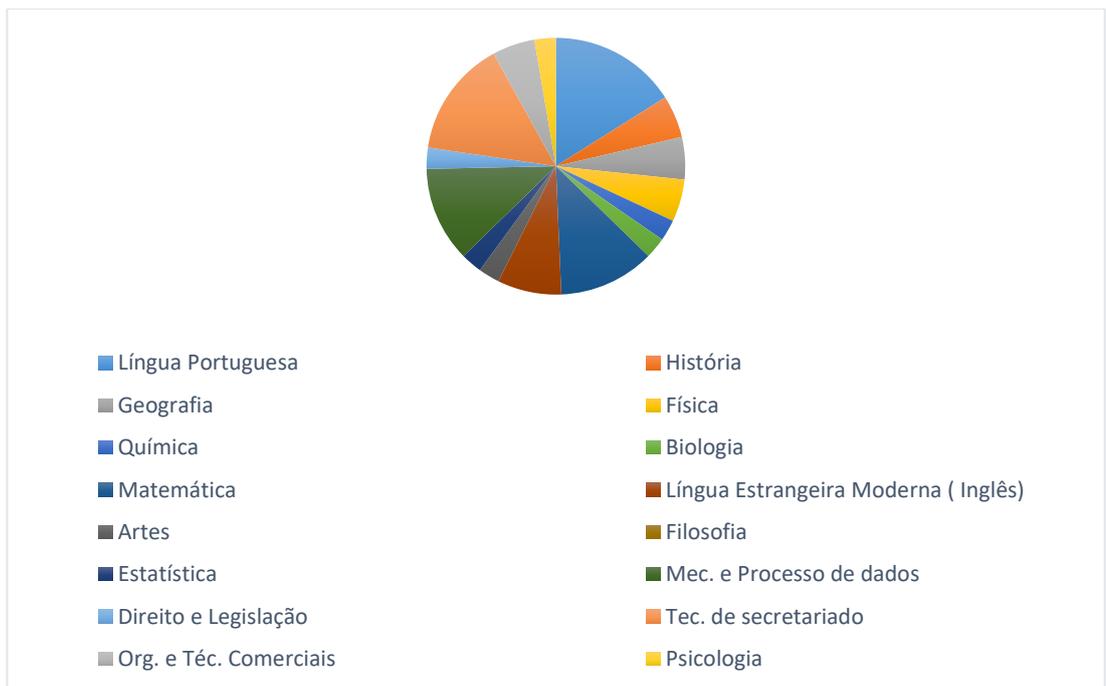
Gráfico 20 - Percentual de alunos e alunas que concluíram o curso de Técnico em Contabilidade entre os anos de 1975 a 2000



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do livro de concluintes da Unidade Escolar

A Habilitação profissional de Técnico em Secretariado, com 2200 horas de curso, contou com as disciplinas do Núcleo Comum, como também as disciplinas do profissionalizante como estatística, mecanografia e processamento de dados, direito e legislação, organização e técnica comercial, técnicas de secretariado e taquigrafia, como observamos no gráfico 21.

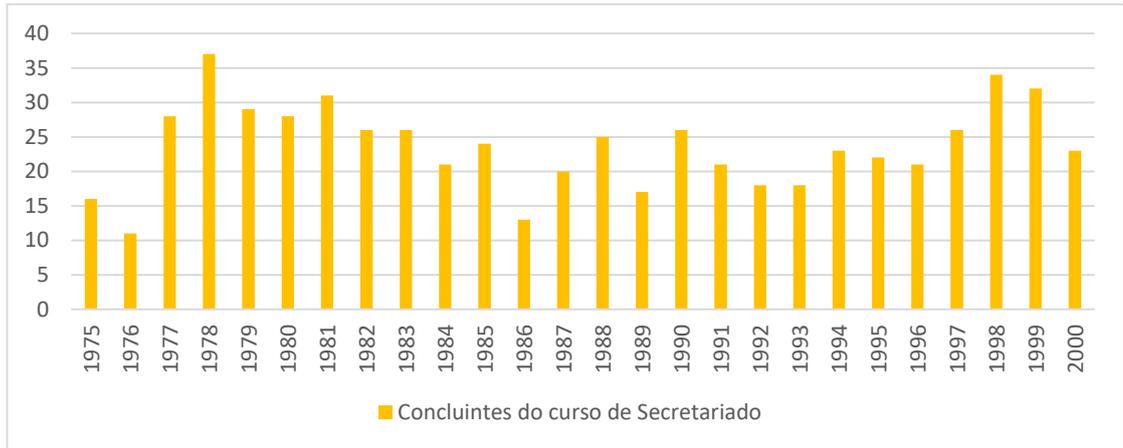
Gráfico 21– Grade curricular do curso Técnico em Secretariado



Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz Curricular da Unidade Escolar

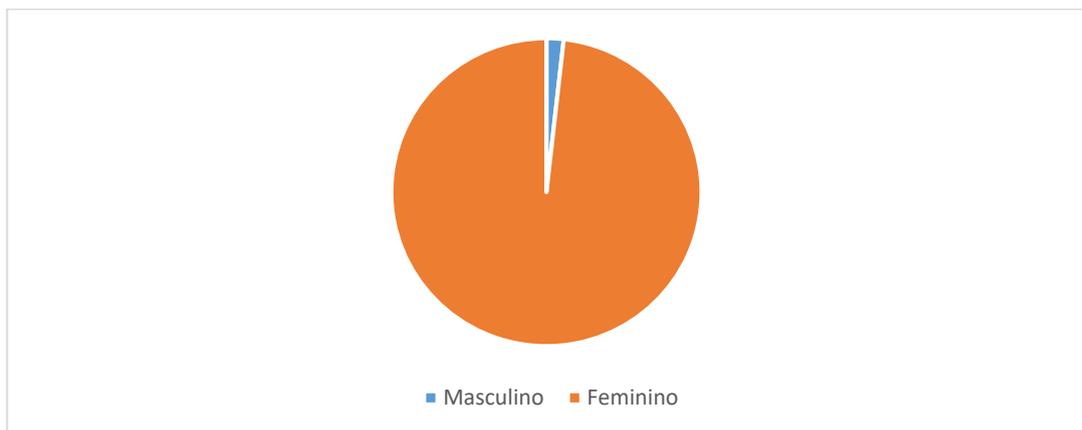
No curso Técnico em Secretariado, o universo feminino era predominante, sendo somente no ano de 1997, a ocorrência de seu o primeiro aluno do sexo masculino e em toda a existência do curso, que posteriormente, chega a formar 11 alunos em um total de 616 formandos em 25 anos de curso, conforme os gráficos 22 e 23.

Gráfico 22– Concluintes do Curso Técnico em Secretariado na E. M. Dr. Achilles de Almeida entre os anos de 1975 a 2000



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do livro de concluintes da Unidade Escolar.

Gráfico 23- Percentual de alunos e alunas que concluíram o curso de Técnico em Secretariado entre os anos de 1975 a 2000

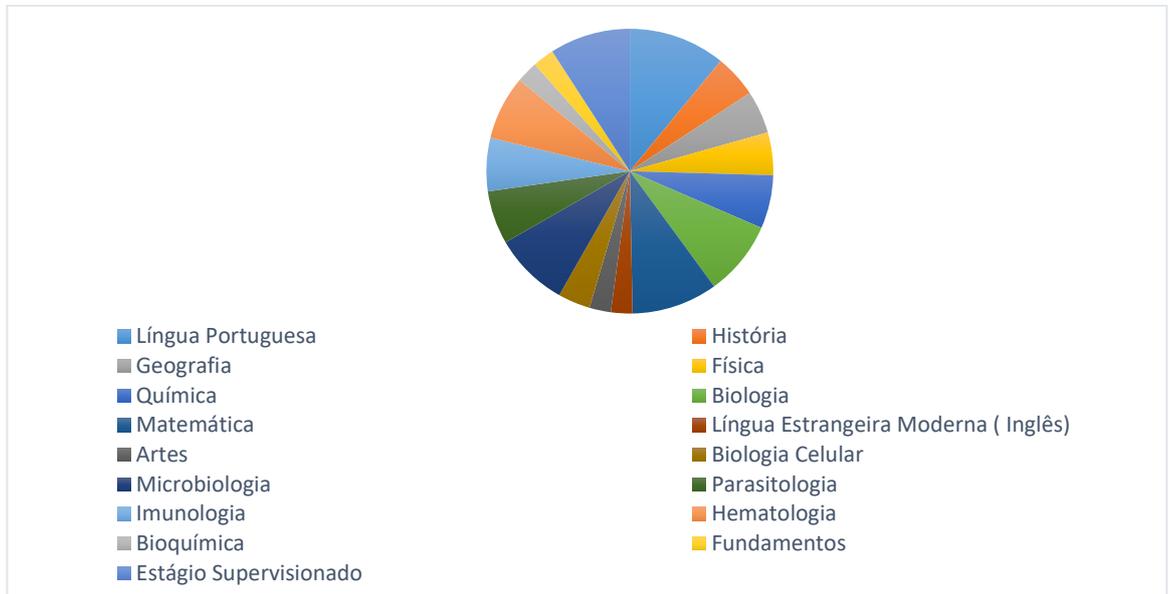


Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do livro de concluintes da Unidade Escolar.

Em 16 de maio de 1979 é aprovada autorização de funcionamento da Habilitação Profissional a nível de 2º grau - Técnico em Patologia Clínica. A Habilitação Profissional de Técnico em Patologia Clínica, contou com 2900 horas de

curso, organizado nas disciplinas do núcleo comum e as disciplinas profissionalizantes, como biologia celular, microbiologia, parasitologia, imunologia, hematologia, bioquímica e fundamentos, como observa-se no gráfico 24.

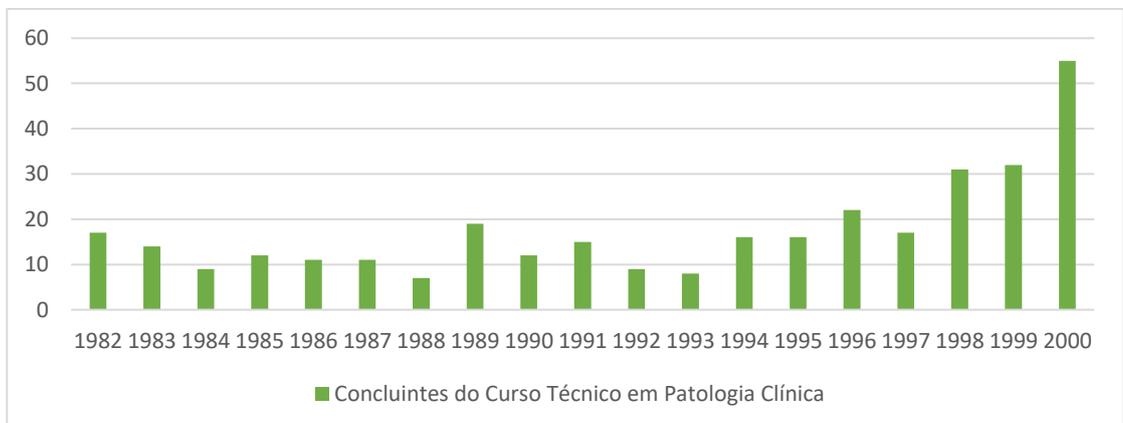
Gráfico 24– Grade Curricular do curso Técnico em Patologia Clínica



Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz Curricular da Unidade Escolar

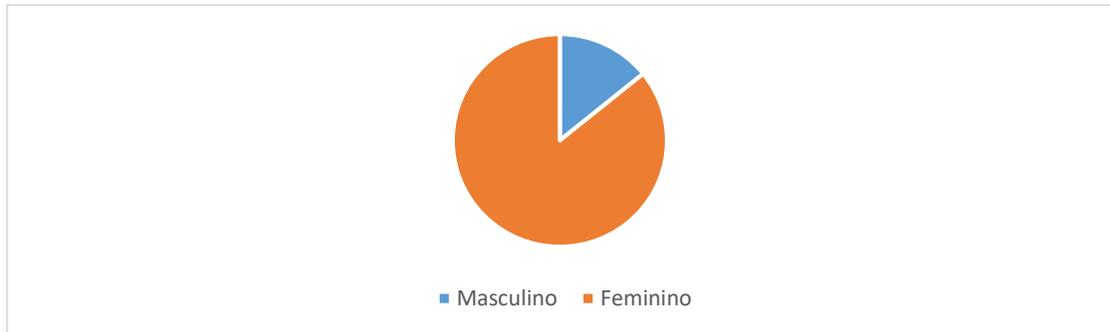
O curso de Patologia Clínica inicia as suas atividades no ano de 1978, formando a sua primeira turma em 1982. Até o ano 2000, este curso forma 333 alunos, conforme mostram os gráficos 25 e 26. Após o Decreto Federal nº 2.208/97 o curso continua de forma subsequente.

Gráfico 25 - Concluintes do Curso Técnico em Patologia Clínica entre os anos de 1982 a 2000



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do livro de concluintes da Unidade Escolar.

Gráfico 26- Percentual de alunos e alunas que concluíram o curso de Técnico em Patologia Clínica entre os anos de 1975 a 2000.

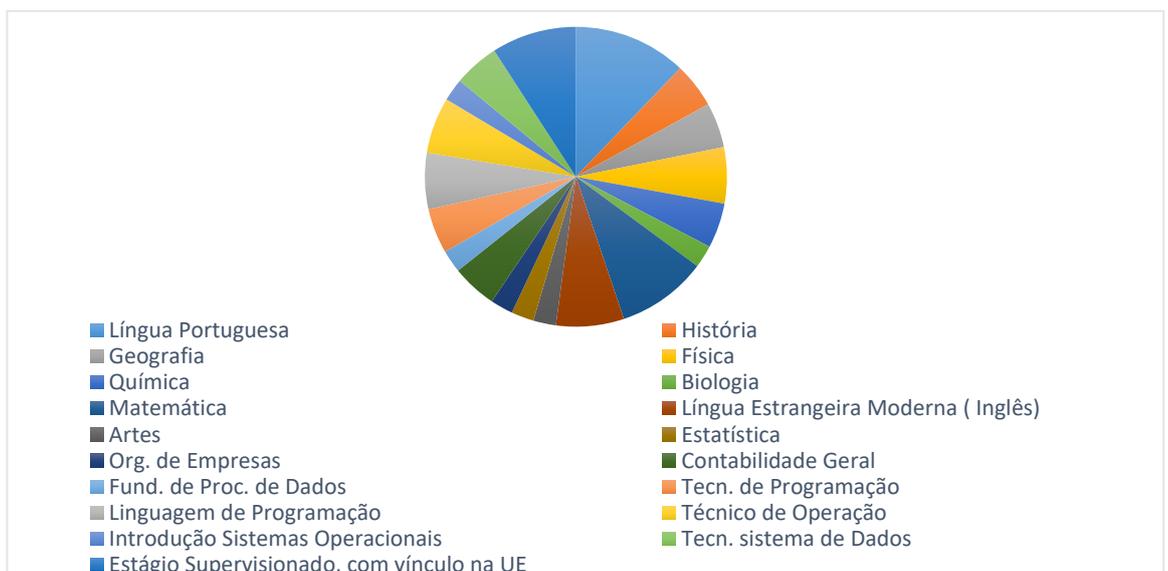


Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do livro de concluintes da Unidade Escolar.

Em 30 de setembro de 1994, a Prefeitura Municipal de Sorocaba solicitou ao Conselho Estadual de Educação a autorização para instalação e funcionamento da Habilitação profissional plena de Técnico em Processamento de Dados, para funcionamento na Escola Municipal Dr. Achilles de Almeida, que é aprovado após várias exigências em 6 de dezembro de 1995 (SÃO PAULO (ESTADO), 1995).

A habilitação profissional de Técnico em Processamento de Dados, contou com 2200 horas de curso divididas em núcleo comum e profissionalizantes conforme gráfico 27, como estatística, organização de empresas, contabilidade geral, fundamentos de processamento de dados, técnicas de programação, linguagem de programação, técnicas de operação, introdução dos sistemas operacionais, e técnicas de sistemas de processamento de dados.

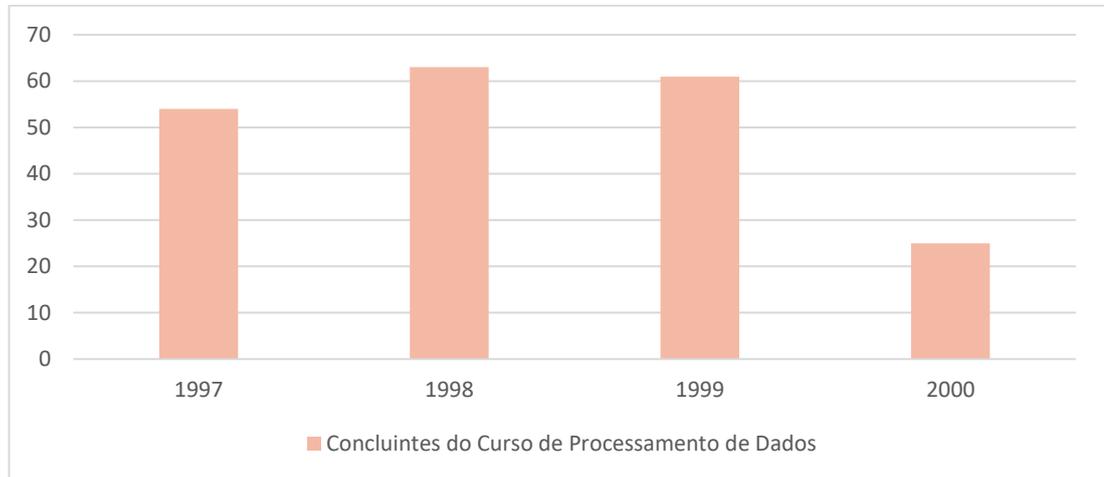
Gráfico 27- Grade curricular do Curso em Processamento de Dados



Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz Curricular da Unidade Escolar

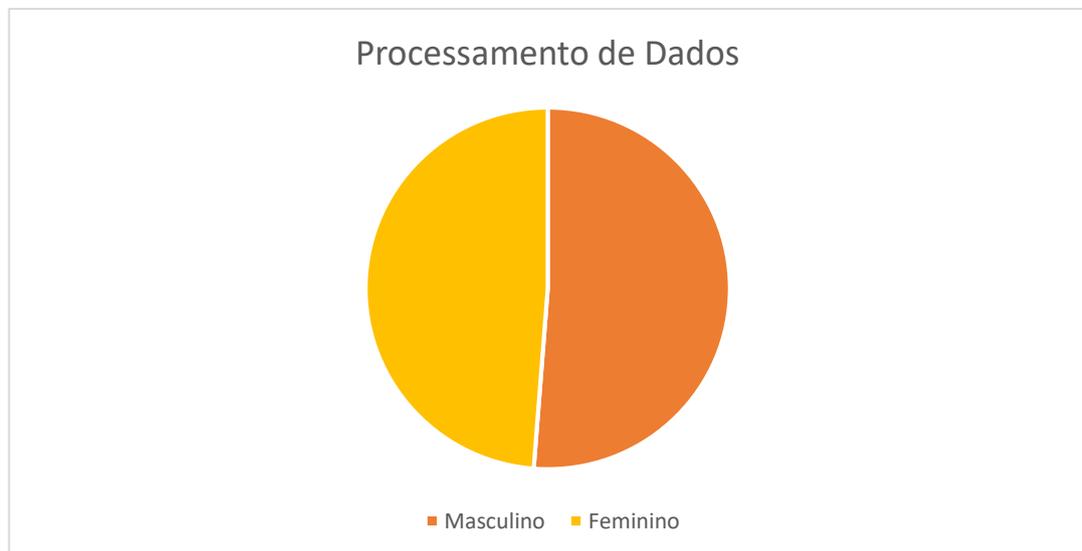
O curso de Processamento de Dados forma a sua primeira turma no ano de 1997, e mesmo com somente 4 anos de funcionamento de maneira integrada com o Ensino Médio, consegue formar 203 alunos, conforme os gráficos 28 e 29.

Gráfico 28– Concluintes do Curso Técnico em Processamento de Dados entre os anos de 1997 a 2000.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do livro de concluintes da Unidade Escolar.

Gráfico 29- Percentual de alunos e alunas que concluíram o curso de Técnico Processamento de Dados, entre os anos de 1997 a 2000.



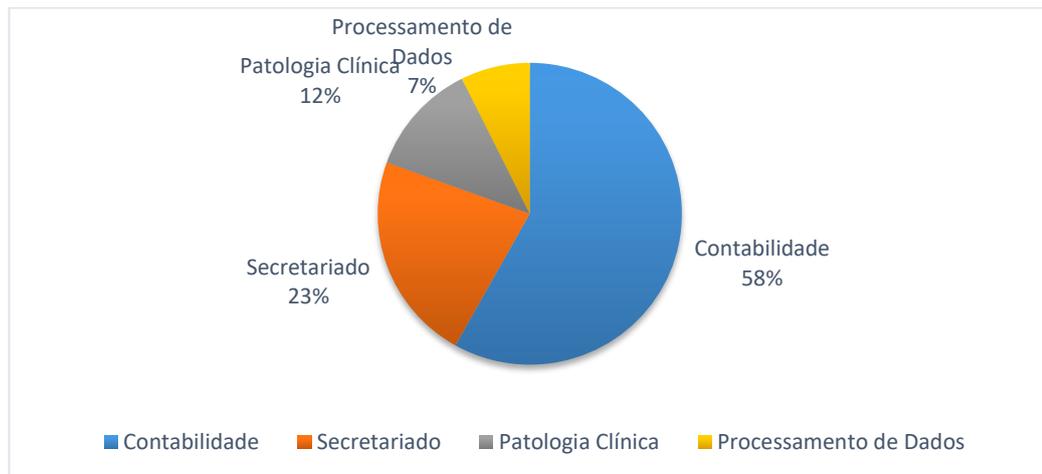
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do livro de concluintes da Unidade Escolar.

O regimento da unidade escolar citou que as habilitações profissionais a nível de Ensino de 2º Grau de que trata o artigo 3º, eram de Técnico em Contabilidade, Técnico em Secretariado, Técnico em Patologia Clínica, Técnico em Processamento

de Dados, e que outras Habilitações Profissionais poderiam ser propiciadas vista o mercado de trabalho, o que não foi possível com a extinção dos cursos após o Decreto Federal de nº 2208 de 17 de abril de 1997.

Nos 25 anos que a escola formou alunos para o mercado de trabalho além de propiciar o ingresso em um curso superior, 58% dos alunos era do curso de Contabilidade, como mostra o gráfico 30.

Gráfico 30 - Concluintes dos Cursos Técnicos na E. M. Dr. Achilles de Almeida de 1975 à 2000.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do livro de concluintes da Unidade Escolar.

4.3 O curso técnico na visão dos professores

A entrevista não se compõe na história em si, mas em uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória. Com base na análise das entrevistas gravadas de 6 professores que lecionaram na escola municipal Dr. Achilles de Almeida, os professores Benedita Maria Faria, Enise Maria Corrá de Paula, Ivone Archilia Mesas, Maria da Glória Souza, Paula de Menezes, Paulo de Freitas Dias, e outros 5 professores que lecionaram na escola Dr. Getúlio Vargas, sendo estes os professores, Carlos Camargo Costa, Geraldo Bonadio, José Eduardo de Carvalho Prestes, Lauri Lane Maria Holtz Batistuzzo, e Scarlet Aparecida Gracia, no período compreendido entre os anos de 1970 e 2000, contaram um pouco de como foi a origem, formação, atuação e organização destas instituições de ensino profissional de Sorocaba.

As perguntas geradoras das entrevistas eram:

O nome, a formação, as escolas que o professor entrevistado atuou, os cursos e as disciplinas, e a data de ingresso na rede municipal. Além destas perguntas iniciais, a entrevista abordava os seguintes temas:

Como era feito o planejamento dos cursos?

Havia um currículo definido que precisaria ser cumprido?

Havia uma preocupação de relacionar as disciplinas técnicas com as do currículo básico?

Era feita uma avaliação diagnóstica quando os alunos ingressavam no curso?

Qual era o perfil desses alunos?

Qual era a finalidade desses cursos técnicos?

Por que os cursos eram procurados por esses alunos?

Os cursos apresentavam uma visão politécnica, de formar para o mercado de trabalho, mas também de prepara-los para seguir seus estudos em uma graduação, ou era focado somente em formar para o mercado de trabalho?

Como as escolas reagiram a alteração da lei, sendo obrigadas a deixar de oferecer os cursos técnicos integrados ao ensino médio?

Diante destas perguntas foram colhidos os relatos orais destes 11 professores como apresenta-se a seguir.

A professora Maria da Glória lecionou por 22 anos nos cursos técnicos da escola Achilles de Almeida, iniciando a sua trajetória nesta escola em 1976. A professora relatou que:

O planejamento do curso era elaborado pelos professores das disciplinas específicas, que se reuniam e definiam o qual o conteúdo seria trabalhado, e de forma dinâmica iam se adequando conforme a necessidade do curso e além disso relatou que neste planejamento as disciplinas eram trabalhadas em conjunto, isto é, com uma abordagem global da oferta. No começo do ano era feita uma sondagem dos motivos que levaram os alunos a fazer o curso. Nesta sondagem se verificava normalmente que uma parte procurava a escola porque tinha a necessidade de trabalhar concomitantemente ao seu processo de formação, outros cursavam pois já eram alunos da escola e um terceiro grupo porque desejavam a formação na área e por isso prestavam o vestibulinho. A escola Achilles de Almeida era uma referência para emprego, os cursos tinham todo o apoio da gestão e quando uma empresa buscava a escola com a necessidade de estagiários era atendida e esta interação se apresentava como

*mais um ponto positivo e colaborava para o fortalecimento dos cursos ali ofertados. (informação verbal)*⁴³

De acordo com todos os professores entrevistados, os cursos tinham um currículo a ser seguido com a orientação do Conselho Nacional de Educação. Os conteúdos, sua abordagem e sua distribuição eram pautados em reuniões de planejamento, que ocorriam no início de cada ano letivo, ocasião em que as disciplinas se moldavam às necessidades formativas de cada um dos cursos ofertados. Essas demandas eram observadas pelos professores, que definiam o que era essencial para a melhoria na formação do aluno de cada um dos cursos. O núcleo comum, nessa etapa de planejamento, era utilizado para dar subsídio à parte profissionalizante, em um clima colaborativo entre os professores do núcleo básico e os das disciplinas profissionalizantes. Nesse contexto, as decisões eram pautadas na realidade e necessidade dos alunos, sob a orientação e supervisão dos coordenadores de curso. A observação ao longo do desenvolvimento do curso ajudava a apontar as necessidades e deficiências que deveriam ser corrigidas.

A professora Paula afirmou: “*Os professores montavam o planejamento da sua área levando em conta o tempo, dando prioridade para os assuntos mais necessários, relacionando com o curso técnico*” (informação verbal)⁴⁴. Já a professora Scarlet afirmou: “*O planejamento do currículo era voltado para a realidade e necessidade dos alunos, sendo organizado em reuniões que eram alinhadas e orientadas pelo coordenador educacional, ocasião .que a observação ajudava a apontar as necessidades do curso. Tudo era interligado.*” (informação verbal)⁴⁵ Em seu relato, o professor José Eduardo disse: “*O ingresso dos professores na rede de ensino era através de convite e análise do currículo.*” (informação verbal)⁴⁶

De acordo com os professores entrevistados, o ingresso dos alunos na rede municipal inicialmente era por meio do chamado vestibulinho, que era uma prova que avaliava os conhecimentos básicos de 1º grau que o candidato ao curso técnico possuía e tinha a função de selecionar aqueles alunos com o melhor desempenho. Segundo eles, após a década de 1980, a seleção passou a ser por meio de sorteio, o que levou a um conseqüente aumento da evasão, principalmente no primeiro ano,

⁴³ Relato da professora Maria da Glória Souza em entrevista à autora.

⁴⁴ Relato da professora Paula de Menezes em entrevista à autora.

⁴⁵ Relato da professora Scarlet Aparecida Gracia em entrevista à autora.

⁴⁶ Relato do professor José Eduardo de Carvalho Prestes em entrevista à autora.

pois os alunos sorteados não apresentavam a formação básica necessária para exigência dos cursos, que não contavam também com mecanismos que suprissem essas dificuldades e assim revertissem a situação. Assim os cursos prezavam pela qualidade do ensino e pela qualidade profissional do aluno egresso, sem, porém, sanar problemas trazidos pela formação do percentual de alunos que acabavam evadindo e assim colocando em segundo plano o papel de inserção social desses cursos. Com o vestibulinho, um filtro era estabelecido, o que facilitava o processo de ensino aprendizagem e nesta condição o conhecimento básico prévio era utilizado para desenvolver as competências necessárias para a área profissionalizante.

Para eles, o curso de Análises Químicas, por exemplo, apesar de ser em tese, um curso técnico apresentava características muito próximas a um curso de segundo grau regular. Essa situação se alterava somente no terceiro ano do curso, ocasião na qual os professores procuravam vincular o conteúdo teórico com as práticas de laboratório. Embora esse problema fosse notável, o laboratório de química da escola Getúlio Vargas atendia a necessidades das disciplinas da área profissional, contando inclusive com um auxiliar de laboratório.

Os professores entrevistados afirmaram que o curso de Contabilidade, ofertado na Achilles de Almeida, mesmo sendo um curso teórico, possuía um escritório modelo dentro da escola, estrutura esta que facilitava o processo de ensino aprendizagem.

A professora Ivone, em seu relato reforçou esta memória dizendo:

O curso de contabilidade tinha o escritório modelo, onde os alunos guardavam o seu material referente ao curso técnico, o material de mecanografia, máquina de datilográfica, calculadora, notas fiscais como modelo, todo o material que um contador utilizava em sua profissão. Para os alunos era muito significativo fazer o curso, pois eles saíam com o registro de contador. (informação verbal)⁴⁷

A professora Bendita, em sua entrevista disse:

O curso de contabilidade acabava atendendo a visão da politecnia, pois muitos ingressaram em uma graduação sem uma preparação prévia, muitos passavam em concurso. Com 3 anos de duração do curso eles saíam preparados, pois havia uma cobrança e os alunos saíam com formação sólida, tanto no núcleo comum como na parte técnica. Hoje essa integração talvez fosse até mais fácil

⁴⁷ Relato da professora Ivone Archilia Mesas em entrevista à autora.

*com o uso da tecnologia, naquele período não tinha internet, mas era muito utilizada a biblioteca. (informação verbal)*⁴⁸

A habilitação para o Magistério, foi constituído anteriormente ao período referente a esta pesquisa, sendo oferecido como curso normal livre, apresentava por essa razão um histórico de uma longa experiência na escola Dr. Getúlio Vargas. Os relatos trazem como uma das suas características o relacionamento das disciplinas com o cotidiano escolar real, promovendo intercâmbio e conferindo a ele dinamismo bastante evidente. Durante os anos do curso, ocorreram várias alterações na grade curricular, em atendimento às demandas educacionais do período. Algumas delas, com o tempo, mostraram-se equivocadas, como por exemplo a mudança do curso para o período da manhã, o que de certo modo foi um problema, pois muitos alunos começaram a ingressar no curso, para poder estudar no período diurno, sem levar em consideração aspectos vocacionais, o que contribuiu de maneira negativa para o curso e seu desenvolvimento.

A professora Lauri Lane começou a sua trajetória na escola Dr. Getúlio Vargas como aluna do curso de magistério, posteriormente, a partir de 1985, lecionou no curso de magistério nas disciplinas de literatura infantil, língua portuguesa e inglês. Em seu relato disse: “*Os professores procuravam relacionar as disciplinas, com uma forma de intercâmbio entre as disciplinas. Era um curso dinâmico.*” (informação verbal)⁴⁹ Dos anos de 1985 a 2000, o curso teve várias alterações na grade curricular, inclusive do mudou para o período da manhã. Com o decreto de 1997, a escola tentou implantar o curso concomitante, mas tiveram várias dificuldades, como a falta de aptidão de alguns alunos, dificuldades para o aluno concluir o estágio pois muitos já trabalhavam.

No curso técnico em Patologia Clínica, havia grande demanda para o ingresso, pois, de acordo com os entrevistados, este apresentava como grande atrativo uma alta empregabilidade ao egresso. A partir do curso, a Prefeitura de Sorocaba construiu o laboratório municipal, que inicialmente começou na escola e posteriormente se transferiu para uma unidade que ficava ao seu lado. O curso contava com professores experientes, principalmente nas práticas de laboratório, o que contribuía muito para a boa formação dos alunos.

⁴⁸ Relato da professora Benedita Maria Faria em entrevista à autora.

⁴⁹ Relato da professora Lauri Lane Maria Holtz Batistuzzo em entrevista à autora.

Em seu relato o professor Paulo Dias disse:

Os professores tinham uma grande experiência em laboratório, e sabiam o que precisava ser desenvolvido pelos alunos. Até o 3º ano o curso era como se fosse um ensino regular normal, as disciplinas de laboratório eram majoritariamente no 3º e 4º ano, mas se os alunos não cursassem o 4º ano, eram certificados como auxiliar em laboratório. As disciplinas não tinham relação com as do currículo comum, mas o que era muito exigido era matemática, como cálculo por exemplo. O curso com 4 anos durou até o ano 2000 e em seguida foi reduzido para 1 ano e meio e sem vestibulinho, e sim por sorteio, o que acabou com interesse dos alunos. O que era trabalhado nesse 1 ano e meio, não era nem 10% do que era trabalhado nas turmas de 4 anos. (informação verbal)⁵⁰

Como nos outros cursos as atualizações, demandas e necessidades formativas eram discutidas durante o planejamento no início do ano letivo. Como exemplo da excelente formação técnica do curso de Patologia, pode-se citar o estágio obrigatório realizado no laboratório que tinha carga horária de 300 horas. A parceria com o laboratório municipal foi primordial para a qualidade do ensino, pois a exigência de infraestrutura era contemplada nesse curso com forte investimento do poder público municipal. A infraestrutura permitia ao aluno o acesso a todo equipamento necessário para a sua formação de forma muito abrangente, o que talvez financeiramente não fosse viável para a escola sem essa parceria. Essa estruturação de equipamentos necessários à formação e a todas as aulas práticas foram fundamentais para consolidar a oferta de qualidade que caracterizou esse curso.

A professora Enise em sua entrevista disse:

O curso de Patologia Clínica era muito procurado porque era uma garantia de emprego, muitos saíam empregados por estudar no curso de Patologia e na escola Achilles de Almeida. Conseguir um emprego era um meio de conseguir subsidiar a faculdade, saíam do curso técnico e procuravam uma graduação. A escola Achilles tinha um nome, e os alunos sabiam que estudar nessa escola e em um curso profissionalizante, era referência para uma boa formação. (informação verbal)⁵¹

⁵⁰ Relato do professor Paulo de Freitas Dias em entrevista à autora.

⁵¹ Relato da professora Enise Maria Corrá de Paula em entrevista à autora.

Segundo os entrevistados, o curso de Processamento de Dados, ofertado na escola Achilles de Almeida, que apresentava a característica de um curso integrado ao segundo grau, foi um curso ofertado por um curto período de tempo. Um de seus atrativos era o estágio supervisionado, que ocorria em um laboratório de informática na escola. Esse fato está associado ao advento da informática, chamada à época de computação, que começava a ganhar vulto, porém com preços ainda altos se apresentava como uma profissão para o futuro. De forma semelhante aos outros cursos, no início de cada ano, durante o planejamento eram estabelecidas demandas e necessidades do curso. Além disso, eram feitas reuniões semanais com os professores por meio das quais era passado o diagnóstico de cada sala, e, de forma dinâmica, eram definidos como os conteúdos deveriam ser trabalhados.

De acordo com os entrevistados, o curso técnico de Redator Auxiliar foi o único curso que encerrou o seu funcionamento antes do decreto nº 2208 de 1997. Inicialmente ofertado na escola Getúlio Vargas em 1973, apresentou uma carência associada à ausência de uma coordenação que orientasse os professores técnicos, fato que comprometia sua execução e desenvolvimento. O curso de Redator Auxiliar foi um curso novo na época e, entre suas principais dificuldades, pode-se citar o perfil indefinido do aluno egresso e a sua área de atuação profissional. Diferentemente de outros cursos que formavam profissionais requisitados pelo mercado de trabalho, o curso de técnico redator se propunha a formar um profissional para complementar o trabalho de outros profissionais.

O Professor Geraldo Bonadio afirmou em seu relato que:

Muitas disciplinas do curso eram muito semelhantes às dos cursos superiores de comunicação social, não contando com uma bibliografia específica para desenvolver a disciplina de evolução dos meios de comunicação. Por exemplo, poderiam ser utilizados alguns meios áudio visuais, mas como projetar filmes e documentários, se na escola não tinha como projetar no período que o curso foi oferecido no turno diurno. (informação verbal)⁵²

Por outro lado, o técnico redator auxiliar tinha uma proposta de uma formação bastante abrangente, que se propunha a formar redatores ou pessoas que fossem se encaminhar para a área de letras, jornalismo e comunicação em geral. No currículo se estudava técnicas de redação, língua portuguesa, noções de rádio e televisão,

⁵² Relato do professor Geraldo Bonadio em entrevista à autora.

noções de comunicação, mas o forte mesmo era a redação, como redigir uma notícia, e alguns egressos conseguiram seguir uma carreira na área. Um dos alunos, hoje é editor chefe do jornal Cruzeiro do Sul, além de outros que também despontaram na sua vida profissional a partir da formação do curso e que seguiram a carreira na área de humanas em profissões caracterizadas pela redação de textos.

Em relação ao currículo, havia uma certa liberdade na ação, as disciplinas do núcleo comum tinham um planejamento desenvolvido em conjunto no início do ano, enquanto nas disciplinas específicas cada professor fazia o seu planejamento pesquisando as necessidades do profissional egresso, que posteriormente deveria ser aprovado pela direção do colégio.

O professor Carlos disse em seu relato sobre o curso que:

O curso técnico de redator auxiliar tinha por objetivo formar redatores ou pessoas que fossem se encaminhar para a área de letras, jornalismo, comunicação em geral. No currículo se estudava técnicas de redação, língua portuguesa, noções de rádio e televisão, noções de comunicação, mas o forte mesmo era a redação, como redigir uma notícia, e muitos conseguiram seguir uma carreira na área. Um dos alunos hoje é editor chefe do jornal cruzeiro do Sul, tivemos vários alunos que seguiram a carreira na área de humanas voltada para texto. Havia uma certa liberdade na ação, as matérias do núcleo comum tinham um planejamento desenvolvido em conjunto no início do ano, as matérias específicas cada professor fazia o seu planejamento pesquisando e passava pela aprovação da direção do colégio. Como ele tinha feito a faculdade de jornalismo, procurava seguir os conteúdos de uma maneira menos complexa, como elaborar um texto jornalístico, quais são os tópicos principais, mas principalmente a ortografia e a linguagem formal. Em paralelo era trabalhado o teatro, visitas as outras escolas aos museus, muitas redações em campo aberto, críticas de filmes, de cinema, show. Tudo que levasse a elaboração de um texto, era trabalhado com os alunos, as aulas eram muito dinâmicas, elaboravam textos, anúncios, depois trocavam, concurso de texto, tudo para motivar. Textos poético, formativo, tipos de noticiário. (informação verbal)⁵³

⁵³ Relato do professor Carlos Camargo Costa em entrevista à autora.

Para os entrevistados, o curso técnico de Secretariado, ofertado na Escola Achilles de Almeida, contava com aulas basicamente teóricas, que se limitavam a tentativas de simular as situações que ocorriam nas empresas e contavam eventualmente com palestras sobre os profissionais da área. A escola procurou celebrar convênios com instituições especializadas objetivando um melhor preparo de todo o seu pessoal administrativo, técnico e docente, seja através de cursos, seminários, visitas, estágios, reuniões, ou qualquer forma de treinamento, porém com pouco sucesso. Apesar das dificuldades, o curso com o apoio da gestão, tinha como objetivo a interagir com empresas, o que proporcionou a muitos alunos começarem a trabalhar na área durante o curso.

Com o advento das mudanças na legislação de 1996 /1997 , segundo a visão dos professores que atuavam nos cursos técnicos nas escolas municipais, depois de estudarem e entenderem os impactos do decreto, a conclusão da maioria foi que a sociedade de uma forma geral estava sendo penalizada, pois o sentimento que predominava era que o curso técnico ajudava na formação integral do aluno, sem comprometimentos à formação, mesmo levando em conta um currículo básico um pouco menor, que era compensado pela qualidade e robustez da área técnica.

Os cursos de contabilidade, informática e secretariado estavam com problemas de verbas e poucos recursos eram destinados para cursos técnicos, estruturação de materiais, modernização, aulas práticas, principalmente de informática para que se montasse um laboratório em constante mudança para acompanhar a evolução tecnológica. Esses problemas começaram a comprometer a continuidade dos cursos, que tinham por tradição oferecer aos alunos um ensino de qualidade. O curso de Patologia, embora cumprisse um papel importante na área da saúde do município, também não resistiu e foi o último curso a fechar, apesar de sua parceria com o laboratório municipal. Nesse caso específico, a demanda de modernização da área da saúde e os investimentos necessários à sua manutenção acabaram comprometendo sua continuidade. Assim, associado ao decreto, os altos investimentos e os recursos destinados à estruturação desses dos cursos técnicos acabaram por ser as principais causas da sua extinção nas escolas municipais de Sorocaba.

Após o Decreto Federal nº 2208/97, o Achilles de Almeida reduziu a duração de alguns cursos, fazendo a seleção por sorteio. Em um claro processo de sucateamento os cursos acabaram por não mais despertar tanto interesse dos alunos

e da sociedade em geral. O curso de Patologia Clínica passou a ser ofertado em 1 ano e meio, em vez dos quatro anos que o tornaram uma referência na área da saúde de Sorocaba. Como exemplo do sucesso que foi este curso, em 1983, os quatro primeiros classificados em um concurso público para o laboratório, de âmbito estadual, foram preenchidos por ex-alunos do curso de Patologia da escola.

A professora Benedita em seu relato afirmou:

Com a publicação do decreto de 1997 foi complicado, os professores estudaram a legislação foi como uma penalização, na opinião da escola. O curso técnico ajudava na formação integral do aluno, o técnico não comprometia, embora o currículo fosse um pouco menor, era feito com qualidade. Mas tiveram que se adaptar, pois perderam bons profissionais. Foi muito triste o que ocorreu com a escola Achilles de Almeida, embora foi um contexto nacional. (informação verbal)⁵⁴

4.4 O curso técnico na visão dos alunos

Dados os limites deste trabalho, os resultados obtidos na pesquisa a partir de relato alunos que frequentaram os cursos técnicos das escolas pesquisadas entre os anos de 1970 e 2000: origem social e destino profissional. A avaliação, realizada por meio de levantamento de dados dos alunos egressos desses cursos, utiliza-se de questionário dedicado a esse fim. Desta forma, 35 alunos com idade entre 36 e 60 anos responderam ao questionário.

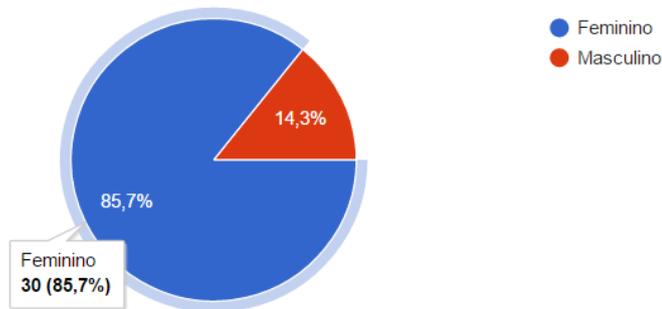
Hoje esses alunos têm a seguinte formação: professores (13), comerciantes (3), engenheiro (2), advogados (1), técnicos de laboratórios (1), educador físico (1), biólogo (2), psicólogo (2), administrador (3), supervisor de ensino (1), Cirurgião Dentista (1), contador (2), farmacêutico (1), médico (1), técnico administrativo (1).

Conforme gráfico 31, dos egressos que responderam ao questionário, 85,7 % são do sexo feminino e 14,3% do sexo masculino.

⁵⁴ Relato da professora Benedita Maria Faria em entrevista à autora.

Gráfico 31- Perfil dos egressos que responderam o questionário, sobre cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba

Sexo (35 respostas)

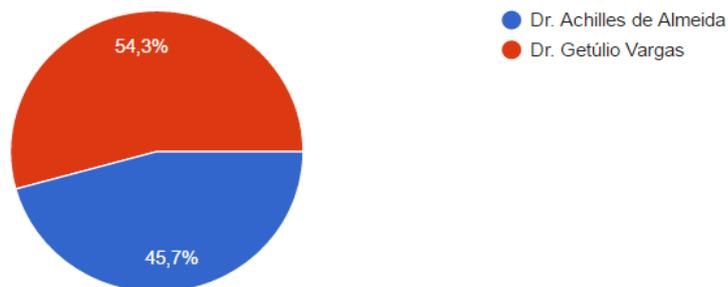


Fonte: Questionário online respondido pelos egressos dos cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba.

Desses alunos, 45,7% são egressos da E. M. Dr. Achilles de Almeida e 54,3% da E. M. Dr. Getúlio Vargas, como podemos observar no gráfico 32.

Gráfico 32 – Escolas municipais que os egressos cursaram os cursos técnicos

Em qual escola realizou o curso técnico? (35 respostas)

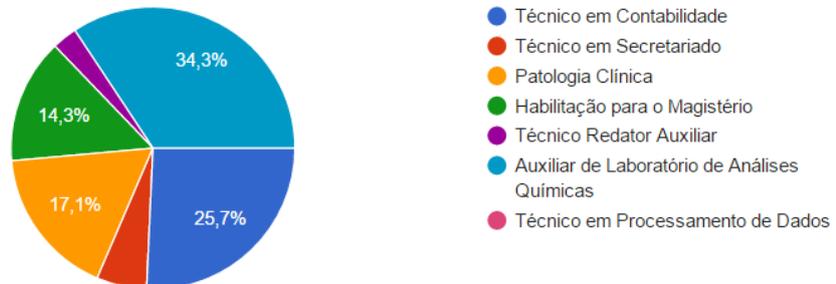


Fonte: Questionário online respondido pelos egressos dos cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba.

Nesse espaço amostral, apenas responderam ao questionário alunos da E. M. Dr. Achilles de Almeida dos cursos de Técnico em Contabilidade, Secretariado, Patologia Clínica e da E. M. Dr. Getúlio Vargas do curso de Auxiliar de Laboratório em Análises Químicas, Redator Auxiliar e Magistério, conforme gráfico 33.

Gráfico 33 - Perfil dos egressos que responderam o questionário, quanto aos Cursos Técnicos que ingressaram.

Qual curso? (35 respostas)



Fonte: Questionário online respondido pelos egressos dos cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba.

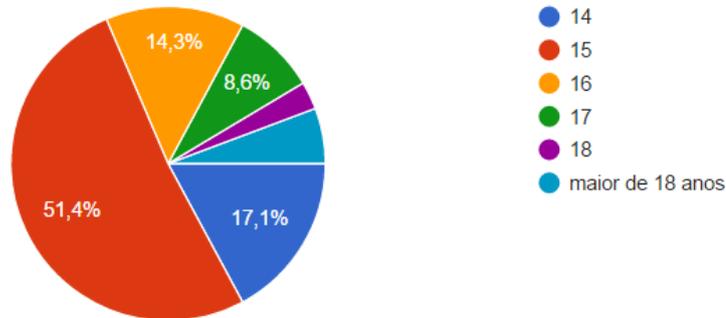
Entre os motivos pelos quais os alunos frequentaram os cursos técnicos, os egressos apontam:

- a qualidade da escola que era superior entre as escolas;
- a busca por uma profissão, por acrescentar algo mais na formação;
- a preferência pela disciplina de Ciências no caso dos cursos de Patologia Clínica e análises químicas;
- o gosto pela matemática no caso do curso de contabilidade;
- o ensino de qualidade que possibilitava o ingresso no mercado de trabalho, antes da faculdade.
- queria ter um ensino mais sólido que o colegial;
- necessidade de um curso noturno, pois já trabalhava durante o dia;
- ao sair do Ensino Médio já pudesse trabalhar nesse ofício enquanto me preparava para o vestibular e por gostar da área de Exatas;
- já tinha um objetivo e procurou direcionar para a carreira.

Constata-se, também, que a maioria dos alunos ingressava no curso com 15 anos, e que não morava próximos à escola, conforme gráficos 34 e 35.

Gráfico 34 – Faixa etária que os egressos tinham quando ingressaram nos cursos

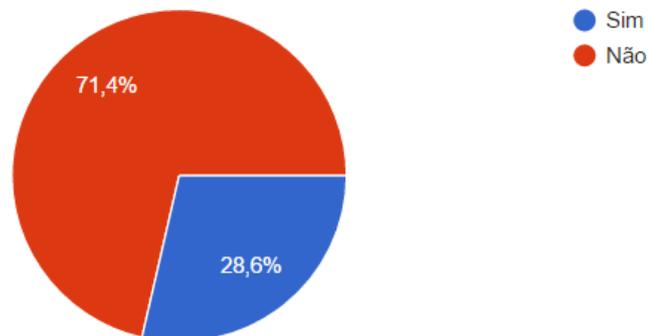
Com quantos anos você ingressou no curso técnico? (35 respostas)



Fonte: Questionário online respondido pelos egressos dos cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba.

Gráfico 35 - Perfil dos egressos que responderam o questionário quanto à moradia

Você morava próximo à escola? (35 respostas)



Fonte: Questionário online respondido pelos egressos dos cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba.

Para os egressos que responderam ao questionário, entre os motivos do curso atender às expectativas estão:

- o nível dos professores
- a fundamentação teórica e prática que permitiu a preparação para o mercado de trabalho, que na época também era absorvido pela demanda local;
- o ensino propedêutico oferecido;
- encaminhamento para o estágio;

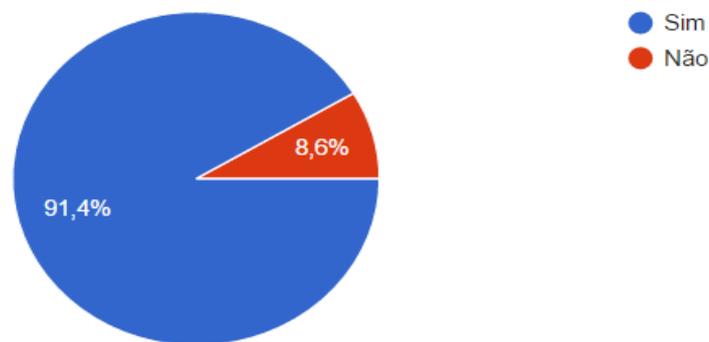
- o embasamento necessário para trabalhar e prestar o vestibular da época que era bastante concorrido.

A partir das respostas dos entrevistados, e observando o gráfico 36 foi constatado que os cursos contribuíram de inúmeras maneiras na formação profissional dos egressos como:

- nas rotinas contábeis;
- na aproximação com a área laboratorial;
- na facilitação do entendimento de vários conceitos e teorias na graduação para a prática necessária para o trabalho;
- na abertura de novas perspectivas para escolher a graduação;
- na ajuda com relação à independência financeira;
- na mudança quanto à visão sobre os estudos, acrescentando conhecimento;
- na preparação para o mercado de trabalho.

Gráfico 36 - Opinião dos egressos quanto ao curso técnico

O curso atendeu às suas expectativas? (35 respostas)



Fonte: Questionário online respondido pelos egressos dos cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba.

Pelas respostas, observa-se que o ensino profissional contribuiu para a busca de uma profissão e posterior ingresso no mercado de trabalho, propiciado pelo ensino de qualidade e o embasamento teórico e prático, que na época também era absorvido pela demanda local, conforme observamos no gráfico 37 e 38.

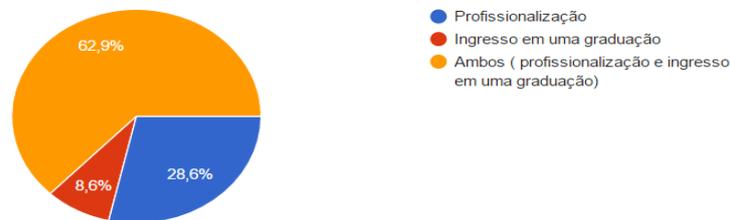
Na prática, a compulsoriedade da formação técnica e propedêutica restringe-se ao âmbito público, notadamente nos sistemas de ensino dos estados e no federal. Enquanto isso, as escolas privadas continuam, em sua absoluta maioria, com os

currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes visando o atendimento às elites (MOURA, 2007).

Ao examinarmos a história das escolas técnicas anterior à Lei 5.692/71, muitas delas oferecem um ensino de boa qualidade, seja do ponto de vista da formação geral, seja da perspectiva da capacitação específica, embora esta última se mostre quase sempre defasada em relação aos avanços da tecnologia, ainda que estes também fossem lentos (FERRETTI, 1997).

Gráfico 37 - Opinião dos egressos no curso quanto a proposta da politecnia

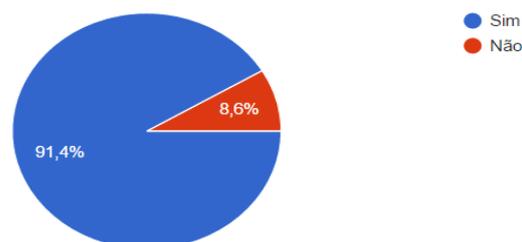
Na sua opinião, o curso atendia a? (35 respostas)



Fonte: Questionário online respondido pelos egressos dos cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba.

Gráfico 38 – Perfil dos egressos que responderam o questionário, quanto a escolarização

Você fez alguma graduação? (35 respostas)



Fonte: Questionário online respondido pelos egressos dos cursos técnicos das escolas públicas municipais de Sorocaba.

Os cursos oferecidos nas escolas públicas municipais de Sorocaba eram voltados para a profissionalização, tendo também um caráter propedêutico que auxiliava no ingresso a um curso de graduação, sendo reconhecido por uma grande parte dos alunos. O que pode ser constatado pelo alto índice de alunos que cursaram uma graduação após a conclusão do curso técnico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como tema a investigação da trajetória da educação profissional nas escolas públicas municipais de Sorocaba, assim, foram abordadas as instituições escolares municipais Dr. Getúlio Vargas e Dr. Achilles de Almeida, desde a implantação dos cursos profissionais na década de 1970, até a sua extinção em razão do Decreto Federal nº 2.208 de 17 de abril 1997.

Uma questão analisada neste trabalho, foi que apesar da Lei Federal nº 7.044 de 18 de outubro de 1982 desobrigar o oferecimento da Educação Profissional nas escolas públicas e privadas de 2º Grau, qual a razão da prefeitura ter continuado a ofertar e ampliar a oferta desses cursos? A politecnia fazia parte da proposta do poder público para o ensino profissionalizante ofertado nas escolas municipais Dr. Getúlio Vargas e Dr. Achilles de Almeida? E a partir da análise do Plano Municipal de Educação (PME) de 2015 e seus apontamentos em relação à educação profissional, pode-se afirmar que Decreto nº 2.208/97 promoveu uma lacuna na formação voltada ao ensino médio?

A partir destas questões norteadoras, a pesquisa foi dividida em três capítulos, onde no capítulo denominado, *O ensino profissional como estratégia para o avanço econômico*, apresentou os caminhos da educação, tendo como cenário o Brasil e a educação profissional, apresentando uma análise da conjuntura política e econômica do século XX.

O capítulo, *A educação profissional no Estado de São Paulo e em Sorocaba*, retratou historicamente as especificidades das características da educação estadual e tratou da implantação da educação profissional na cidade de Sorocaba.

No capítulo, *O ensino profissional público municipal em Sorocaba*, foi apresentada a história das instituições escolares municipais Dr. Getúlio Vargas e Dr. Achilles de Almeida, e a implantação dos cursos profissionais na década de 1970. Resgatou também as singularidades das instituições educativas profissionais municipais em suas principais características, como grade curricular, carga horária, projeto pedagógico, regimento, clientela e respectivas demandas. Neste capítulo, a pesquisa foi estruturada a partir do relato das de entrevistas gravadas que foram realizadas com professores que trabalharam nestas escolas no período compreendido entre os anos de 1970 e 2000 como origem, formação, atuação e organização. O

relato dos alunos que cursaram os cursos técnicos das escolas pesquisadas entre os anos de 1970 e 2000: origem social e destino profissional foi realizada por meio de um levantamento *online* com egressos desses cursos por intermédio de um questionário dedicado a esse fim.

A partir desta abordagem foi investigada a formação profissional e integral dos estudantes egressos de escolas municipais nas décadas de 1970, 1980 e 1990, visando assim identificar o cumprimento da meta de se formar jovens para o mercado de trabalho, e concomitantemente proporcionar a continuidade de seus estudos em nível superior. Além disso, teve também o propósito de entender os processos que levaram à criação e posterior extinção dos cursos profissionalizantes da rede municipal de Sorocaba.

O contexto da educação que emergiu a partir da instauração do Decreto nº 2.208/97, que determinou que a educação profissional de nível técnico deveria ter uma organização curricular própria e independente do ensino médio, deixa claro que este decreto foi um retrocesso na educação profissional pública municipal em Sorocaba. Este retrocesso pode ser constatado, visto que os cursos profissionalizantes de nível médio acabaram em um prazo de três anos após seu advento, sendo extintos nas escolas públicas municipais.

Com o levantamento histórico das instituições escolares e levando em consideração o modelo de educação profissional proposto na época, a trajetória das instituições escolares municipais Dr. Getúlio Vargas e Dr. Achilles de Almeida, desde a implantação dos cursos profissionais na década de 1970 até a sua extinção, em razão do Decreto Federal nº 2.208 de 17 de abril 1997, apontaram para uma implantação que ocorreu defasada em dois anos em relação a publicação deste decreto.

Outro desdobramento da oferta da educação profissional na rede municipal que fica claro, é que embora o objetivo do poder público tivesse sido o de formar jovens para o mercado de trabalho, é notável que ainda cumpriu um papel, embora secundário para os seus idealizadores, de proporcionar a continuidade dos estudos para os alunos egressos em cursos de graduação. Outro fato constatado é que apesar da Lei Federal nº 7.044 de 18 de outubro de 1982, desobrigar o oferecimento da Educação Profissional nas escolas públicas e privadas de 2º Grau, a prefeitura de Sorocaba optou por continuar ofertando e ainda e ampliando estes cursos, pela

grande demanda de profissionais de qualidade do município e a tradição angariada pelos colégios ao longo dos anos.

Neste contexto, Sorocaba, como toda cidade em crescimento, era uma cidade que precisava de mão de obra especializada nas mais diversas áreas. A finalidade dos cursos técnicos ofertados pelo poder público era preparar de uma forma rápida e eficiente estudantes para atender às demandas do mercado de trabalho. As escolas ganharam prestígio e se tornaram uma referência no campo da educação na cidade de Sorocaba e região. Um bom exemplo dessa “grife” que foi construída era o fato de que muitos alunos que concluíam os cursos técnicos, já saíam empregados por estudarem nas escolas Achilles de Almeida e Getúlio Vargas. Neste quadro, conseguir um emprego era um meio de conseguir subsidiar a faculdade ou ainda garantir formas de subsistência com a formação técnica. Como exemplo dessa situação, era a constante consulta que as escolas recebiam de empresas de cidades da região, que solicitavam a indicação de ex-alunos para contratação.

Dentro de uma perspectiva politécnica, os cursos em função de sua estrutura e qualidade possibilitaram que isso ocorresse, em um certo grau, em boa parte dos cursos técnicos, mesmo sendo claro que esse não era um propósito por parte do poder público. Essa condição fica evidenciada a partir da análise das grades curriculares dos cursos, que contavam com menores cargas horárias dedicadas às disciplinas básicas. Apesar disso, a aplicação dessas disciplinas ao conteúdo técnico acabava por preencher essa lacuna. Outro aspecto importante que deve ser observado, é que o curso técnico até incentivou muitos alunos a darem continuidade aos seus estudos, não só pelo seu retorno financeiro, como também pelo subsídio teórico que proporcionava. Muitos ingressaram no nível superior, sem uma preparação prévia específica, como um cursinho, por exemplo. Outros alunos passaram em concursos públicos, o que deixa evidente a boa qualidade de formação proporcionada nos três anos de curso, que preparava os alunos por meio de disciplinas técnicas robustas associadas ao reduzido núcleo comum. Muitos depoimentos salientam o papel facilitador que o uso da tecnologia poderia trazer para esses cursos se fossem ofertados atualmente, principalmente a internet, o que contribuiria de forma significativa para a formação de um técnico de qualidade.

Desta forma, com o decreto nº 2.208/1997, associado ao posterior processo de sucateamento, evidenciado pela redução da carga horária dos cursos e a falta de investimento, acabou em pouco tempo culminando com a extinção de todos os cursos

técnicos, que ficaram para a história apenas como lembranças de três décadas da educação técnica, que foram referência à formação e à qualidade do ensino técnico na cidade de Sorocaba.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. A imprensa e seu papel na queda de João Goulart. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Dossiê: A trajetória política de João Goulart**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart>. Acesso em: 01 jan. 2016.
- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ANTUNES, I. C. B.; SILVA, R. O. D.; BANDEIRA, T. D. S. A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior. In: SEMANA DE HUMANIDADES, 9., 2011, Natal. **Anais...**, Natal: Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. UFRN, 2011. p.1. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%20IA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%20C7%20D5ES%20NAS%20INSTITUI%20C7%20D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2016.
- ARAÚJO, M. C. D. O AI-5: o mais duro golpe do regime militar. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. CPDOC. **Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 06 jan. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-educacao-abe>>. Acesso em: 06 jan. 2016.
- BEIRED, J. L. B. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BOMENY, H. O sentido político da educação de Jango. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. CPDOC. **Dossiê: A trajetória política de João Goulart**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_sentido_politico_da_educacao_de_Jango>. Acesso em: 06 jan. 2016.
- BOSCHETTI, V. R.; MACEDO, S. E.; AMARO, V. P. Fundindo, tecendo, trilhando... aspectos da educação profissional em Sorocaba. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 21, p. 131-140, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/21/art12_21.pdf>. Acesso em: 06

jan. 2016.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 06 jan. 2016

_____. Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei orgânica do ensino comercial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei orgânica do ensino agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Acesso em: 06 jan. 2016

_____. Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 06 jan. 2016

_____. Lei nº 3.104, de 1º de março de 1957. Acrescenta dois itens ao art. 2º da Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, que dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3104-1-marco-1957-354613-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Portal Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> .Acesso

em: 06 jan. 2016

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-norma-pl.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016

_____. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral... **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm >. Acesso em: 06 jan. 2017.

_____. Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de outubro de 1999. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico Parecer CNE/CEB. **Atos do Conselho**. Brasília: CNE, 1999.

CALSAN, E. **A (des) construção do ensino profissionalizante nas escolas técnicas do estado de São Paulo a partir da LDB e Decreto-Lei 2208/97**. 2011. 97 p. Dissertação São Bernardo do Campo, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2011.

CAMPOS, J. W. S. A gestão Milton Marinho Martins na escola Municipal de primeiro e segundo grau "Dr. Achilles de Almeida": autoritarismo ou autoridade. **Quaestio**, v. 5, n. 2, p. 187-192, 2003.

CANO, W. **São Paulo no limiar do século XXI: cenários e diagnósticos: a economia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Fundação SEADE, 1992.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. D. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**, v. 39, n. 3, p. 513-538, 2009.

CASTRO, C. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. CPDOC. **Fatos e Imagens**: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964> >. Acesso em: 06 jan. 2016.

CELLI, A. **Evolução urbana de Sorocaba**. 2012. 130 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de

São Paulo, São Paulo, 2012.

ClAVATTA, M.; FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

ClAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2012.

COMBLIN, J.; **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. D. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9.", 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos**, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, v. 3, n. 08, 2012. p. 1492-1508.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FERNANDES, J. C. D. C. et al. A trajetória da educação profissional no Brasil: Das escolas de aprendizes artífices à criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Departamento de Métodos e Técnica de Ensino. **Disciplinas e Distribuição de Cargas Horárias**, 2014.

FERREIRA, M. D. M. Na presidência da república: as reformas de base. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. CPDOC. **Dossiê: A trajetória política de João Goulart**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>. Acesso em: 06 jan. 2016.

FERRETTI, C. J. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. **Educação & Sociedade**, v. 18, n. 59, p. 225-269, 1997.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. CPDOC. **Café e Indústria**. 2016a. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CafeEIndustria>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. **Novas interventoras e departamentos administrativos**. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/InterventoriasDepartamentos>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. **Liga de Defesa Nacional**. 2016b. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenariIndependencia/LigaDeDefesaNacional>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. **Primeira Guerra Mundial**. 2016c. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenariIndependencia/PrimeiraGuerraMundial>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

GARCIA, J. R.; SANDANO, W. A criação e a instalação da escola profissional mixta de Sorocaba. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, n. 32, jul./dez. 2011.

_____. Práticas de ensino e os componentes curriculares oferecidos na Escola Profissional Mixta de Sorocaba (1929-1942). **História Unicamp**, v. 2, n. 4, p. 232-244, 2015.

GONÇALVES, P. C. C. As ideias de racionalização do trabalho e a formação de trabalhadores: o ensino profissional no estado de São Paulo na primeira metade do século XX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia. **Anais...**, Uberlândia: Faculdade de Educação – FAGED. Disponível em : < <http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/500PauloCelso.pdf>> . Acesso em 15 set. 2016.

GRAMSCI, A. **Os cadernos do cárcere**: Maquiavel: notas sobre o estado e a política. v.3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HABERT, N. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. Campinas: Ática, 1992.

KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP, 1991.

LEITE, M. R.; BARROS, R. D. C. Ensino de 2º grau profissionalizante. **Cad. Pesq.**, n. 36, p. 3-25, 1980.

LIGAS CAMPONESAS. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

LINS, E. C.; JACOMELI, M. R. M. Ensino médio: a dualidade histórica e A legislação educacional Brasileira do século XX. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 7., 2006, Campinas, **Trabalhos apresentados**. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO S/E/Edison%20Cardoso%20Lins.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO_S/E/Edison%20Cardoso%20Lins.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2016.

MACHADO, M. T. G. **O ensino profissional estadual paulista dos anos de 1940 a 1970**: trajetória na cidade de Orlandia. Tese (Doutorado em Educação Escolar)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

MENEZES, E. T. **Dicionário interativo da educação brasileira**-Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/pedagogia-tecniciista/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

MIMESSE, E. O ensino profissional obrigatório de 2º grau nas décadas de 70 e 80 e as aulas dos professores de História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.26, p.105-113, jun. 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/26/art06_26.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

MINTO, L. W. MEC-USAID. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO; M. I. M. **Navegando pela história da educação brasileira**-Glossário. Campinas: Faculdade de Educação-UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm>. Acesso em: 02 fev. 2017.

MORAES, C. S. V.; ALVES, J. F. **Escolas profissionais públicas do estado de São Paulo**: uma história em imagens (álbum fotográfico). São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, v. 2, n. 23, p. 4-30, 2007.

NASCIMENTO, E. M. M. D. A influência do pragmatismo estadunidense na filosofia da educação de Anísio Teixeira: a dimensão político pedagógica na defesa da escola pública. **Cadernos do PET Filosofia**, v. 7, n. 13, p. 24-39, 2016.

OLIVEIRA, J. KUBITSCHKEK. **Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento**. 1955. (Programa de governo apresentado por Juscelino Kubitschek à campanha eleitoral.)

PANDOLFI, Dulce. O cenário político-partidário do período. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. CPDOC. **Dossiê: A trajetória política de João Goulart**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_cenario_politico_partidario_do_periodo>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PASINATO, D. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). **Semina**, v. 12, n.1, 2013. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3647/2394>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PELEGRINI, T.; AZEVEDO, M. L. N. A Educação nos anos de chumbo: a política educacional ambicionada pela Utopia Autoritária? (1964-1975). **História e-História**, v. 1, p. 1-15, 2006.

PINTO, A. H. O currículo do ensino médio e da educação profissional do espírito santo na década de 1970. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013. **Grupos de trabalhos 1: Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**, Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

PINTO JUNIOR, A. **A invenção da “Manchester Paulista”**: embates culturais em Sorocaba (1903-1914). 2003. 234f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RAMOS, M. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: Concepções, propostas e problemas. **Educ. Soc**, v. 32, n. 116, p. 771-788, 2011.

REGATTIERI, M.; CASTRO, J. M.; **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração**. Brasília: UNESCO, 2010.

REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2017.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

RONDELLO, P. A. **Escola, poder e exclusão social: práticas de exclusão na escola pública primária sorocabana nos anos 60 do século XX: uma contribuição para a história das práticas de exclusão social no Brasil**. 2007. 206 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2007.

SANDANO, W. A criação da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba. **Revista Série-Estudos**, n. 28, jul./dez. 2009.

SANTOS, A. R.. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. Ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2000.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto-lei nº15.040, de 19 de setembro de 1945. Dispõe sobre reorganização do ensino profissional e transferência de cargos. **Diário oficial do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19450920&Caderno=DO&NumeroPagina=1>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

_____. Decreto-lei nº16.108, de 14 de setembro de 1946. *Dispõe sobre criação de Cursos Práticos de Ensino Profissional*. **Diário oficial do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1946/decreto.lei-16108-14.09.1946.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Decreto nº. 52.499, de 23 de julho de 1970. *Cria Colégios Técnicos Industriais na rede estadual de ensino e dá providências correlatas*. **Diário oficial do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1970/decreto-52499-23.07.1970.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Deliberação CEE nº 04 de 12 de dezembro de 1990. Institui, no sistema de ensino do Estado de São Paulo a Habilitação Profissional Parcial de Auxiliar de Atividades Escolares. **Diário oficial do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1990/del_04_90_s_mari_c_cath_w_cath.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 77, de 23 de fevereiro de 1948. Dispõe sobre criação de cursos práticos de Ensino Profissional. **Diário oficial do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=1948022>>

4&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=2>. Acesso em: 07 set. 2016.

_____. Lei nº 464, de 14 de outubro de 1974. *Dá a denominação de Escola Estadual de 2º Grau "Prof. Rubens de Faria e Souza" ao Colégio Técnico Industrial de Sorocaba.* **Diário oficial do Estado de São Paulo**. Disponível em: <
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1974/lei-464-14.10.1974.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Parecer CEE 0086, de 28 de janeiro de 1981. Reconhecimento ao ensino de 1º e 2º Graus da Escola municipal Dr. Getúlio Vargas. **Atos do Conselho**. São Paulo: CEE, 1981.

_____. Parecer CEE Nº 166, de 13 de fevereiro de 1985. Autorização para instalação e funcionamento do curso de 2º grau... **Atos do Conselho**. São Paulo: CEE, 1985.

_____. Parecer CEE nº 723, de 06 de dezembro de 1995. Autorização para instalação e funcionamento do Curso Técnico em Processamento de Dados. **Atos do Conselho**. São Paulo: CEE, 1995.

_____. Parecer CEE nº 964 de 19 de outubro de 1988. Solicita encerramento das atividades da Habilitação de Técnico Redator-Auxiliar. **Diário oficial do Estado de São Paulo**. Disponível em: <
https://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons_simples_listar.php?id_atos=45559&acao=entrar>. Acesso em: 06 jan. 2016.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

SEMERARO, G. Tornar-se "dirigente": o projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 261-273.

SILVA, M. S. R. D. **Éden**: paraíso industrial em Sorocaba ou purgatório social?. 2011. 96 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, P. C. D. **De novelo de linha a Manchester paulista**: fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba. 2000. 146 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, U. N. **Formação, competência técnica e prática docente**: um estudo sobre a experiência de ser professor do Curso de Eletrotécnica do CEFET- PB. 2006. 114 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

SILVEIRA, L. B. D. **Ditadura e desterro**: trajetórias de exilados brasileiros do golpe de 1964 nos Estados Unidos (1964-1979). 2011. 145 p. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SÓ HISTÓRIA. **Segunda Guerra Mundial**. Disponível em:
<<http://www.sohistoria.com.br/ef2/segundaquerra/>>. Acesso em: 03 out. 2016.

SOROCABA (SP). Lei Nº 119, de 4 de julho de 1949. Dispõe sobre a criação do Colégio Municipal, de Sorocaba. [**Diário oficial do município de Sorocaba**]. Disponível em: <
<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/sitecamara/proposituras/procuraleis> >. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 1.452, de 18 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a criação do Instituto De Educação Municipal Dr. Getúlio Vargas [**Diário oficial do município de Sorocaba**]. Disponível em: <
<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/sitecamara/proposituras/procuraleis> >. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 1.672, de 23 de dezembro de 1971. Dispõe sobre instituição do plano diretor de desenvolvimento integrado do Município de Sorocaba, para ordenar e disciplinar o seu desenvolvimento físico, econômico, social e administrativo de forma a propiciar o bem-estar da comunidade. [**Diário oficial do município de Sorocaba**]. Disponível em: <
<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/sitecamara/proposituras/procuraleis> >. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei nº 1.796, de 29 de outubro de 1974. Dispõe sobre denominação de estabelecimentos de ensino municipais e dá outras providências. **[Diário oficial do município de Sorocaba]**. Disponível em: <<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/sitecamara/proposituras/procuraleis>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História: Oral**. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TODOS PELA EDUCAÇÃO; MODERNA. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

TOLEDO, C. N. D. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

VELOSO, J. G. Governo JK: Um estudo sobre o desenvolvimentismo e a economia no quinquênio (1956-1960). 2009. IN: WEB ARTIGOS. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/governo-jk-um-estudo-sobre-o-desenvolvimentismo-e-a-economia-no-quinquenio-1956-1960/14805/>>. Acesso em: 03 out. 2016.

VIEIRA, R. Liberada verba para escola profissional. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, n. 24, 1990.

WINCKLER, C. R.; SANTAGADA, S. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, 2012. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2631/3062>>. Acesso em: 03 out. 2016.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

ZIMMERMANN, G. A Região Administrativa de Sorocaba. In: FUNDAÇÃO SEADE; SPG. **Cenários da urbanização paulista: regiões administrativas**. São Paulo, 1992.

ZUCCHI, B. B. **O programa e os métodos de treinamento profissional do curso de ferroviários da Companhia Sorocabana: São Paulo, década de 1930**. 2007. 102 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.